



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO (PROURB)

PRISCILLA GLITZ MAYRINK

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO VIDIGAL PÓS
UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP)
ANÁLISE A PARTIR DOS RELATOS DE MORADORES**

Dissertação de Mestrado

Rio de Janeiro, RJ

Julho de 2017

PRISCILLA GLITZ MAYRINK

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO VIDIGAL PÓS
UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP)**

ANÁLISE A PARTIR DOS RELATOS DE MORADORES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Hemerly Tardin Coelho

Rio de Janeiro, RJ

Julho de 2017

G474t

Glitz Mayrink, Priscilla

Transformações socioespaciais no Vidigal pós Unidade de Polícia Pacificadora (UPP): análise a partir dos relatos dos moradores / Priscilla Glitz Mayrink. -- Rio de Janeiro, 2017.

172f.

Orientador: Raquel Hemerly Tardin Coelho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2017.

1. Vidigal. 2. Favela. 3. UPP. 4. Políticas Públicas. 5. Produção do Espaço. I. Hemerly Tardin Coelho, Raquel, orient. II. Título.

PRISCILLA GLITZ MAYRINK

**TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO VIDIGAL PÓS
UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP)**

UMA ANÁLISE A PARTIR DOS RELATOS DE MORADORES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2017

APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Raquel Hemerly Tardin Coelho

PROURB - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Luciana da Silva Andrade

PROURB - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo Tadeu Baumann Burgos

PPGCIS - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a todos os moradores do Vidigal que participaram da pesquisa, vocês foram fundamentais para que ela pudesse ser realizada. Obrigada pelo carinho e por tantos aprendizados proporcionados nestes dois anos.

Aos meus pais que foram fundamentais para chegar onde cheguei. Sinto-me imensamente grata por todo o incentivo que me deram para seguir este caminho, por todo o suporte e amor que nunca me faltaram.

Agradeço ao Rodrigo, meu companheiro, que sempre acreditou e incentivou a minha escolha de cursar o mestrado, que esteve ao meu lado em todos os momentos e que acompanhou de perto as minhas transformações pessoais.

A minha orientadora Raquel Tardin não só pelos aprendizados, sabedoria, dedicação e paciência, mas também por ter sido tão presente e companheira nesse caminho, e por me mostrar que ter cautela é fundamental.

A toda a turma do mestrado pelas trocas e aprendizados, mas em especial à Paula, Mariana, Sharon, Nayara, Igor, Zélie e Alice, amigos queridos que fiz nesses dois anos e que tanto admiro. Obrigada por compartilharem comigo tantas boas experiências, alegrias e, claro, momentos de tensão.

A todos os meus familiares e amigos pela paciência e carinho, que torceram por mim e que estiveram comigo, de alguma forma, nesses dois anos.

Aos professores do PROURB UFRJ por todo o aprendizado recebido e a CAPES que, por meio de bolsa, permitiu a realização deste trabalho.

Ao grupo de pesquisa que participei ao longo do mestrado, que me proporcionou muitos aprendizados e que tanto colaborou na construção da pesquisa.

A todos os professores e alunos com quem compartilhei conversas, leituras e informações, e que colaboraram tanto para a construção da pesquisa quanto para meu crescimento pessoal e acadêmico.

“a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser (...) O direito à cidade (...) é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.”

David Harvey

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo principal compreender as transformações socioespaciais que vêm ocorrendo na favela do Vidigal, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, a partir da implementação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), se baseando, principalmente, na perspectiva dos moradores. Os relatos cedidos por aqueles que ali vivem possuem grande peso nas análises, a partir dos quais busca-se analisar quais os efeitos diretos e indiretos da “pacificação” na rotina dos moradores e na reorganização do espaço do estudo de caso. Tendo por base a concepção geográfica de espaço de acordo com Milton Santos, o analisamos de maneira sistêmica a partir das categorias propostas pelo autor (forma, função, estrutura e processo), considerando seus elementos espaciais e a vivência dos moradores. Para compreender estas transformações do Vidigal no pós UPP é preciso compreender, por um lado, a experiência dos moradores, antes e depois da UPP, e o que consideram que foi transformado a partir da implementação do programa e, por outro, o próprio programa e suas intenções para além dos objetivos formais explicitados pelo plano-discurso, inserindo-o em um contexto global do mercado de cidades, planejamento estratégico e de megaeventos. Esta proposta tem o intuito de analisar as transformações (processos) em suas esferas espacial e social a partir do olhar do arquiteto e urbanista, justificando o foco maior na esfera espacial. A percepção da favela enquanto parte da cidade, que é transformada em todo o seu processo histórico a partir das ações públicas e privadas no espaço, também faz parte do debate proposto, bem como o rompimento com estereótipos criados em relação a estes assentamentos.

Palavras-chave: Produção do Espaço; Vidigal; Favela; UPP; Políticas Públicas; Mercantilização do Espaço; Cidadania; Turismo.

ABSTRACT

The following research has the main purpose of comprehend the social and spatial transformation that have been taking place in *Vidigal Favela* (which is located on the South Region of Rio de Janeiro), since the implementation of the UPP (*Unidade de Polícia Pacificadora*), the Pacifying Police Unity, based mainly on the residents' perspective. The given narrative by those who live there possesses major influence, seeking to analyse which are the direct and indirect effects of the program on the neighbours routine and the reorganisation of the space of the case study. The analyses were based on Milton Santos' geographic conception of space, including his space categories (form, function, structure and process), and considering local space elements and the experience of the residents. To understand the post-UPP Vidigal's transformation is necessary to comprehend the resident's life experience before and after the "pacification", so we could know what they consider that was transformed from the program. Also, it is necessary to understand the program itself and what were its true intentions beyond the formal objectives, considering the global context of cities market and mega-events. This proposal has the objective to analyse the transformations (process) on the spatial and social layers through the architect and urbanist perspective, what justify the main focus on the spatial sphere. The perception of the favela as a part of the city, which is transformed during its historical process through public and private actions on the city's space, also aggregates the debate of the dissertation, as well as the break of the stereotype created around these settlements.

Key Words: Production of Space; Vidigal; Favela; UPP; Public Policy; The Commodification of Urban Space; Citizenship; Tourism.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1 - LIVRO REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO OLÍMPICO | 60 |
| FIGURA 2 - MAPA DA ESPACIALIZAÇÃO DAS BASES DA UPP NO VIDIGAL | 62 |
| FIGURA 3 - INÍCIO DAS OCUPAÇÕES DA FAVELA DO VIDIGAL NA DÉCADA DE 40. | 73 |
| FIGURA 4 - FAVELA DO VIDIGAL NA DÉCADA DE 50..... | 75 |
| FIGURA 5 - FAVELA DO VIDIGAL NA DÉCADA DE 60. INÍCIO DA OCUPAÇÃO NA PARTE ALTA DO MORRO . | 77 |
| FIGURA 6 - FOTO AÉREA DO VIDIGAL DE 1975 DO PROJETO FUNDREM | 79 |
| FIGURA 7 - FAVELA DO VIDIGAL NA DÉCADA DE 70..... | 80 |
| FIGURA 8 - FAVELA DO VIDIGAL NA DÉCADA DE 80. OCUPAÇÃO DO SOBRADINHO..... | 83 |
| FIGURA 9 - FAVELA DO VIDIGAL NA DÉCADA DE 90. OCUPAÇÃO DO SOBRADINHO, ALTO E ARVRÃO.... | 86 |
| FIGURA 10 - FAVELA DO VIDIGAL NOS ANOS 2000 | 88 |
| FIGURA 11 - MAPA INDICANDO OS ACESSOS AO VIDIGAL E SUA AVENIDA PRINCIPAL – AV. PRESIDENTE JOÃO GOULART | 90 |
| FIGURA 12 - MAPA IDENTIFICANDO A VIA PRINCIPAL, O LARGO DO SANTINHO, A AEIS E A ÁREA DO IPTU | 91 |
| FIGURA 13 - MICROÁREAS INTERNAS E PONTOS DE REFERÊNCIA..... | 94 |
| FIGURA 14 - IMAGEM FIGURA E FUNDO DO VIDIGAL | 95 |
| FIGURA 15 - VIA PRINCIPAL PERTO DA PRAÇA DE ACESSO. VIA ASFALTADA COM CALÇADA PARA PEDESTRES EM AMBOS OS LADOS DA VIA..... | 96 |
| FIGURA 16 - VIA ASFALTADA, LOGO APÓS O LARGO DO SANTINHO, COM CALÇADAS PARA PEDESTRES ESTREITAS E EM PARTES INEXISTENTES..... | 97 |
| FIGURA 17 - VIA PRINCIPAL NA PARTE ALTA, QUASE NO ARVRÃO, ASFALTADA PORÉM SEM CALÇADAS PARA PEDESTRES | 97 |
| FIGURA 18 - INÍCIO DA VIA PRINCIPAL, ONDE AS CONSTRUÇÕES FAZEM PARTE DA ÁREA DO IPTU | 99 |
| FIGURA 19 - EDIFÍCIO LEGALIZADO LOCALIZADO NA VIA PRINCIPAL NA ÁREA DO IPTU | 99 |
| FIGURA 20 - CONTRASTE ENTRE O CARÁTER CONSTRUTIVO DA ÁREA DO BAIRRO DO VIDIGAL E DA ÁREA DA FAVELA (AEIS) | 100 |
| FIGURA 21 - CONTRASTE ENTRE O CARÁTER CONSTRUTIVO DA ÁREA DO BAIRRO DO VIDIGAL E DA ÁREA DA FAVELA (AEIS) | 100 |
| FIGURA 22 - IMAGEM DA VIA PRINCIPAL NA ÁREA DA FAVELA, AINDA NA PARTE BAIXA..... | 102 |
| FIGURA 23 - NOVO ESTABELECIMENTO COMERCIAL: RESTAURANTE | 102 |
| FIGURA 24 - NOVO ESTABELECIMENTO COMERCIAL: BAR E BARBEARIA | 103 |
| FIGURA 25 - IMAGEM DA VIA PRINCIPAL NA PARTE ALTA..... | 103 |
| FIGURA 26 - IMAGEM DA VIA PRINCIPAL NA PARTE ALTA, PERTO AO ARVRÃO | 104 |
| FIGURA 27 - ÁREA DO ARVRÃO | 104 |
| FIGURA 28 - BAR E HOTEL MIRANTE DO ARVRÃO, LOCALIZADO NO ARVRÃO | 105 |
| FIGURA 29 - BAR DO MIRANTE DO ARVRÃO, LOCALIZADO NO ARVRÃO..... | 105 |
| FIGURA 30 - BAR DA LAJE, NO ARVRÃO | 106 |
| FIGURA 31 - NOVA CONSTRUÇÃO NO ARVRÃO | 106 |
| FIGURA 32 - BAR DA LAJE, NO ARVRÃO | 106 |
| FIGURA 33 - ÁREA DE BECOS..... | 108 |
| FIGURA 34 - ÁREA DE BECOS..... | 108 |
| FIGURA 35 - MAPA LOCALIZANDO OS HOTÉIS E ALBERGUES NO VIDIGAL..... | 110 |
| FIGURA 36 - FILA PARA KOMBI EM UM SÁBADO NO FINAL DA TARDE | 113 |
| FIGURA 37 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS COMUNITÁRIOS NO VIDIGAL..... | 114 |
| FIGURA 38 - RENDA MÉDIA MENSAL DOS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR SETOR CENSITÁRIO | 118 |
| FIGURA 39 - ACÚMULO DE LIXO EM UM SÁBADO A NOITE NO ARVRÃO..... | 123 |
| FIGURA 40 - REPORTAGEM DE 10 DE ABRIL DE 1969, JORNAL O GLOBO | 169 |
| FIGURA 41 - FOTO AÉREA DO BAIRRO DO LEBLON DE 1975 DO PROJETO FUNDREM | 170 |
| FIGURA 42 - MAPA MENTAL 01 | 172 |
| FIGURA 43 - MAPA MENTAL 02 | 172 |
| FIGURA 44 - MAPA MENTAL 03 | 172 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADA** - Amigo dos Amigos
- AEIS** - Área de Especial Interesse Social
- AI-5** - Ato Institucional Número Cinco
- BNH** - Banco Nacional de Habitação
- BOPE** - Batalhão de Operações Policiais Especiais
- BPCChoque** - Batalhão de Polícia de Choque
- CEDAE** - Companhia Estadual de Águas de Esgotos do Rio de Janeiro
- CEPERJ** - Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
- CHISAM** - Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana
- COHAB** - Companhia de Habitação Popular
- CPA** - Comando de Policiamento de Área
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social
- CV** - Comando Vermelho
- FAFEG** - Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara
- FIV** - Fórum Intersectorial do Vidigal
- FUNDREM** - Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
- GASCO** - Grupo de Ação Social Comunitária
- GEAP** - Grupo Executivo de Assentamento Populares
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPP** - Instituto Municipal Pereira Passos
- IPTU** - Imposto Predial e Territorial Urbano
- ONG** - Organização não governamental
- ONU-HABITAT** - Programa Nações Unidas para Assentamentos Humanos
- PMERJ** - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
- PND** - Plano Nacional de Desenvolvimento
- PNDU** - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
- POUSO** - Posto de Orientação Urbanística e Social
- SEASDH** - Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
- SESEG** - Secretaria de Estado de Segurança
- UPA** - Unidade de Pronto Atendimento
- UPP** - Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1. 1. Fundamentação e referencial teórico | 19 |
| 1.1. Favela e desigualdade socioespacial: Condicionantes ao surgimento, expansão e permanência das favelas no espaço urbano..... | 19 |
| 1.2. Favela: entre generalizações e especificidades | 26 |
| 1.3. Sobre cidadania, território, intervenção governamental e participação popular | 30 |
| 1.4. Contexto socioespacial nas favelas | 36 |
| 1.5. Aproximação a uma análise socioespacial: Revisitando a sistematização do espaço em Milton Santos | 41 |
| 2. Metodologia | 45 |
| 2.1. Entrevistas..... | 49 |
| 2.2. Elaboração das análises do espaço do Vidigal | 53 |
| 3. UPP | 55 |
| 3.1. O programa oficial..... | 56 |
| 3.2. UPP no Vidigal | 61 |
| 3.3. Contextualização: estrutura global e local | 63 |
| 4. Vidigal | 68 |
| 4.1. Reconstrução Histórica do Vidigal | 69 |
| 4.2. Esfera espacial | 89 |
| 4.2.1. Estrutura espacial | 89 |
| 4.2.2. Forma | 95 |
| 4.2.3. Função | 108 |
| 4.3. Esfera social | 116 |
| 4.3.1. Estrutura social | 116 |
| 4.3.2. Relação morador, tráfico, UPP e “gente de fora” | 123 |
| 4.4. Transformações socioespaciais: os processos e suas consequência | 136 |
| Considerações Finais | 143 |
| REFERÊNCIAS | 150 |
| Anexo I – Decretos | 156 |
| Anexo II – Reportagens | 168 |
| Anexo III – Imagens | 170 |
| Anexo IV – Questionário entrevista semi-estruturada | 171 |
| Anexo V – Mapas mentais | 172 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu a partir de uma primeira aproximação com políticas governamentais voltadas para favelas na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos, através de experiência profissional, acadêmica e debates que geraram inquietações sobre o assunto. Uma das primeiras questões elaboradas foi como as políticas urbanas governamentais são responsáveis por processos de transformação das favelas e como essas transformações vêm alterando a vida dos moradores locais. Ou seja, se o poder público é um dos agentes transformadores do espaço, como vem sendo a sua atuação nas favelas e quais são os impactos de suas ações para aqueles que ali habitam?

A principal hipótese de estudo, que condicionou o interesse no aprofundamento do assunto, é de que as atuais ações governamentais realizadas em favelas seguem a lógica hegemônica e dominante da produção do espaço. Políticas construídas a partir de estereótipos e de uma lógica que são incapazes de – e, no geral, não se propõem à – compreender, por um lado, as especificidades e dinâmicas próprias das favelas e de cada favela e, por outro, perceber esses territórios enquanto parte integrante da própria dinâmica da cidade e não enquanto áreas à parte do contexto urbano¹. Nesse sentido, temos o próprio termo *favela* que se apresenta de forma dupla. Se por um lado se baseia na ideia de homogeneização desses assentamentos, que, na verdade, são heterogêneos entre si e em si mesmos, por outro lado representa a forma de reconhecimento/pertencimento de seus moradores, uma autoafirmação diante de uma sociedade historicamente preconceituosa, que busca apartar as favelas do contexto urbano.

Os espaços de favela são comumente relatados enquanto espaços informais e ilegais, partindo da ideia de que surgem à margem tanto do planejamento urbano quanto do próprio mercado formal de acesso à terra. Nesta pesquisa, questionamos o conceito de informalidade que ronda o imaginário das favelas, buscando afastar estereótipos, como este, que nos impedem de compreendê-las. Por ora, salientamos que, se informais ou não, estes espaços representam o verdadeiro “lugar fora das

¹ Como disseram Lago e Ribeiro (2001): “a trajetória da principal (di)visão da sociedade carioca: favela-bairro” (LAGO; RIBEIRO, 2001: 30), onde as favelas sempre foram “representadas como pertencendo a um outro mundo social e cultural” (LAGO; RIBEIRO, 2001: 30).

ideias” (MARICATO, 2013), locais que tem suas dimensões e características negligenciados pela gestão pública ao longo do histórico urbano brasileiro. As *ideias* citadas por MARICATO (2013) fazem referência aos planos urbanos e legislações urbanísticas que não condizem com a realidade destes assentamentos e da cidade como um todo. A questão não é a existência ou não de projetos habitacionais ou de planos urbanísticos para as favelas, mas sim a forma com que estes são realizados e a lógica que guia estas ações que, em geral, não são condizentes com a realidade, justamente por desconhecê-la².

O fenômeno da favela surge como consequência da negligência dos setores público e privado frente à situação dos mais pobres e de seu acesso à terra urbana. Ela é uma força maior de resistência à exclusão social e econômica que se coloca na cidade, evidenciando as contradições políticas e sociais da nossa sociedade. No contexto brasileiro, o processo de urbanização se fundamentou em uma base histórica patrimonialista e clientelista, marcada pela segregação e exclusão de uma parte da população das vias formais de acesso à terra. Segundo Ermínia Maricato (2013), os lotes precários marcados pela autoconstrução de moradia surgem como realidade social resultante da própria dinâmica de produção da cidade, à qual David Harvey (2014) estabelece “*uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização*” (HARVEY, 2014: 30). A gestão urbana vinculada a interesses privados marca a lógica do planejamento urbano no Brasil, onde os investimentos públicos priorizam obras que irão favorecer o capital privado em detrimento das áreas carentes de infraestrutura básica, contribuindo para a especulação imobiliária (MARICATO, 2013) e para o surgimento de favelas.

A história da cidade do Rio de Janeiro foi e ainda é constituída com base em ideologias que são verdadeiras “ideias fora do lugar” (MARICATO, 2013). A importação de ideias em um contexto distanciado da realidade local sempre esteve presente no Brasil (BORDE, 2011), sendo constante a apropriação de ideais de fora que são aplicados em nossa cidade sem que estes sejam contextualizados. O descompromisso e desatenção com as especificidades locais podem gerar consequências desastrosas para a nossa sociedade, tal como a crescente

² Desconhecer tanto no sentido de negligenciar quanto no sentido de visões estereotipadas e distanciamento com a realidade.

desigualdade socioespacial, sendo as nossas cidades o reflexo direto destas ações. No caso do Rio de Janeiro, essa desigualdade se apresenta de forma ainda mais explícita através do forte contraste entre favelas e bairros de alto padrão lado à lado, desigualdade que vai além da relação centro-periferia.

O histórico das favelas abrange diferentes fases no que diz respeito às ações governamentais. No caso do Rio de Janeiro, em um primeiro momento, a favela é vista como realidade não condizente com o ideário de cidade que se pretendia alcançar e, por isso, era negligenciada. Posteriormente, quando o fenômeno se multiplica pelo território carioca e torna-se difícil a sua negação, passa a ser encarado como um problema a ser solucionado, evidenciando a favela enquanto um problema urbano. Estes assentamentos eram vistos como um mal a ser resolvido, e, portanto, buscavam-se soluções para acabar com as favelas. Contudo, estas soluções acabaram por surtir o efeito contrário ao desejado, e as favelas seguiram se constituindo “fora das ideias” (MARICATO, 2013). Depois, inicia-se um momento de intervenções governamentais nestes locais precarizados, marcado por ações que vão além da realidade jurídica que buscava na regulação urbanística, a partir de projetos de leis, a resolução dos problemas urbanos (MARICATO, 2013). Esta nova fase é marcada por intervenções concretas no território, como o Favela-Bairro e, posteriormente, as Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs -, que interferem não apenas no espaço construído como também no espaço vivido local.

O tema da pesquisa se contextualiza na realidade urbana da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na zona sul da cidade, uma área fortemente turística e elitizada, que vem sendo foco de ações e intervenções governamentais. A favela do Vidigal – nosso estudo de caso - está localizada no bairro do Vidigal, entre os bairros do Leblon e São Conrado, assentada na encosta do Morro dos Dois Irmãos e com acesso pela Avenida Niemeyer. Por conta da sua localização, o Vidigal foi uma das favelas da cidade do Rio de Janeiro que recebeu investimentos referentes às obras do Favela-Bairro e da UPP, tendo sofrido transformações internas nos últimos anos que estampam manchetes de jornais e estrelam programas televisivos retratando um “novo Vidigal”. Essa nova realidade é constantemente retratada como sendo melhor que a realidade passada, essa sempre vinculada à questão da violência. Mas, até que ponto esses relatos fazem jus à perspectiva dos moradores? O que estes opinam

sobre as intervenções governamentais? Quais foram as transformações sofridas, de acordo com seus olhares? Como as valoram?

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é compreender como ações governamentais em favelas impactam na estrutura local, buscando entender seus efeitos pela perspectiva dos moradores. Neste sentido, pautamos as análises nos relatos cedidos pelos habitantes do Vidigal³ sobre as intervenções governamentais na favela, e a partir deles foi identificada a UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) como intervenção governamental de maior relevância a ser estudada.

A UPP é uma política de segurança inserida na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), que não tem como objetivo principal a atuação contra o tráfico de drogas, mas sim a retomada de territórios que seriam dominados pelo tráfico para que estes passassem a ficar sob domínio do poder público. Segundo o programa oficial, a segurança provida pela presença policial armada se tornaria a base para a chegada de serviços e programas sociais, bem como outras melhorias (de infraestrutura ou sociais) que garantissem o acesso à cidadania a seus moradores e a integração da favela com o restante da cidade. Portanto, como bem resumiu LACERDA (2016:60), *“toda a política pensada para as favelas cariocas estava ancorada na ocupação policial permanente desses territórios, logo, também muito dependente do sucesso dessa ocupação”*.

O debate acerca da cidadania enquanto um dos pilares das UPP é um dos objetivos específicos da pesquisa, que propõe discutir a ideia de cidadania construída pelo programa e a realidade que se desenvolve no pós-UPP quanto ao seu acesso pelos moradores. Dentre os objetivos específicos da pesquisa também se insere a própria compreensão do programa das UPP, através da reconstrução do discurso e contextualização do programa no cenário global. Buscamos compreender estas transformações à luz dos movimentos que ocorrem em outras escalas e que impactam diretamente na escala local. Contudo, o desenvolvimento do arcabouço teórico e conceitual, apesar de muito importante para o entendimento mais amplo, não é capaz de dar concretude às vivências e particularidades daqueles que vivenciam o espaço. Por este motivo, os relatos dos moradores recebe protagonismo nesta pesquisa.

³ Através de entrevistas semi-estruturadas, especificadas no item 2.1 do capítulo 2.

O estudo sobre favelas é o fio-condutor da pesquisa, e a partir dele podemos traçar mais três outros objetivos específicos que buscamos abordar ao longo da dissertação: 1) compreender o lugar do Vidigal enquanto um assentamento popular diante da produção do espaço urbano no sistema capitalista, mais especificamente no contexto carioca; 2) perceber as especificidades do estudo de caso e sua heterogeneidade interna a partir do conceito de microáreas pautada por ALVITO (2001); 3) compreender como as dinâmicas locais se estruturam a partir de seu espaço urbano.

O estudo pretende ser multidisciplinar e, portanto, é norteado por revisão de literatura que abrange as áreas de: urbanismo, planejamento urbano, geografia e sociologia. Como base substancial para as análises elaboradas sobre o Vidigal, partimos da concepção geográfica do espaço enquanto um sistema de objetos e ações, portanto um espaço também social, baseado nos estudos de Milton Santos (2014a; 2014b). Desse modo, elaboramos as análises do espaço local a partir das esferas espacial e social, com foco nos estudos espaciais, de acordo com a competência do arquiteto e urbanista.

Segundo SANTOS (2014a; 2014b), o espaço existe enquanto um sistema composto de diversas variáveis que interagem entre si e com o todo, que se transformam a si mesmas e às outras em movimentos dialéticos constantes que vão direcionando as transformações do espaço a seu tempo. Utilizamos como base de análise a sistematização do espaço proposta por SANTOS (2014a), onde este só se torna passível de ser analisado quando desmembrado em seus diversos elementos componentes que devem ser examinados segundo as categorias de: *forma*, *função*, *estrutura* e *processo*. Dessa maneira, a análise das transformações socioespaciais do Vidigal é realizada a partir das duas esferas que compõem o espaço (espacial e social, ou de objetos e ações) segundo as quatro categorias citadas, com especial relevância da categoria *processo*, que denota a variável da temporalidade.

O material elaborado se apresenta em quatro capítulos. O primeiro se baseia no referencial-teórico para os temas pertinentes à pesquisa e aos objetivos específicos, reunindo base para o debate sobre a favela - sua condição de existência no espaço urbano, suas generalizações e especificidades –, a cidadania vinculada ao

território, o contexto socioespacial das favelas e a base teórica da compreensão do espaço a partir de Milton Santos, que norteia as análises realizadas.

No segundo capítulo é apresentada a metodologia utilizada, discorrendo sobre as etapas do processo de pesquisa e os métodos adotados. Dentre eles, as entrevistas semiestruturadas possuem destaque, sendo apresentada sua formulação e os critérios para sua elaboração. Por último, são colocadas a construção e a forma como foram pensadas e estruturadas as análises do estudo de caso, baseada em Milton Santos.

O terceiro capítulo tem por objetivo introduzir o programa de segurança pública das UPP no debate. Para isso, é considerado o discurso oficial exposto nos decretos, identificando as intenções oficiais explicitadas, breve análise da UPP no Vidigal e a contextualização da construção do programa em um cenário global e particular baseados na securitização dos espaços urbanos, turistificação dos espaços de pobreza e na relação com megaeventos sediados na cidade. A contextualização da política é essencial para compreendermos seus efeitos no território, uma vez que o espaço é relacional em suas diversas escalas e é transformado de acordo com a técnica de seu tempo. Ou seja, as escalas local e global se relacionam dialeticamente entre si e com o desenvolvimento da técnica, e dessa forma são transformadas ao longo do tempo (SANTOS, 2014a; SANTOS, 2014b).

Por último, o quarto capítulo tem como foco o Vidigal em si. Primeiramente é apresentada a aproximação com o estudo de caso a partir da sua reconstrução histórica, buscando vincular processos internos com as dinâmicas da cidade do Rio de Janeiro e atrelando, quando possível, relatos de moradores dentro do recorte temporal que vai do seu surgimento até a chegada da UPP. Após esta apresentação, são expostas as análises das transformações socioespaciais do Vidigal no pós-UPP (objetivo geral) nas esferas espacial e social, baseadas principalmente nas entrevistas coletadas, segundo as categorias de análise propostas por Milton Santos (2014a). Com isso, buscamos entender os processos que ali foram desencadeados a partir da implementação do programa e como eles vêm impactando o cotidiano dos moradores.

Nesta pesquisa, buscamos vincular o olhar do arquiteto e urbanista a outras disciplinas que contribuem para o entendimento mais amplo, não só das favelas no

geral e do Vidigal, mas também dos processos que foram percebidos no estudo de caso e que serão apresentados nessa dissertação. É preciso evidenciar que o olhar aqui proposto é apenas um dentre as diversas possibilidades de encarar o tema. A pesquisa tem a intenção de contribuir para o debate e reflexão acerca das intervenções governamentais, especificamente na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, busca servir como inspiração para interesses futuros de estudos complementares que possam enriquecer a discussão, além de colaborar como registro dos processos atuais no Vidigal. Por outro lado, a pesquisa se destaca pela singularidade da abordagem da problemática das intervenções governamentais em favelas a partir da visão dos moradores, ao relacioná-la espacialmente com o contexto urbano da favela. Compreender o espaço urbano em suas diversas escalas e esferas não é tarefa fácil, e compreender especificamente o caso das favelas nesse contexto se mostra ainda mais desafiador, caminho longo e árduo a ser percorrido e que aqui foi apenas iniciado.

1. Fundamentação e referencial teórico

Neste capítulo apresentaremos o referencial teórico que servirá de base para as análises posteriores do Vidigal. Portanto, esta etapa se constitui de um debate mais amplo a respeito do tema principal e dos diversos assuntos vinculados a ele que estão presentes na pesquisa, sejam como objetivo principal, sejam como objetivos específicos. Seguindo a linha de discussão voltada para o urbanismo, buscamos atrelar a questão territorial aos tópicos que aqui serão abordados, de forma a compreendê-los no contexto urbano.

1.1. Favela e desigualdade socioespacial: Condicionantes ao surgimento, expansão e permanência das favelas no espaço urbano

Para compreendermos a condição da existência urbana da favela é necessário um primeiro esforço para entender os mecanismos existentes entre a produção do espaço urbano em meio ao funcionamento do sistema capitalista, ainda que sob forma geral e preliminar. A própria construção e condição de existência das cidades estão vinculadas à forma de produção, sendo esta a produção capitalista do espaço. Portanto, a relação entre o espaço urbano e a forma de produção parte da compreensão do próprio sistema (HARVEY, 2014).

Primeiramente, podemos reconhecer que no capitalismo busca-se constantemente o lucro, sendo que para este se tornar viável é necessária a produção de excedentes. Este excedente deve ser absorvido de alguma forma para que o lucro seja garantido e reinvestido, sendo a urbanização e as transformações urbanas peças-chave para essa absorção. Dessa forma, cria-se um ciclo onde *“o resultado do eterno reinvestimento é a expansão da produção de excedentes”* (HARVEY, 2014: 31), no qual todos os excedentes devem ser absorvidos para garantir o ciclo da acumulação.

A urbanização surge como resposta para a absorção do excedente e as cidades se tornam elemento crucial no processo de acumulação de capital. As dinâmicas urbanas se estabelecem a partir do processo de produção, logo, a

transformação das cidades está inteiramente ligada aos processos de transformação do capital (HARVEY, 2014)⁴.

Apesar da necessidade de absorver constantemente os excedentes produzidos para que haja lucro, e que este lucro seja reinvestido em mais produção de excedentes, existem alguns obstáculos para essa expansão contínua, tal como salários elevados. Esta situação – ou alguma outra onde haja obstáculos para a acumulação – impede a continuidade de expansão, provocando uma crise a partir da qual o desemprego em massa desvaloriza o trabalho em meio ao grande excedente de mão-de-obra que passa a ficar disponível (HARVEY, 2014).

Lucio Kowarick (1979) relaciona o crescimento econômico, enquanto um processo de acumulação capitalista, com a pauperização dos trabalhadores e de suas moradias no contexto do setor de trabalho formal. Segundo o autor, no início do processo de industrialização no Brasil, muitas empresas proviam habitações a seus operários através de vilas operárias, solução viável e mais lucrativa por permitir que salários fossem rebaixados em um momento no qual a população a ser alojada ainda era relativamente pequena (KOWARICK, 1979). A provisão de moradia aos trabalhadores deixa de valer a pena para o setor privado na medida em que a industrialização se intensifica e carrega consigo a intensificação do fluxo migratório, o qual gera um excedente de mão-de-obra disponível que se instala na cidade. Dessa forma, os custos de moradia que antes eram oferecidos pela iniciativa privada são transferidos para o próprio trabalhador. Assim sendo, ele deve buscar novas formas de se manter na cidade que sejam compatíveis com seu poder aquisitivo, que é dilapidado diante da reserva de força de trabalho que favorece a exploração (KOWARICK, 1979).

No processo de industrialização do Brasil no século XX, o operário da indústria, apesar de possuir seu emprego regulamentado, recebia baixos salários incapazes de arcar com os custos habitacionais pelas vias formais do mercado residencial, uma vez que o salário regulamentado não contemplava os custos de acesso à moradia (MARICATO, 2013). Os baixos salários só poderiam ser mantidos dessa forma caso

⁴ Como um exemplo, podemos indicar as análises de VAZ (1994) sobre como a mudança de modelo econômico mercantil-exportador baseado no trabalho escravo para um modelo capitalista-industrial baseado no trabalho assalariado no final do século XIX gerou transformações socioespaciais no Rio de Janeiro, com reflexos sobre a forma de se habitar na cidade.

existisse um grande contingente reserva de mão-de-obra. A precarização dos trabalhadores diante deste cenário levou-os a encontrar na autoconstrução uma forma de reprodução social, o que, contudo, contribuiu para que os custos habitacionais se mantivessem desincorporados de seus salários (KOWARICK, 1979).

Maria Laís Pereira da Silva (2005) aponta em seu estudo sobre as favelas cariocas no período de 1930 a 1964 uma forte relação entre o processo de industrialização na cidade e o fenômeno das favelas. A relação entre a fábrica e a moradia é antiga. Até cerca da década de 1940 o industrial provia a habitação aos operários, as chamadas vilas operárias, criando *“as condições de reprodução da força de trabalho, entre elas a habitação, na proximidade de sua indústria, como garantia de disponibilidade (pela permanência ou fixação) da força de trabalho”* (SILVA, 2005: 113). Posteriormente, essa responsabilidade foi sendo substituída pelo Estado – que não cumpriu seu papel de forma adequada - e pelo próprio trabalhador, o que permitiu com que muitas das indústrias loteassem seus terrenos “liberados” que se encontravam em áreas valorizadas⁵. O que se desenvolveu em seguida foi o que a autora nomeia de “favela operária”, se referindo às favelas que passaram a se desenvolver nos arredores das indústrias (SILVA, 2005)⁶.

Desta forma, a industrialização capitalista junto com uma base histórica patrimonialista e clientelista, marcada pela segregação e exclusão de uma parte da população do acesso à terra, guiaram o crescimento das cidades brasileiras rumo à segregação socioespacial e à instalação da população mais pobre em assentamentos precários (MARICATO, 2013).

Contudo, este não foi o único fator conformador destes espaços de pobreza. A gestão urbana que privilegia os interesses privados ante os coletivos também possui papel importante na conformação das moradias urbanas precárias. O solo urbano colocado para servir à função econômica beneficia os grupos privados detentores de terrenos a partir de intervenções do setor público na infraestrutura urbana. Diante da dinâmica capitalista da produção do solo urbano, essas intervenções acabam

⁵ Segundo SILVA (2005), principalmente na Zona Sul da cidade, no caso do Rio de Janeiro.

⁶ Mas, segundo a autora *“é preciso distinguir entre favelas que se formaram seguindo fases mais antigas de industrialização e aquelas que, já em fases posteriores, desenvolveram-se associadas à presença de indústrias nos seus arredores”* (SILVA, 2005: 115), estas últimas sendo o caso apresentado como “favela operária”.

favorecendo o setor imobiliário e os mecanismos de especulação, uma vez que qualquer tipo de melhoria urbana valoriza imediatamente o preço dos terrenos (KOWARICK, 1979)⁷. Ou seja, o dinheiro do trabalhador, o qual integra o montante do dinheiro público que deveria ser direcionado à construção da moradia para atender à necessidade popular, muitas vezes é direcionado para obras de infraestruturas que servem de base para a dinâmica de especulação imobiliária que exclui grande parte da população do acesso à moradia digna (SANTOS, 2014c).

Nesses casos, ao invés de priorizar áreas carentes de infraestruturas básicas, os investimentos públicos reafirmam a lógica de geração e captação das rendas fundiárias a partir de obras de caráter imobiliário que contribuem para a especulação através do aumento dos preços dos terrenos e dos imóveis, favorecendo as grandes empreiteiras e construtoras, ou seja, o capital privado (MARICATO, 2013). A justificativa constantemente utilizada para que estes investimentos públicos não sejam direcionados aos locais que mais necessitam deles é que estas áreas não possuem o potencial lucrativo de atrair investimentos, e, com isso, gerar mais empregos, ao contrário das áreas centrais da cidade. Dessa forma, os investimentos públicos transferem renda para o mercado imobiliário restrito e de alto padrão, enquanto as áreas mais necessitadas permanecem à sombra do processo de urbanização (MARICATO, 2013).

O desinteresse público por projetos sociais pode ser explicado por uma gestão que se utiliza da parceria público-privada na qual o setor privado é privilegiado. Este setor tem interesses particulares para geração de lucro, logo, segunda a lógica capitalista, é coerente que esses investimentos busquem se instalar em locais que se mostrem lucrativos ao invés das áreas mais precárias, de interesse da população, pois estes não se mostram rentáveis diante da dinâmica capitalista do espaço. Diante de salários rebaixados, da especulação imobiliária e o desinteresse de investimentos urbanos voltados para atender a população mais pobre, ocorre o que KOWARICK (1979) denomina *espoliação urbana*. Esse conceito se baseia na soma de variados

⁷ O processo de parcelamento do solo pelo setor privado, contribuindo para a especulação imobiliária, consiste em lotear terrenos distantes de áreas já providas de serviços públicos, deixando terrenos vazios entre o novo loteamento e centros providos de serviços e infraestrutura. Dessa forma, quando o novo terreno distante do centro for loteado seria necessário que o poder público realizasse o prolongamento de infraestruturas e serviços para o local, valorizando imediatamente os terrenos não loteados existentes entre o centros e a nova área loteada (KOWARICK, 1979).

tipos de extorsões nos mais diversos âmbitos da vida do trabalhador que contribuem para o aprofundar a sua precarização. Ou seja, é a dilapidação da condição de existência humana nas mais diversas esferas necessárias à reprodução social (como o trabalho, moradia e transporte), configurando uma sequência de exclusões sociais. (KOWARICK, 1979).

A tolerância quanto aos assentamentos ditos informais é arbitrária. Enquanto este fenômeno não interfere nos interesses econômicos das grandes empresas, e se mantém como uma situação confortável para os setores público e privado prosseguirem com o descaso em relação à crise habitacional, ele é aceitável. Contudo, a partir do momento em que começa a apresentar prejuízos, a exemplo de quando a ocupação ocorre em áreas privilegiadas que poderiam ser exploradas pelo mercado imobiliário, ela não é tolerada (MARICATO, 2013)⁸.

Apesar de funcional em alguns aspectos, estes assentamentos são bastante disfuncionais no que diz respeito à questão ambiental. A crise habitacional gera um cenário devastador, não apenas no cenário urbano local, mas também no mundial. Mike Davis (2006) debate a questão ambiental em seu estudo sobre as favelas enquanto um fator inerente à condição de existência destes espaços. A favela possui uma geologia própria, uma localização reservada à sua existência no território: encostas, áreas próximas a indústrias, rios ou córregos – áreas desvalorizadas, sem infraestrutura e expostas a desastres. A condição destes moradores é se sujeitar a viver em meio aos riscos, sejam eles de poluentes ou de inundações, deslizamentos, terremotos, insalubridade ou qualquer outro tipo de desastre que nada possuem de “natural”, já que *“fragilidade’ é simplesmente sinônimo de negligência governamental sistemática em relação à segurança ambiental, muitas vezes diante de pressões financeiras externas”* (DAVIS, 2006: 131).

A pobreza urbana não diz respeito apenas a uma questão habitacional e social, ela é também uma questão de saúde pública, de crise sanitária e de segurança. Os assentamentos informais precarizados de infraestrutura básica não só condicionam

⁸ SILVA (2005) indica em sua obra diversos casos de tentativa de remoção de favelas no Rio de Janeiro (concretizada em muitos dos casos) que seguiram esta lógica a partir da década de 1930. Na coletânea aponta casos onde os próprios proprietários que alugavam o espaço para trabalhadores recorriam ao despejo diante da valorização do terreno, outros casos onde proprietários relegavam seus terrenos ao esquecimento – muitas vezes sem sequer registra-lo – e quando as terras passavam a ser valorizadas recorriam à justiça para o despejo dos moradores.

seus moradores a viver em situações inóspitas como também geram poluição ambiental para todo o território. Por exemplo, favelas situadas nas margens de reservatórios de água poluem diretamente estes locais através de dejetos lançados sem tratamento em rios e cursos d'água (DAVIS, 2006). As constantes enchentes decorrentes dos entupimentos e transbordamentos, assim como a dificuldade de acesso de caminhões para a limpeza, multiplicam a disseminação de diversas doenças, contaminando, sobretudo, os pobres urbanos (MARICATO, 2013).

Estas áreas ambientalmente frágeis e mais propensas a inundações, deslizamentos e outros acontecimentos não são interessantes ao mercado por possuírem legislação mais rígida e específica. Sendo assim, muitas vezes, acabam sendo apropriadas por moradias precarizadas, servindo a uma função social, mas que por serem desprovidas de infraestrutura básica aumentam os riscos ambientais. Uma vez estabelecidos, os moradores se tornam os inimigos do meio ambiente e, muitas vezes, têm que enfrentar tentativas de expulsão, sem que estas venham acompanhadas de um projeto social e habitacional de qualidade direcionado a estes habitantes (MARICATO, 2013).

No Rio de Janeiro, a favela já surge enquanto uma ameaça à cidade, pois, mesmo ainda sem ser conhecida em suas dimensões, é vista enquanto um problema a ser combatido. Nas décadas de 30 e 40 o projeto de erradicação de favelas se torna claro e aprofundado a partir da proibição do fenômeno pelo Código de Obras de 1937, prevendo a construção de conjuntos habitacionais para a substituição de favelas, consideradas como uma ameaça à cidade (BUENO, 2000; SILVA, 2005; VALLADARES, 2005). O discurso do embelezamento das cidades, que ignorava as questões reais a serem resolvidas, foi substituído pelo discurso da técnica, compondo o contexto do planejamento urbano modernista no Brasil que obteve seu auge na época da ditadura militar com maciços investimentos em planos urbanos (MARICATO, 2013). O processo de modernização brasileira contribuiu para ampliar as políticas de erradicação de favelas, uma vez que elas faziam alusão a uma miséria rural, à relação com os escravos e ao lado negativo do desenvolvimento brasileiro (BUENO, 2000).

VALLADARES (1978) indica que em algumas situações as remoções das favelas estão ligadas aos interesses do capital especulativo sobre o espaço urbano. A remoção desses assentamentos contribuiria não apenas para liberação de áreas a

serem economicamente exploradas no futuro, mas também na construção de conjuntos habitacionais que beneficiariam a construção civil (VALLADARES, 1978). O discurso modernista no Brasil, que tinha como ideologia a superação do subdesenvolvimento nacional para superar o atraso do país, se esvaziou de utopia social e se prendeu às questões formais, procurando levar modernidade a uma sociedade que não era modernizada. O planejamento urbano modernista se deteve a obras de infraestruturas que seguiam a lógica de valorização das áreas mais atrativas ao capital, aumentando as disparidades intra-urbanas, além de buscar resolver o problema da moradia através da construção de conjuntos habitacionais distantes do centro (MARICATO, 2013).

Apesar da forte repressão às favelas, VALLADARES (1978) indica que justamente no período no qual mais se exerceu a prática remocionista das favelas foi apresentado um aumento de 74% destes assentamentos no território, bem como o aumento de 36,5% da população de moradores de favelas.

Durante a Ditadura Militar, foi criada a PNDU (Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, integrante do II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1973), sistema a nível nacional de planejamento urbano que foi responsável pela época de mais investimentos em planos urbanos para as cidades brasileiras. Foram realizados diversos planos com o intuito de solucionar o "caos urbano" e o "crescimento descontrolado", porém os responsáveis que os faziam eram pouco engajados na realidade sociocultural brasileira e realizavam os projetos sem que a população fosse consultada. Foi a partir da criação do PNDU que as cidades brasileiras apresentaram seu maior crescimento, inclusive os assentamentos populares precários, que cresceram fora das leis e planos elaborados, indicando que estes, por si só, não garantem a resolução dos problemas urbanos. O PNDU, assim como cargos públicos ligados à questão urbana e planos urbanísticos, ignorava uma realidade brasileira desigual, e ao ignorá-la contribuía para o crescimento da segregação e desigualdade socioespacial no território brasileiro (MARICATO, 2013).

O que buscamos mostrar nesse tópico não é apenas a compreensão da favela enquanto um fenômeno urbano proveniente de dinâmicas econômicas, políticas e sociais, mas também o quanto a própria forma de encarar as favelas e a pobreza urbana impacta diretamente na conformação desses espaços e da cidade como um

todo. O desconhecimento das dinâmicas urbanas e desses assentamentos, uma abordagem distanciada pautada em estereótipos e generalizações, se tornam cegas o suficiente para apresentarem desdobramentos controversos. Como bem pontuou MARICATO (2013), enquanto os mecanismos de planejamento desconhecem as favelas e buscam através de planos, programas, projetos ou leis descolados da realidade, que não são capazes de apreender suas dimensões concretas, a resolução das questões urbanas, os espaços de pobreza continuam se constituindo fora do plano das ideias. Mas, será que de fato poderíamos colocar essa questão a partir do desconhecimento da realidade urbana? Ou seria resultado do desinteresse e negligência dos agentes transformadores do espaço (elites) em relação aos mais pobres, diante dos ganhos econômicos privados?

1.2. Favela: entre generalizações e especificidades

Segundo Abreu (2013), apenas a partir da década de 20 que o termo *favela* se torna um substantivo e deixa de ser uma referência exclusiva ao Morro da Favella⁹. O termo é oficialmente reconhecido enquanto um fenômeno urbano apenas na década de 40 (VAZ, 1994), passando a ser utilizado para designar favelas a partir de um senso comum enquanto “*aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizada nas encostas*” (VALLADARES, 2000: 7).

As favelas são comumente caracterizadas como espaços de ausência, da informalidade, da ilegalidade e da pobreza. Para além da generalização de seus aspectos existe também a generalização do próprio termo, que atribui características homogêneas, tanto no espaço intra-favela quanto entre favelas. A sua compreensão enquanto espaço de ausência - seja de infraestrutura, de investimentos, de regras, de moral ou de leis - traduz um estereótipo criado a partir de uma perspectiva dominante que procura representá-la não por suas próprias características, mas sim por uma comparação com um modelo urbano que é assumido como ideal. Nessa

⁹ atual Morro da Providência, favela localizada na cidade do Rio de Janeiro.

perspectiva, compreende-se a favela não pelo o que ela é, mas pelo considerado que deveria ser (FAVELAS, 2009).

Os equívocos na representação destes espaços não se limitam apenas à ideia de informalidade, ilegalidade e ausência. O próprio termo *favela* designa uma generalização de espacialidades diversas, que além de se conformarem de formas diferentes, passaram por processos de surgimento e consolidação distintos. Já foi verificado, por exemplo, que muitos dos assentamentos designados como tal surgiram a partir de traçados regulares, de conjuntos habitacionais projetados e até por meio de aluguel cobrado pelos próprios proprietários do terreno, o que desconstrói a visão sobre uma favela que nasce sempre irregular e de forma ilegal (FAVELAS, 2009; CAVALLIERI, 2009; SILVA, 2005; SILVA, 2009; VAZ, 1994).

A ideia de que as favelas surgem a partir de uma ocupação gratuita ou a baixos custos pela população mais pobre constitui um outro tipo de estereótipo. Mike Davis (2006) mostra em seus estudos o quanto esse tipo de afirmação é um equívoco diante do cenário global, uma vez que em muitos casos existe um custo prévio aos moradores para que possam se estabelecer em determinado local. Segundo o autor, muitas vezes esse processo passa pela coação dos moradores por políticos, bandidos, policiais e agentes do mercado privado para o pagamento de propinas para poderem se estabelecer no local, além do próprio custo punitivo da distância destas áreas da oferta de serviços, transporte e do próprio mercado de trabalho. Quando somados, estes custos prévios podem não sair de fato mais barato do que se estabelecer em um local através da compra do terreno, mas a compensação para os moradores diante dessa opção vem da possibilidade de transformações gradativas de suas moradias ao longo do tempo (DAVIS, 2006).

Lílian Vaz (1994) mostra em sua pesquisa que algumas das ocupações nos morros cariocas ocorreram a partir da cobrança de aluguel, dialogando com o que foi verificado por Davis (2006) e o que foi também apresentado por SILVA (2005). VAZ (1994) percebe um movimento de transição das habitações populares dos cortiços às favelas, percebendo similaridades entre ambos e não formas de habitação opostas. Se por um lado poderiam ser percebidas características designadas às favelas em alguns cortiços da cidade, por outro, imagens históricas do morro da Favella evidenciam construções habitacionais com formas que não podem ser atribuídas à

autoconstrução (VAZ, 1994: 592). A própria forma de acesso à habitação se configurava como outro ponto em comum dessas duas tipologias. As pesquisas indicam a presença da cobrança de aluguel nas moradias das primeiras favelas, fossem de barracos, cavas no chão ou apenas de terrenos. Essa verificação é confirmada por SILVA (2005), que indica o grande número de ocupações que surgiram dentro de uma determinada legalidade, muitas vezes estimuladas pelos próprios proprietários da terra¹⁰.

A relação existente entre os assentamentos designados como favelas e o próprio termo apresenta uma relação dialética que, se por um lado o substantivo em si generaliza realidades heterogêneas e não permite a percepção de especificidades, por outro também permite perceber processos urbanos semelhantes no território. Tanto quanto evitar cair em diagnósticos generalizantes, é importante também reconhecer as semelhanças dos processos socioespaciais que ocorrem no território, derivados de uma determinada organização da sociedade e de determinadas conjunturas. Ou seja, não é possível compreendê-los por eles próprios, sem inseri-los em um processo maior enquanto um fenômeno que se apresenta em outras localidades. No entanto, também não podemos nos deixar satisfazer pelas compreensões generalizadas que o entendimento deste movimento maior nos induz. É necessário compreender o cenário total e ao mesmo tempo colocá-lo à prova em um contexto local específico.

De fato, existem semelhanças entre favelas, como, por exemplo, os abrigos autoconstruídos que, apesar de não serem a única verdade sobre os processos de construção ali existentes, correspondem à uma realidade comum. Paola Jacques (2001) se utiliza da figura do fragmento para caracterizar essas moradias, representando tanto os fragmentos dos materiais que constituem os barracos quanto os próprios barracos que conferem a ideia de fragmentos do espaço construído, fragmentos espalhados pelos terrenos. Segundo a autora, a temporalidade é um fator crucial na construção do espaço da favela, pois a sua transformação se baseia também nas transformações dos fragmentos, sejam eles dos materiais usados na construção sejam das próprias moradias que se alteram pouco a pouco de forma

¹⁰ Segundo SILVA (2005) “em cerca de 40% da 379 favelas surgidas antes de 1964 havia fortes indicações de que, na origem, houve uma ocupação autorizada por supostos proprietários das terras, privadas ou públicas, com ou sem pagamento de taxas e aluguéis” (SILVA, 2005: 101).

fragmentada (JACQUES, 2001). Essas primeiras ocupações a partir de fragmentos pode já ter sido interpretada como moradia precária e provisória, no entanto, cada vez mais, as moradias se tornam fixas e mais numerosas, reforçando seu caráter de permanência (SILVA, 2009).

Segundo CAVALCANTI (2004), a favela “tradicional” é entendida a partir da autoconstrução, condição verificada por JACQUES (2001) através da relação definida como espaço-movimento, onde o espaço é construído, transformado e vivido por seus moradores. Desta forma, o morador da favela realiza duplo papel, pois também constrói a sua moradia (JACQUES, 2001). Os barracos provisórios sofrem gradativas alterações que os transformam em moradia fixa¹¹, representada pela construção em alvenaria. Esta mudança do caráter provisório para o permanente é acompanhado pelo aumento da área construída das moradias, o que implica no aumento da densidade e da verticalização do ambiente construído (DENALDI, 2003).

O espaço intra-favela não é homogêneo, ele se constitui de múltiplas heterogeneidades com diversas possibilidades de apropriação e de acesso aos serviços (LOBOSCO, 2009: 27), contando com uma estrutura social diversificada que abriga inclusive uma porção – embora pequena - da classe média (DENALDI, 2003). Contudo, apesar desta multiplicidade tanto construtiva quanto social existente na estrutura das favelas, é possível estabelecer algumas práticas específicas a esta conjuntura, que serão analisadas a seguir.

Apesar de muitos estudos comprovarem as desigualdades internas e a heterogeneidade tanto do espaço da favela quanto de seus moradores, o senso comum constitui uma visão hegemônica que afasta simbolicamente esses espaços da cidade (FAVELAS, 2009). A própria iniciativa pública segue as concepções sobre favelas geradas a partir do senso comum, o que impossibilita a percepção das verdadeiras questões ali existentes. Muitas vezes a favela é reduzida a uma questão de violência, não a inserindo em um processo maior de déficit habitacional, restrições do acesso à terra, sustentabilidade e desigualdade socioeconômica.

Tenta-se sempre generalizar a favela, mas, na verdade, o que se verifica é uma grande complexidade que gera particularidades em cada contexto de acordo com as

¹¹ No sentido de se fixar no território, fixar sua existência na favela.

especificidades locais. Apesar de ser possível atribuir algumas características comuns, por vezes elas serão contrariadas por estas especificidades, assim como ocorre em todo contexto urbano (SILVA, 2009). Uma vez que o morador ali se estabiliza, a favela se torna parte integrante e estruturante da cidade brasileira e do processo de urbanização, e não uma parte excluída desse processo (LEITÃO, 2009).

1.3. Sobre cidadania, território, intervenção governamental e participação popular

Diante do foco da pesquisa em intervenções governamentais em favelas, baseado na perspectiva dos moradores, julgamos necessário aproximar o debate com a questão da cidadania. Com isso, temos por objetivo atrelar à discussão já apresentada sobre as desigualdades urbanas a prática cidadã e os direitos essenciais à existência humana, partindo do princípio de que estes deveriam ser os pressupostos das ações públicas. Mais do que isso, buscamos uma base teórica que permita perceber a importância da participação popular nas transformações da cidade, como forma de aproximação e adequação do plano-discurso com a realidade.

O conceito de cidadania elaborado por SANTOS (2014c) se baseia na ideia de que o indivíduo, por viver em sociedade, possui certas prerrogativas sociais, dentre elas os direitos necessários para a vida em coletividade. A cidadania assume a noção de direitos e deveres ao ser para o convívio social, onde está também inserida a ideia de liberdade (SANTOS, 2014c).

A chegada do capitalismo promoveu mudanças nas relações sociais a partir do fim de laços de servidão. A cidade foi palco dessa importante conquista de sua época, aonde o surgimento do trabalhador livre estabeleceu elos históricos entre cidadania, capitalismo e liberdade (SANTOS, 2014c). Mas, se por um lado as cidades são percebidas como espaços da liberdade e da prática democrática, por outro elas se apresentam espacialmente fragmentadas, segregadas e hierarquizadas, traduzindo as relações sociais existentes a partir de uma estrutura social hierárquica, conflituosa e que apresenta formas de dominação (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003). A sociedade capitalista acaba por produzir a alienação dos indivíduos a partir do próprio processo de consumo inerente ao sistema capitalista, aonde estes se percebem de forma individualizada e não de forma coletiva, dificultando a luta por conquistas sociais

mais amplas (SANTOS, 2014c), já que *“a reivindicação de uns não raro representa um agravo para o outro”* (SANTOS, 2014c: 30).

Dessa forma, o consumo poderia ser percebido enquanto o ópio do povo, por provocar alienação a partir do esvaziamento da vida coletiva pela individualização das pessoas. Esse processo aniquila o reconhecimento do indivíduo quanto a si mesmo, pois, se por um lado o consumo alimenta o individualismo, por outro gera homogeneização e uniformidade a partir da busca por ícones de consumo, que anulam a personalidade e que fazem com que as pessoas busquem tornar-se semelhantes aos outros para se sentirem incluídas no meio social. Nesse processo de construção do consumidor, o reconhecimento coletivo do indivíduo cede lugar a um reconhecimento individual marcado pelo utilitarismo, o que dificulta sua própria consciência quanto ao seu papel no mundo e quanto ao seu lugar na sociedade. A fragmentação e individualização prejudicam a própria ideia de cidadania, pois esta deixa de ser vista enquanto um direito coletivo e passa a ser individualizada, o que implica na percepção das pessoas por suas diferenças e não coletividades (SANTOS, 2014c; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003). Se o consumidor é individualizado e se alimenta de parcialidades, o cidadão é seu contraponto e representa o indivíduo coletivo e multidimensional que desafia as ordens operantes na sociedade (SANTOS, 2014c).

Se a cidadania se baseia em um princípio coletivo, ela também atrela princípios de liberdade e autonomia do cidadão, buscando garantir que o indivíduo seja capaz de reivindicar, reclamar e que tenha entendimento de si e de mundo tal que lhe confira a possibilidade de refletir sobre a sociedade de forma autônoma. No entanto, a desigualdade impossibilita a autonomia e a liberdade do indivíduo, uma que vez que a falta de acesso aos direitos fundamentais da existência humana prejudica as condições básicas necessárias à autonomia e à liberdade de ação (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003).

Os direitos essenciais à vida – dentre eles o acesso à educação, informação, saúde, habitação e transporte - podem ser oferecidos a partir de fixos públicos e de fixos privados. Enquanto os fixos privados seguem a lei da oferta e da procura, os públicos se instalam - ou deveriam – de acordo com princípios sociais necessários à existência da população, o que independe da obtenção de lucro. Uma vez que esses

serviços essenciais são dispostos a partir do mercado e das relações de consumo, as desigualdades socioespaciais são aprofundadas no território através de um ciclo vicioso (SANTOS, 2014c)¹².

Quanto ao debate habitacional enquanto direito essencial e, portanto, parte do acesso à cidadania, SANTOS (2014c) diferencia o direito à propriedade do direito à moradia. A moradia vai além da construção de uma casa, ela diz respeito também às suas condições, ao acesso a serviços e a transportes. No Brasil, o mito da propriedade é muito forte, por isso grande parte da produção habitacional no país é voltada principalmente para a classe média – a partir da noção de habitação enquanto mercadoria - com incentivo público, ou seja, a partir da verba coletada por trabalhadores de diversas classes (SANTOS, 2014c).

Nesse quesito, percebe-se que o mito da propriedade gera uma produção habitacional - quando existente - para a população mais pobre que só serve à ideia de consumo da propriedade privada, onde a qualidade da habitação e a sua localização está inteiramente ligada à condição financeira da classe. Isto se baseia em um pensamento economicista e capitalista que já concebe as habitações populares como subnormais, seja pela qualidade construtiva, pelo tamanho das unidades ou pela localização (SANTOS, 2014c).

O debate sobre cidadania não pode vir desvinculado do debate territorial, uma vez que o indivíduo é indivíduo em um lugar. Sendo as nossas cidades e sociedade desiguais, em um processo onde a estrutura urbana tanto reflete quanto influencia a estrutura social, e vice-versa, a própria prática cidadã é distribuída de forma desigual no território e na estrutura social (SANTOS, 2014c; RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003). SANTOS (2014c) percebe que nos países do Terceiro Mundo a noção de

¹² “Para cada serviço, há um volume mínimo de vendas sem o qual o negócio não vingará. Neste caso, a área tributária do centro onde tal serviço não pode instalar-se tem de se abastecer em um centro mais distante. O preço, em consequência, será mais alto e o serviço ficará, assim, ainda menos acessível. Pelo fato de que menos gente pode procurar o provedor do serviço, este é obrigado a cobrar mais caro e, porque os preços são elevados, há menos compradores. É o círculo vicioso em que se debatem inúmeras áreas pelo país afora, com o resultado de que uma enorme parcela da população não encontra resposta para necessidades inadiáveis” (SANTOS, 2014c: 145).

cidadania está vinculada à ideia de classe, onde a hierarquização social traça seu paralelo com a hierarquização do acesso à cidadania.

Se por um lado o Estado democrático é o que confere os direitos de cidadania aos indivíduos, por outro ele depende dessas mesmas condições para sua efetividade democrática. Ou seja, o Estado democrático confere as liberdades, direitos e deveres para a prática da cidadania, mas se os próprios indivíduos não apresentarem acesso igualitário a essas condições a prática democrática fica comprometida por uma estrutura social desigual que perpetua este ciclo (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003).

No caso brasileiro, o modelo econômico gerou uma urbanização desigual, reflexo da concentração de renda e má distribuição de riquezas que impactaram negativamente na prática cidadã. A existência do indivíduo está condicionada a certas necessidades essenciais ofertadas enquanto serviços necessários à condição humana em sociedade (SANTOS, 2014c). A urbanização desigual, bem como a própria estrutura social, gera desigualdade na distribuição espacial da oferta de serviços essenciais à vida, onde as áreas mais pobres são as áreas que apresentam menor oferta, pois o consumo gera "*idades criadas para servir a economia e não à sociedade*" (SANTOS, 2014c: 60). A segregação socioespacial e a distribuição desigual das riquezas influenciam diretamente no exercício da cidadania, uma vez que geram espaços desiguais onde uns apresentam melhores condições à prática cidadã enquanto outros podem, inclusive, servir como uma barreira ao seu exercício (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003; SANTOS, 2014c).

"Morar na periferia é condenar-se duas vezes à pobreza. À pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se a pobreza gerada pelo modo territorial. Este, afinal, determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. Onde os bens sociais existem apenas na forma mercantil, reduz-se o número dos que potencialmente lhes têm acesso, os quais se tornam ainda mais pobres por terem de pagar o que, em condições democráticas normais, teria de lhe ser entregue gratuitamente pelo poder público." (SANTOS, 2014c: 143).

É possível perceber uma importante questão existente na sociedade capitalista, algo como um paradoxo onde o próprio mecanismo de funcionamento do sistema, voltado para o consumo, gera condições que dificultam a prática democrática. Como conciliar, dessa forma, o princípio de igualdade cidadã em uma sociedade desigual (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003)? Como tornar uma ordem

efetivamente democrática diante de um sistema que produz desigualdades socioespaciais e níveis diferentes de cidadania distribuídos territorialmente (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003; SANTOS, 2014c; TEIXEIRA, 2001)?

Essas desigualdades também dizem respeito às desigualdades de poder social, ou seja, a capacidade que diferentes grupos localizados no espaço possuem de disputar os recursos urbanos distribuídos no território, o que traduz o seu nível de empoderamento (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003). A lei não é garantidora da cidadania, pois diz respeito a um plano-discurso, enquanto a cidadania é entendida a partir de um movimento ativo de conquista e participação (SANTOS, 2014c).

Para MARICATO (2013), um dos meios de garantir o exercício democrático da política é evidenciar, e não abafar, os conflitos sociais urbanos gerados pelas desigualdades. Segundo a autora, os discursos ideológicos criados através de uma imagem da cidade enquanto ator político busca esconder os conflitos existentes, aludindo à conciliação de classes. Criar condições para a emergência de conflitos é reconhecer o direito à reivindicação dos diversos atores urbanos (MARICATO, 2013), ou seja, o direito de reclamar e de ser ouvido, que está intimamente ligado ao exercício da cidadania (SANTOS, 2014c).

Dessa forma, Ermínia Maricato (2013) aproxima ao debate a questão da participação popular no planejamento e gestão urbana, defendendo que a formulação de planos elaborados de forma participativa é importante tanto no reconhecimento dos conflitos quanto da população na tomada de decisões (MARICATO, 2013). Se Milton Santos (2014c) debate a questão da cidadania vinculada ao território como forma de acesso igualitário de bens e serviços essenciais à condição de existência humana na cidade, MARICATO (2013) entende que o próprio processo de planejamento da cidade e, conseqüentemente, da distribuição destes fixos¹³ no território é condição que confere cidadania – aqui compreendendo uma cidadania ativa.

A participação ocorre sob diversas formas e intensidades, as quais dependem de uma determinada conjuntura e dos atores envolvidos. Existem diversas formas de participação, e entendê-la enquanto um processo “*significa perceber a interação*

¹³ SANTOS (2014) elabora debate sobre fixos públicos e privados na cidade.

continua entre os diversos atores” (TEIXEIRA, 2001: 28), entre eles o Estado, a sociedade e instituições políticas (TEIXEIRA, 2001: 28).

Contudo, essa dinâmica democrática se apresenta de forma conflituosa em um contexto de urbanização desigual. Por um lado, a participação busca a inclusão social dos cidadãos, mas por outro é desfavorecida pelas desigualdades existentes, interferindo na distribuição de poder e de cidadania no território (RIBEIRO; SANTOS JUNIOR, 2003).

Dessa forma, a verdadeira democracia se baseia em reconhecer as desigualdades socioespaciais que existem em um determinado local como forma de combatê-la a partir da elaboração de uma construção participativa do espaço, onde as distâncias entre quem pensa a cidade, quem a vivencia e quem a operacionaliza sejam minimizadas (MARICATO, 2013). A efetividade democrática não é garantida apenas pelos direitos formais ou pelo plano-discurso igualitário. É necessário que estes direitos sejam territorializados, visando o acesso igualitário das condições necessárias ao exercício da cidadania que garanta a efetividade da ordem democrática.

Como forma de pensar uma proposta concreta para a participação popular, MARICATO (2013) propõe a elaboração de um Plano de Ação que exija a integração entre governo e sociedade. Esse plano deve garantir que as diretrizes urbanas em suas variadas esferas sejam pensadas e implementadas a partir da atuação popular, indo em direção oposta aos planos atuais que são essencialmente normativos¹⁴, aplicados de forma arbitrária e descolados da realidade (MARICATO, 2013).

Enquanto o espaço urbano se configurar de forma desigual, o exercício da democracia fica comprometido. Para que haja uma verdadeira prática democrática e distribuição igual da cidadania no território é preciso que todos os cidadãos passem a ser vistos como iguais, ou seja, merecedores iguais dos serviços essenciais, independentemente de sua localização (SANTOS, 2014c). Neste processo marcado por avanços e retrocessos, a participação cidadã possui importante papel por possibilitar empoderamento à população a partir do reconhecimento dos conflitos

¹⁴ Como exemplo, o direito à habitação e a função social da propriedade, que apesar de constarem no plano das ideias não estão garantidos na realidade (MARICATO, 2013).

socioespaciais existentes. Os próprios mecanismos de autoanálise do processo e das formas de organização são importantes não apenas para o refinamento do procedimento, mas também como uma forma educativa, evidenciando a necessidade de reflexão constante das ações realizadas na busca de reconhecer os limites e alcances e de aprender com os próprios erros (TEIXEIRA, 2001; MARICATO, 2013).

1.4. Contexto socioespacial nas favelas

Neste tópico buscamos compreender o espaço intra-favela a partir de seus elementos socioespaciais principais. Neste sentido, relacionamos as dinâmicas de surgimento e expansão desses assentamentos com a estruturação dos espaços intra-favela.

As condicionantes do surgimento dessas ocupações originaram certas práticas urbanas específicas que seguem uma lógica interna e particular, expondo um modo de pensar e agir que tanto é fruto quanto produtor deste espaço que os acolhe (LOBOSCO, 2009).

A ocupação do solo nas favelas é realizada através de ações individuais que delimitam os lotes segundo as necessidades espaciais dos moradores. Este solo é fragmentado em células de moradias que deixam vagos espaços mínimos, necessários para circulação e acesso, o que acaba gerando uma alta densidade construtiva e poucas áreas livres destinadas ao lazer e à ventilação (LOBOSCO, 2009). Nos estudos sobre as diferentes morfologias urbanas encontradas no Complexo da Maré, Lílian Vaz e Paola Jacques (2003) verificam esta construção temporal do traçado, que vai, pouco a pouco, compondo e estruturando o espaço:

"O alinhamento das ruas não é estabelecido a priori, mas se define a medida que os ocupantes marcam os limites de seus terrenos, estabelecendo caminhos e configurando linhas, ou à medida que as fachadas das edificações que surgem configuram planos. Eventuais alargamentos e cruzamentos de vias formam pequeninos largos e praças. As edificações vão se inserindo nos espaços disponíveis; no entanto, quando só restam espaços mínimos, ou quando já não podem mais ser encontrados, as casas surgem sobre nesgas de terrenos assumindo dimensões pouco usuais e formas insólitas como de casas-ponte e casas-túnel, entre outras" (VAZ, Lílian; JACQUES, Paola Berenstein, 2003).

A ocupação do solo realizada a partir de sucessivas ações individuais - ou seja, sem um projeto prévio mais amplo - pode gerar um traçado orgânico nestes assentamentos, diferindo da rigidez verificada no traçado da cidade planejada (LOBOSCO, 2009). Este traçado é aferido por JACQUES (2001) como a figura do labirinto, que diz respeito ao conjunto de barracos que formam um espaço urbano espontâneo e labiríntico, em constante transformação e mudança de acordo com as transformações dos fragmentos¹⁵. A temporalidade presente nas mudanças dos fragmentos atua também no traçado da favela, transformando-o constantemente de forma que a planta da favela nunca é definitiva (JACQUES, 2001).

As ruas labirínticas dizem respeito às vias que são criadas a partir da ocupação do solo realizada pelos moradores. Em muitos casos, os primeiros barracos surgem ao longo das margens de alguma via já existente, que acaba por se tornar a via principal que estrutura o assentamento. Por esta via ser anterior às ocupações, é provável que ela seja mais larga, melhor estruturada e menos labiríntica, realizando o elo da favela com o restante da cidade, como é o caso da Rocinha e do Vidigal.

No caso da Rocinha, localizada entre os bairros da Gávea e São Conrado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, a favela se estruturou a partir da Estrada da Gávea. Esta via é um percurso que liga São Conrado à Gávea e que teve sua abertura em momento anterior ao surgimento dos primeiros barracos, quando a área ainda se conformava enquanto região rural. As primeiras ocupações da região surgiram em 1925 ao longo da estrada, se intensificando na década de 1930 com a sua pavimentação (ANDRADE, 2002; FARIAS, 2009). A Estrada da Gávea é a via principal que deu acesso às primeiras construções da favela, e foi através dela que a sua setorização se estruturou (FARIAS, 2009).

De certa forma, as vias na favela são hierarquizadas quanto à temporalidade, acessibilidade, renda e infraestrutura. De modo geral, os eixos principais são os que estabelecem o contato com a cidade dita formal, sendo estas as áreas mais antigas e que contam com melhor suporte de infraestrutura. A circulação de automóveis, na maioria das vezes, acaba se restringindo a estas vias principais que ligam o interior da favela ao traçado formal da cidade, enquanto os becos e vielas, de características

¹⁵ Figura do fragmento apresentada no tópico 1.2 deste capítulo.

labirínticas, são destinados à circulação dos pedestres. Dessa maneira, é possível perceber diferenças em termos construtivos entre a via principal e os becos e travessas (LOBOSCO, 2009).

“Esta é uma distinção importante: becos e travessas, normalmente, são vias mais estreitas e sinuosas, com um nível de urbanização inferior às ruas propriamente ditas.” (ALVITO, 2001: 28).

Além da distinção construtiva entre becos, travessas e vias principais, existe também a distinção entre as bordas da favela e seu interior. As bordas são as primeiras áreas a serem ocupadas, portanto mais antigas, e estabelecem contato direto com os eixos de circulação. Por serem áreas de maior facilidade de acesso e melhores condições construtivas, estas são as áreas mais valorizadas, e, portanto, com preço mais elevado dentro da setorização da favela (ALVITO, 2001). Em seu percurso pela via principal da favela Parque Acari, Marcos Alvito (2001) percebe claramente esta diferença construtiva. Segundo o autor, a área mais próxima da entrada comporta as moradias *“bem-acabadas, com fachadas pintadas e mais de um pavimento”* (ALVITO, 2001: 28), enquanto que na medida em que se adentra a comunidade pela via principal percebe-se maior existência de becos onde a qualidade construtiva se mostra pior (ALVITO, 2001).

As diferenças de caráter construtivo podem ser verificadas, inclusive, no contexto de uma mesma via. Alguns autores percebem um diálogo entre acessibilidade e temporalidade. Quanto melhor a condição construtiva da via, maior a facilidade de acesso às construções de suas margens e entorno imediato, e melhor o caráter construtivo dessas construções. Os locais mais acessíveis costumam ser os mais valorizados e, portanto, os que buscam maiores fontes de captação de renda, seja através do mercado imobiliário, seja pelo estabelecimento de comércios (sobretudo térreos). Quanto à questão da temporalidade, a evolução construtiva da favela é realizada por sucessivos fragmentos que vão, pouco a pouco, transformando o cenário, e por este motivo é provável que quanto mais antiga for uma área ela apresente melhores condições construtivas em decorrência do acúmulo de ações neste espaço (JACQUES, 2001, 2011; ALVITO, 2001; ANDRADE 2002; LOBOSCO, 2009).

Esta diferenciação construtiva também é verificada na favela da Rocinha. No caso de assentamentos inseridos em encostas, é possível verificar maior valorização

e melhores condições construtivas na parte baixa, pois esta costuma ser a área de mais fácil acesso. A proximidade com linhas de transporte público e com vias de fluxo intenso de pessoas e veículos fazem da acessibilidade um atrativo ao mercado imobiliário. Não por acaso, estas áreas são as que costumam apresentar edificações com melhor qualidade construtiva e maior quantidade de pavimentos, além de serem densas e possuírem intensa atividade comercial.

“O grau de precariedade das condições de acessibilidade da via indica a capacidade de investimento e mobilização coletiva das famílias, na Rocinha, quanto pior o acesso menor a renda dos moradores da rua, beco ou escadaria. Assim, as casas do padrão de ocupação periférica são interligadas ao conjunto viário por escadarias ou vias não carroçáveis que além do desconforto do acesso do morador, também demandam maior investimento para melhoria do domicílio” (FARIAS, 2009: 101).

O espaço construído ganha forma a partir de interesses e ações individuais, sem que haja uma forte presença de legislação e fiscalização edilícia. Os limites físicos entre o espaço privativo e público seguem em constante transformação, de acordo com as obras de construção civil. Em grande parte dos casos, as obras nos espaços privados invadem áreas destinadas ao uso público como calçadas, becos e praças, o que implica na tendência de ocupação dos espaços livres públicos para benefício pessoal do morador. Isso implica tanto na diminuição das áreas livres e públicas na favela quanto na precarização das mesmas. O estreitamento de calçadas, causado por invasões construtivas, e a diminuição das áreas ventiláveis, resultantes da ampliação de residências sobre becos e travessas, são exemplos da supressão dos espaços públicos (ANDRADE, 2002).

Apesar de não ser possível elaborar um estudo sobre uma única estética da favela, em decorrência da complexidade e heterogeneidade destes espaços, é possível averiguar certas dinâmicas comuns. Os afastamentos, gabaritos, varandas e os demais aspectos construtivos não seguem uma legislação ou padronização. As fachadas, inclusive, apresentam acabamentos diferenciados, podendo existir em um mesmo espaço construções em alvenaria aparente, com revestimento, e até a existência de precários barracos em madeira (ANDRADE, 2002).

O espaço vivido das vias corresponde aos usos e as apropriações do espaço construído na favela. A lógica social do espaço segue a lógica construtiva, onde as áreas mais acessíveis e com melhor infraestrutura são as mais caras e, portanto,

apropriadas pela parcela da população de maior renda. Conforme se adentra o espaço da favela, se distanciando cada vez mais de suas bordas e da proximidade com a cidade dita formal, percebe-se o aumento da precariedade das construções e de saneamento, seguindo também uma gradação de poder econômico onde estes espaços estão condicionados à ocupação da população de menor renda (LOBOSCO, 2009).

Esta heterogeneidade existente no interior das favelas se estrutura segundo a divisão da totalidade em microáreas¹⁶. Para ALVITO (2001) *“cada um desses ‘pedacinhos’ na verdade encerra em si uma rede de relações firmemente entrelaçadas, cujo ponto de partida é a vizinhança”* (ALVITO, 2001: 62). A delimitação destas *microáreas* pode ser tanto por aspectos sociais – a exemplo da “rua nordestina” que abriga moradores provenientes da região nordeste, verificada na favela do Coroadó – quanto simbólica – nomenclaturas que surgem a partir de atividades e vivências específicas de uma vizinhança – (ALVITO, 2001), servindo como representação das diversidades existentes em uma mesma favela (ALVITO, 2001).

As diferentes características físicas do espaço geram diferentes sensações, que também são estimuladas pelas características sociais verificadas em cada *microárea*. A conformação do espaço socioespacial determina os estímulos visuais, sonoros e sensitivos que serão percebidos pelos frequentadores e que irão caracterizar o lugar (ANDRADE, 2002), configurando a conotação simbólica carregada de memórias criadas a partir dos valores e significados, gerados pelas diferentes interpretações do espaço (ALVITO, 2001). Apesar de existirem diferentes áreas com significações simbólicas diferentes e com elos específicos de vizinhança, há uma condição do espaço vivido na favela que se estabelece de maneira geral. É a relação entre os espaços privados (moradias e comércio) e públicos (rua), que se misturam constantemente, tornando esses limites porosos (JACQUES, 2001).

A rua enquanto espaço de sociabilidade se torna um forte símbolo da vivência na favela. Os limites entre o espaço público e privado nestes assentamentos são imprecisos, contribuindo para o estreitamento das relações interpessoais e para o exercício de atividades de cunho privado em espaços públicos, a que Luciana

¹⁶ Termo utilizado por ALVITO (2001) para designar pequenas áreas de vizinhança que estruturam a totalidade da favela.

Andrade (2002) atribui como *continuidade doméstica* (ANDRADE, 2002). As diferentes vivências do espaço são condicionadas também pelos usos do solo. Áreas mais residenciais estabelecem um tipo de apropriação socioespacial diferente de áreas predominantemente comerciais (ANDRADE, 2002). A disposição dos usos no território intra-espacial segue a lógica da acessibilidade, onde as áreas mais acessíveis – nas quais se inserem as vias principais – concentram grande parte do comércio, combinação que gera um fluxo mais intenso de pessoas. Estas mesmas áreas são os locais mais caros e privilegiados destes assentamentos, sugerindo a valorização do acesso aos serviços, ao comércio e aos transportes (ver ALVITO, 2001; ANDRADE, 2002; LEITÃO, 2007).

Paola Jacques (2011) descreve o andar pelas ruas das favelas como sendo uma experiência labiríntica. Partindo da figura conceitual do *labirinto* enquanto traçado destes assentamentos, a autora confere símbolos e significados ao ato de caminhar por essas ruas, fazendo alusão ao gingado do samba, à dança e à experiência corporal que se tem neste percurso. Na verdade, não seria um percurso, mas sim um vagar errático, disposto ao acaso, e que traduz o movimento do espaço labiríntico (JACQUES, 2011). O labirinto da favela gera semelhante sensação de “*espaço urbano intermediário entre exterior e interior, entre público e privado*” (JACQUES, 2011: 93), não tendo certeza se se está dentro ou fora, inclusive pelas apropriações privadas do espaço público (JACQUES, 2011).

A construção social do espaço não abrange apenas questões de renda, gênero e acessibilidade, ela também diz respeito aos aspectos fenomenológicos e simbólicos a que estão condicionados estes primeiros aspectos, vinculados ao espaço construído. As diferentes combinações destes atributos geram diferentes formas de vivência, e, conseqüentemente, diferentes valores, memórias e significados.

1.5. Aproximação a uma análise socioespacial: Revisitando a sistematização do espaço em Milton Santos

O estudo do espaço é tarefa extensa e complexa diante de seus inúmeros elementos, interações e formas de interpretação. Milton Santos elabora o estudo do espaço a partir da perspectiva geográfica, o compreendendo enquanto um sistema de

elementos e ações. Segundo o autor, entender o espaço em sua totalidade só é possível a partir de sua fragmentação em elementos passíveis de serem analisados e que, posteriormente, possam ser reconstruídos enquanto sistema a partir de suas diversas interações (SANTOS, 2014a).

Quando fragmentados, os elementos configuradores do espaço representam uma abstração das particularidades do todo, este último sendo a verdadeira realidade, uma vez que as partes só fazem sentido e se tornam reais enquanto um conjunto indissociável. Apesar de abstrata, a separação da totalidade em elementos se faz necessária para podermos compreender as interações entre eles, suas condições atuais e transformações históricas, e assim podermos reconstituir o todo de forma palpável e compreensível (SANTOS, 2014a).

"Através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social." (SANTOS, 2014a:18).

SANTOS (2014a) parte de Kuhn para atribuir aos elementos a condição das coisas e não as coisas em si. Esses elementos do espaço são vistos como variáveis que se transformam de acordo com o tempo, e a eles podemos conferir atribuições qualitativas e quantitativas, as quais também sofrem transformações de acordo com o período histórico. A quantificação dos elementos parte de uma necessidade social em um dado momento. Portanto, primeiramente, devemos perceber o valor qualitativo deste elemento em seu momento histórico para, posteriormente, apreendermos o seu valor quantitativo (SANTOS, 2014a).

Estes elementos formadores do espaço (por exemplo: pessoas, firmas, transportes, entre outros), são formados por frações de si mesmo, sendo essas frações o que nos permite perceber as múltiplas possibilidades de interação, já que os elementos não configuram uma massa homogênea, mas sim um agrupamento de diversas frações que interagem entre si. Por este motivo, *"quanto mais sistemática for a classificação tanto mais claras aparecerão as relações sociais e, em consequência, as chamadas relações espaciais"* (SANTOS, 2014a:23).

O espaço se conforma enquanto um sistema de objetos e ações que se relacionam em diferentes níveis e formas, sendo essas interações o que configura a realidade espacial. Dentro deste sistema mais amplo existem diferentes subsistemas,

de diferentes escalas, desde a escala global até a escala local. Isto posto, são geradas inúmeras interações a partir da associação entre as diferentes escalas, que ocorrem de maneira constante. A partir disso, é possível perceber as implicações destas relações para a compreensão do espaço de maneira mais ampla. Ou seja, o espaço não pode ser entendido por si só, em seus limites físico-territoriais. É necessário percebê-lo a partir de uma perspectiva mais abrangente, pois cada lugar é uma fração do espaço total. (SANTOS, 2014b).

Segundo Milton Santos (2014a), estas partes do todo devem ser analisadas segundo as categorias: forma, função, estrutura e processo, sendo suas definições passíveis de adaptações de acordo com o foco de estudo.

- Forma - A forma diz respeito ao aspecto visível das coisas, se mostrando enquanto uma “estrutura revelada”. Diz respeito à dimensão mais palpável dos objetos, percebendo seu arranjo no espaço. A forma está diretamente ligada à função a partir da relação forma-conteúdo, onde a forma de um objeto se destina a abrigar uma determinada atividade, ou diferentes atividades/ finalidades em temporalidades distintas (SANTOS, 2014a);
- Função: A função é a atividade, a finalidade, o que confere conteúdo à uma determinada forma a partir da relação dialética forma-conteúdo. Ela não é fixa, se transforma de acordo com o rearranjo da conjuntura espacial, portanto não se repete duas vezes no espaço-tempo;
- Estrutura: como o próprio nome já evidencia, a estrutura é a variável que organiza, que fornece o arranjo das variáveis de forma a ordenar os elementos no espaço;
- Processo – é a variável temporal dos elementos percebidos segundo forma, função e estrutura. É o que confere a temporalidade para os movimentos de mudança e alterações dos objetos e ações do espaço, uma vez que as outras categorias são analisadas em um determinado momento, em um ponto fixo da linha do tempo histórico. A variável do processo é o que nos permite deslocar a percepção do espaço por essa linha do tempo.

Em resumo, forma e função se relacionam a partir da relação forma-conteúdo. Essa combinação é o que nos permite perceber as propriedades espaciais daquele elemento. Estrutura é o que organiza a interação existente entre as categorias. As propriedades sociais, ou seja, o valor social que faz com que este elemento faça sentido em um determinado lugar, depende da relação forma-conteúdo com a estrutura social existente na sociedade em questão. Processo é perceber essas categorias à luz da temporalidade, percebendo as interações entre elas de acordo com o momento histórico, e, com isso, podendo perceber a transformação do elemento ao longo do tempo. Nesse sentido, é o processo que nos permite perceber o movimento de transformação do espaço do passado para o presente (SANTOS, 2014b).

O espaço não consiste apenas na dimensão físico-espacial, ele também é social. Para compreendê-lo, precisamos entender a transformação em cada um dos elementos para, posteriormente, compreender a interação entre eles, e desta forma entendermos a totalidade espacial a partir da estrutura social na qual ele está inserido.

Os elementos do espaço a serem analisados de acordo com as categorias propostas estão inseridos em uma *"estrutura total, e esta, na qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes"* (SANTOS, 2014a: 71). Portanto, é necessário não só compreender cada elemento em si, mas também o contexto estrutural no qual eles estão inseridos e que ultrapassa a escala do espaço de análise:

"O movimento da totalidade social acarreta mudanças no equilíbrio entre as diferentes instâncias ou componentes da sociedade, modificando os processos, exigindo novas funções e atribuindo diferentes valores às formas geográficas. O espaço responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração" (SANTOS, 2014a: 77).

2. Metodologia

A pesquisa tem como objetivo principal o estudo dos impactos de ações governamentais em favelas enquanto transformações socioespaciais. A escolha por territórios de favelas parte tanto do entendimento de que estes locais (e seus moradores) estão mais vulneráveis às mudanças socioespaciais, quanto da percepção que as favelas são parte importante da história urbana das cidades brasileiras e que, por terem sido por tanto tempo negligenciadas pelo poder público, privado, por uma parte da população e, muitas vezes, pelo próprio meio acadêmico, ainda há um grande caminho a ser percorrido na busca pelo seu entendimento mais aprofundado. Fora isto, também percebemos que compreender os mecanismos que atuam nestes espaços pode nos revelar muito sobre a estrutura política, social e econômica existente na nossa sociedade, e que entender seus mecanismos de funcionamento nos possibilita intervir no espaço de forma mais coerente e consciente.

A atual pesquisa se utiliza do estudo de caso do Vidigal para as análises, buscando compreender a partir dos discursos dos moradores as transformações socioespaciais derivadas de ações públicas. Desse modo, a escolha da UPP não partiu de definição prévia, mas sim da identificação de qual intervenção governamental implementada no Vidigal provocou – ou vem provocando – mudanças mais expressivas no espaço local, de acordo com os moradores mais antigos.

Apesar da pesquisa não possuir teor propositivo e sim reflexivo, desde o início tivemos a preocupação de minimizar as distâncias entre a teoria/ estudos acadêmicos e a vivência local, buscando compreender o estudo de caso a partir daqueles que o vivenciam cotidianamente e que podem acompanhar e melhor perceber as transformações locais. Dessa forma, a escolha do recorte temporal e da ação específica foi definida ao longo da pesquisa com base nos relatos dos moradores, selecionando a intervenção que se mostrou mais expressiva nas entrevistas quanto às transformações espaciais resultantes.

A metodologia se organiza em seis etapas principais que não necessariamente seguiram uma ordem linear de execução. A estrutura metodológica é composta por métodos qualitativos e quantitativos de pesquisa, especificados a seguir, de acordo com a necessidade em cada uma das etapas:

1. Aproximação ao estudo de caso: configura uma primeira aproximação pessoal com o estudo de caso através de análises perceptivas do local e de conversas não estruturadas com moradores e agentes locais. Esta primeira fase permitiu um primeiro reconhecimento, ainda que superficial, das questões existentes no Vidigal e a elaboração do tema a partir do que foi percebido;
2. Elaboração do referencial teórico: elaboração do marco teórico que serve de base para as análises do estudo de caso, permeando os objetivos específicos e o objetivo geral da pesquisa: compreensão da favela enquanto parte da dinâmica urbana de forma geral e específica (Rio de Janeiro); especificidades sociais e espaciais das favelas bem como semelhanças entre favelas distintas; cidadania e participação popular junto ao debate territorial; o contexto socioespacial do espaço intra-favela; a concepção de espaço a partir de Milton Santos (2014a; 2014b);
3. Entrevistas e elaboração de mapa mental com moradores: a partir das duas etapas anteriores foram elaboradas hipóteses que guiaram a construção da estrutura e da metodologia de trabalho. Nesta terceira etapa foi definido que a forma de aproximação da pesquisa com a perspectiva dos moradores se daria a partir da elaboração de entrevistas semiestruturadas, segundo critérios pré-definidos¹⁷ (GRAY, 2009) para a identificação das principais transformações socioespaciais do Vidigal derivadas de intervenção governamental. Estes critérios se baseiam principalmente em traçar os perfis de moradores a serem entrevistados – que são detalhados a posteriori – com perguntas semiestruturadas a partir dos principais questionamentos sobre o Vidigal. Junto às entrevistas também foi proposta a elaboração de mapa mental (LYNCH, 1990) do Vidigal para cada entrevistado, com a finalidade de entender as representações individuais e coletivas deste espaço. O mapa mental demanda ao morador que represente o Vidigal como melhor entender através da elaboração de um mapa ou desenho, buscando apreender a percepção da espacialidade do Vidigal, de suas microáreas (ALVITO, 2001) e de seus principais pontos de referência;
4. Levantamento de dados sobre o estudo de caso: pesquisa de informações sobre o Vidigal, seus moradores e sobre a Avenida Presidente João Goulart. Esta etapa

¹⁷ Ver perguntas elaboradas para as entrevistas no Anexo IV na página 171.

consistiu no levantamento de dados oficiais e não oficiais que permitissem a construção do histórico da favela, bem como as suas condições atuais. Os dados se baseiam em iconografia histórica, cartografia, reportagens em jornais, levantamento censitário elaborado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), levantamento de informações oficiais (decretos, notícias oficiais e levantamento de dados sobre o Vidigal) disponíveis na internet, oferecidas pelo IPP, Prefeitura do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e Rio+Social, e levantamento quantitativos de acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010 e da Associação de Moradores;

5. Escolha da intervenção governamental e levantamento de dados:

5.1 A escolha da intervenção governamental a ser analisada ocorrem a partir das falas dos moradores, sobre as quais foi levantada a intervenção de maior relevância local quanto às transformações socioespaciais, de forma que esta se tornasse o objeto de estudo da pesquisa. Ao longo das entrevistas foi verificado que a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) foi a intervenção mais citada e, portanto, a escolhida para análise;

5.2 O levantamento de dados oficiais sobre a intervenção foi elaborado para o reconhecimento da ação realizada pelo poder público, compreendendo, em um primeiro momento, o plano-discurso do programa através de decretos e notícias oficiais. Nesta etapa também foram elaboradas entrevistas com dois policiais da UPP (sendo um deles o comandante da ação no Vidigal) para perceber a aplicação do programa, seus limites e alcances a partir da perspectiva do poder público. Tentamos entrevistar o secretário de segurança para aprofundar as informações, porém não foi possível diante da mudança do ocupante do cargo e do cenário conturbado no qual se encontra o Rio de Janeiro atualmente;

6. Análise da intervenção governamental e transformações socioespaciais:

- 6.1. A pesquisa de informações sobre a espacialização da intervenção no estudo de caso permitiu perceber como o poder público se apropria do espaço do Vidigal para implementar o programa de acordo (ou não) com o plano-discurso. Esta parte foi basicamente elaborada a partir de entrevistas com policiais da UPP, que explicaram o método de apropriação espacial de acordo com a secretaria de segurança;
- 6.2. A análise da intervenção governamental pelos moradores (UPP), a partir das entrevistas, buscou a compreensão da forma de implementação do programa e de seus efeitos para os locais e para a dinâmica socioespacial local. Nesta etapa buscamos compreender como ocorre a relação entre morador e UPP, e qual a visão dos entrevistados sobre o programa;
- 6.3. A análise das transformações socioespaciais do Vidigal derivadas da UPP a partir dos relatos dos moradores, identificou os elementos componentes do espaço a serem analisados. Esta etapa teve como objetivo a compreensão dos processos atuantes no Vidigal a partir da implementação da UPP, nas esferas espacial e social, buscando desmembrar o espaço total segundo as categorias de análise (forma, função, estrutura e processo) propostas por Milton Santos (2014a; 2014b);
- 6.4. Contextualização do programa em um cenário global a partir de recorte temporal e de referencial-teórico, buscando compreender a construção do plano-discurso;
7. Cruzamento de informações: esta etapa consistiu no cruzamento de todas as informações previamente levantadas e analisadas, dialogando informações oficiais, não oficiais, análise pessoal e a percepção dos moradores de acordo com as categorias de análise dos elementos do espaço (Santos, 2014a) adotadas na pesquisa, de forma a compreender os processos socioespaciais desencadeados pela UPP no Vidigal;

- 7.1 Compreender as interações entre os diferentes elementos analisados, de forma a revelar quais são as transformações que vem ocorrendo localmente, identificando os mecanismos desse processo;
- 7.2 Articular a construção do programa em um contexto mais amplo, o seu discurso e seus efeitos concretos no espaço para compreender não apenas suas consequências, mas também a sua finalidade;
- 7.3 A partir do cruzamento de informações, realizar conclusões sobre o programa, sua aplicação no Vidigal, sua efetividade quanto aos seus objetivos oficiais e, a partir disso, traçar diretrizes para ações futuras.

2.1 Entrevistas

As entrevistas têm por objetivo servir como ferramenta exploratória, a partir da qual nos aproximamos do estudo de caso e do próprio tema proposto a partir da perspectiva dos moradores. Para isto, as entrevistas foram propostas de forma semiestruturada, elaboradas a partir de um roteiro primário que buscou cobrir os tópicos a serem analisados, de forma flexível e que foi se adaptando de acordo com o rumo de cada entrevista (GRAY, 2009). Inicialmente, o objetivo era realizar todas as entrevistas individualmente, buscando minimizar influências externas ao entrevistado, porém em alguns momentos isto não foi possível.

Para complementar as informações coletadas nas entrevistas e para contribuir na identificação das microáreas (ALVITO, 2001), propusemos uma dinâmica de elaboração de mapa mental (LYNCH, 1990) pelos moradores entrevistados, o que permitiu a espacialização das percepções de cada um e a criação de um mapa síntese coletivo que permita a apreensão das microáreas locais (ALVITO, 2001). Junto à atividade do mapa mental, é proposta outra etapa da entrevista que focou nas compreensões da estrutura interna do Vidigal.

A princípio foi traçado um mínimo de 24 entrevistas, segundo os seguintes critérios: 50% dos entrevistados deveriam ser do gênero feminino e os outros 50% do gênero masculino, compreendendo três faixas etárias (18-30 anos; 31-60 anos; 61

anos +) pré-estabelecidas de forma a apreender diferentes formas de vivência e compreensão do espaço. Era importante também que os moradores entrevistados morassem no Vidigal há pelo menos 15 anos¹⁸, tempo que julgamos possibilitar vivência local mínima para apreender diferentes mudanças e intervenções internas.

| FAIXA ETÁRIA | HOMENS | MULHERES |
|------------------|-----------|-----------|
| 18-30anos | 4 | 4 |
| 31-60anos | 4 | 4 |
| 61anos + | 4 | 4 |
| TOTAL | 12 | 12 |

Dentre o total de entrevistados do gênero masculino (12) e o total de entrevistadas do gênero feminino (12), deveriam constar dentro o grupo de cada gênero 50% de moradores que trabalhassem fora do Vidigal e 50% de moradores que trabalhassem no Vidigal.

| TRABALHO | HOMENS | MULHERES |
|------------------------|-----------|-----------|
| Fora do Vidigal | 6 | 6 |
| No Vidigal | 6 | 6 |
| TOTAL | 12 | 12 |

A espacialização das entrevistas deveria seguir a percepção¹⁹ de dois segmentos principais da via principal (Segmento I e Segmento II), onde 50% das entrevistas deveriam ser elaboradas no primeiro trecho²⁰ e 50% no segundo²¹. A mesma proporção de quantidade, gênero e especificação do local de trabalho deveria ser rebatida para cada seguimento identificado, procurando minimizar distorções nas conclusões.

¹⁸ Utilizando o ano de 2015 como referência.

¹⁹ Percepção elaborada a partir das visitas de campo.

²⁰ Segmento I da via principal.

²¹ Segmento II da via principal.

| 1. 18-30 anos | SEGMENTO I | SEGMENTO II |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| 1.1 Homens | 2 | 2 |
| 1.1.1 Trabalho fora do Vidigal | 1 | 1 |
| 1.1.2 Trabalho no Vidigal | 1 | 1 |
| 1.2 Mulheres | 2 | 2 |
| 1.2.1 Trabalho fora do Vidigal | 1 | 1 |
| 1.2.2 Trabalho no Vidigal | 1 | 1 |
| TOTAL | 4 | 4 |

| 2. 31-60 anos | SEGMENTO I | SEGMENTO II |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| 2.1 Homens | 2 | 2 |
| 2.1.1 Trabalho fora do Vidigal | 1 | 1 |
| 2.1.2 Trabalho no Vidigal | 1 | 1 |
| 2.2 Mulheres | 2 | 2 |
| 2.2.1 Trabalho fora do Vidigal | 1 | 1 |
| 2.2.2 Trabalho no Vidigal | 1 | 1 |
| TOTAL | 4 | 4 |

| 3. 61 anos + | SEGMENTO I | SEGMENTO II |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| 3.1 Homens | 2 | 2 |
| 3.1.1 Trabalho fora do Vidigal | 1 | 1 |
| 3.1.2 Trabalho no Vidigal | 1 | 1 |
| 3.2 Mulheres | 2 | 2 |
| 3.2.1 Trabalho fora do Vidigal | 1 | 1 |
| 3.2.2 Trabalho no Vidigal | 1 | 1 |
| TOTAL | 4 | 4 |

No total foram realizadas 28 entrevistas com moradores, duas com policiais que trabalham na UPP do Vidigal, duas com representante da Associação de Moradores e uma com representante da ONG GASCO. Apesar do grande número de entrevistas, não foi possível completar o quadro de acordo com as premissas pré-definidas, pois não era possível especificar o perfil do morador (local de moradia, idade, local de trabalho) em momento anterior ao depoimento. Apesar disso, a elaboração do quadro

foi importante para que houvesse a busca de perspectivas e vivências diferentes. O quadro final das entrevistas foi completado da seguinte forma:

| 1. 18-30 anos | SEGMENTO I | SEGMENTO II |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| 1.1 Homens | 0 | 2 |
| 1.1.1 Trabalho fora do Vidigal | 0 | 1 |
| 1.1.2 Trabalho no Vidigal | 0 | 1 |
| 1.2 Mulheres | 0 | 3 |
| 1.2.1 Trabalho fora do Vidigal | 0 | 1 |
| 1.2.2 Trabalho no Vidigal | 0 | 2 |
| TOTAL | 0 | 5 |

| 2. 31-60 anos | SEGMENTO I | SEGMENTO II |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| 2.1 Homens | 5 | 5 |
| 2.1.1 Trabalho fora do Vidigal | 2 | 1 |
| 2.1.2 Trabalho no Vidigal | 3 | 4 |
| 2.2 Mulheres | 3 | 5 |
| 2.2.1 Trabalho fora do Vidigal | 1 | 1 |
| 2.2.2 Trabalho no Vidigal | 2 | 4 |
| TOTAL | 8 | 10 |

| 3. 61 anos + | SEGMENTO I | SEGMENTO II |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| 3.1 Homens | 1 | 2 |
| 3.1.1 Trabalho fora do Vidigal | 1 | 0 |
| 3.1.2 Trabalho no Vidigal | 0 | 2 |
| 3.2 Mulheres | 0 | 2 |
| 3.2.1 Trabalho fora do Vidigal | 0 | 0 |
| 3.2.2 Trabalho no Vidigal | 0 | 2 |
| TOTAL | 1 | 4 |

2.2 Elaboração das análises do espaço do Vidigal

A metodologia de pesquisa se baseia na concepção geográfica do espaço a partir de SANTOS (2014a), percebendo o espaço enquanto espaço social, onde as relações sociais são materializadas em um determinado espaço físico, ao mesmo tempo em que o espaço físico altera as relações sociais. Essas duas esferas (social e física) se relacionam de forma dialética, portanto o espaço físico tanto é reflexo quanto influencia no espaço social, não sendo possível compreender a totalidade do espaço sem o estudo de ambas as esferas. Contudo, se entendemos a importância da esfera social, também entendemos as limitações da própria pesquisa quanto ao seu tempo hábil de construção e quanto ao próprio olhar do arquiteto e urbanista. Portanto, não temos como objetivo aprofundar o estudo nesta esfera, mas sim elaborá-la de forma a complementar o foco do estudo na esfera espacial. Os estudos aqui apresentados não esgotam as possibilidades de compreensão do Vidigal, mas servem como pequena contribuição para a sua compreensão a partir da perspectiva do Urbanismo, e que poderá ser complementada e enriquecida a partir de pesquisas de outras áreas.

Para o desenvolvimento do estudo nos baseamos no método de análise do espaço proposto por SANTOS (2014a), partindo da identificação dos elementos componentes do espaço – de acordo com o foco de estudo – para que estes sejam analisados segundo as categorias *forma, função, estrutura e processo*.

A partir das entrevistas identificamos os elementos principais que compõem o espaço a ser analisado:

1. Pessoas (moradores antigos, novos moradores, visitantes e turistas);
2. Poder (UPP, tráfico e Associação de Moradores);
3. Uso do solo (moradia, comércio, turismo);
4. Lazer (lazer comunitário - entre moradores - e lazer não comunitário, ou lazer turístico – entre visitantes e turistas);
5. Acessibilidade (transportes coletivos, transportes particulares e vias de acesso);
6. Serviços (luz, água, lixo, saneamento, saúde e educação);

Examinar profundamente cada um dos elementos segundo *forma, função, estrutura* e *processo* seria tarefa árdua, multidisciplinar e que necessitaria de mais tempo para poder compreender algumas questões que fogem da alçada do arquiteto e urbanista. Por isso, elaboramos uma forma de estudo destes elementos a partir do alcance da pesquisa, que possui foco na esfera espacial. Dessa forma, a análise foi dividida nas esferas social e espacial, identificando quais os elementos que melhor se relacionam com cada uma das esferas, mesmo entendendo que estas duas estão inteiramente ligadas. A partir disso, elaboramos a proposta de construção da análise da esfera social a partir dos dois primeiros elementos (pessoas e poder), reorganizando suas variáveis de maneira a entender as relações sociais abordadas na pesquisa. Por outro lado, identificados que os elementos de uso do solo, lazer, acessibilidade e serviços dialogam melhor com a esfera espacial.

Como o objetivo principal é compreender as transformações, tendo então uma abordagem diretamente ligada com a relação espaço-tempo, demos enfoque na categoria do *processo* enquanto objetivo final da análise, buscando compreender os processos sociais e espaciais no Vidigal a partir da chegada da UPP. Compreender os processos significa compreender as demais categorias (*forma, função e estrutura*) e as interações que se estabelecem entre elas, assim como os elementos e as diferentes escalas de acordo com a dimensão temporal. Portanto, em um primeiro momento, buscamos compreender os elementos a partir de *forma, função e estrutura* para depois realizarmos o cruzamento de informações objetivando a conclusão a respeito dos *processos* sociais e espaciais.

Dessa forma, chegamos à atual construção da análise das transformações socioespaciais do Vidigal:

1. Esfera espacial:
 - a. Estrutura espacial
 - b. Forma
 - c. Função
2. Esfera social:
 - a. Estrutura social
 - b. Relação morador-tráfego-UPP e “gente de fora”
3. Transformações socioespaciais: os processos no Vidigal

3. UPP

A escolha da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) para análise dos impactos da intervenção governamental ocorreu a partir das entrevistas coletadas com os moradores, nas quais esta foi a intervenção mais citada. As principais ações mencionadas nas entrevistas foram a visita do Papa – e com isso melhorias construtivas e de infraestrutura no Vidigal pelo poder público para a sua recepção -, o programa Favela-Bairro e o programa Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) -, sendo este último citado por 19 moradores entrevistados como ação que desencadeou transformações expressivas na dinâmica interna na favela em questão.

A partir desta verificação, a pesquisa foi direcionada a compreender quais são as transformações que vem ocorrendo a partir da implementação do programa a nível local, principalmente a partir da perspectiva dos moradores que ali habitavam em momento anterior à ação. Compreender essas mudanças não significa apenas identificar os processos socioespaciais que ali são percebidos, mas também entender a própria estrutura do programa, sua fundamentação e sua contextualização em um nível mais amplo.

A sua percepção mais minuciosa nos permite relacionar os desdobramentos socioespaciais com a proposta em si, cuja intencionalidade é construída a partir de determinada visão de mundo e se insere em um determinado contexto histórico. Identificar questões como: No que consiste o programa? Qual seria o seu objetivo? Como ele é formulado? A partir de quem? Para quem? Como é implementado? Quais são os processos socioespaciais desencadeados a partir da sua implementação?, nos permite relacionar as dinâmicas desencadeadas pelo programa com a sua própria estrutura, desvendando congruências e incongruências relativas aos objetivos explicitados. Ou seja, responder as perguntas levantadas nos permite realizar uma leitura crítica das inteirações entre os objetos e as ações do espaço em um determinado recorte temporal, o que revela uma estrutura própria que contém uma intenção intrínseca à ação. Essa intencionalidade pode ser ocultada pelo plano-discurso, mas também pode ser revelada através da análise dos processos

socioespaciais a partir da sistematização do espaço²². (SANTOS, 2014a; SANTOS, 2014b).

Tão importante quanto identificar os processos relatados pelos moradores é compreender a própria construção da ação, sua intencionalidade dentro de um determinado contexto e a partir de uma determinada perspectiva de mundo, e como se dará sua inteiração com o meio, ou seja, sua espacialização. Compreender esse meio, ou seja, o próprio espaço, nos fornece as ferramentas necessárias para perceber seus impactos (SANTOS, 2014b).

Neste capítulo buscaremos apresentar o plano-discurso da UPP, perceber a espacialização do programa no Vidigal e contextualizar a construção deste discurso dentro do panorama global. Posteriormente, as análises aqui elaboradas nos servirão para estabelecer o cruzamento de informações entre o plano-discurso e a sua espacialização no Vidigal, para, ao final, obtermos conclusões a respeito do caso estudado.

3.1. O programa oficial

O decreto nº 41.650 de janeiro de 2009 (Anexo I) cria e insere as UPP na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, alegando a necessidade “*de uma tropa especializada e tecnicamente preparada e adaptada para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes*”²³. No entanto, atentamos para o fato do decreto não definir o que seriam consideradas comunidades carentes, as quais receberiam a implementação da UPP, e não apresentar metodologia e estrutura de programa.

No dia 30 de novembro de 2010 foi emitido o Decreto nº42.727 (Anexo I) para a criação da UPP Social na estrutura da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, “*para a execução de ações especiais de promoção do desenvolvimento social em áreas pacificadas por*

²² proposta por Milton Santos (2014a; 2014b) como forma de compreender o espaço, apresentada no item 1.5 do capítulo 1.

²³ DECRETO Nº 41.650 DE 21 DE JANEIRO DE 2009.

*Unidades de Polícia Pacificadora – UPP*²⁴. A firmação do programa compreende que é papel do Estado não só a segurança pública, mas também a execução de políticas sociais para a *“consolidação do controle territorial e da pacificação, à promoção da cidadania e do desenvolvimento social e à integração plena das comunidades pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro”*²⁵.

Em janeiro de 2011, o programa passa a ser de responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro através do IPP (Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos) em parceria com a ONU-HABITAT (Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos)²⁶. Além disso, o programa busca articulação com *“outras esferas de governo, do setor privado e da sociedade civil, garantindo a integração de políticas sociais, urbanas e de promoção da cidadania nos territórios pacificados”*²⁷.

A UPP social, que atualmente se chama Rio+Social, diz respeito a vertente social das UPP que tem como função *“coordenar programas sociais, culturais, ambientais e de desenvolvimento nas favelas pacificadas, através da articulação entre município, Estado, empresas e ONGs”*²⁸ (LACERDA, 2016: 60). A proposta consiste em buscar integração espacial, social e econômica da favela à cidade a partir da urbanização e regularização de serviços, consolidando o controle territorial da política de segurança. Dessa forma, pode-se entender que *“toda a política pensada para as favelas cariocas estava ancorada na ocupação policial permanente desses territórios, logo, também muito dependente do sucesso dessa ocupação”* (LACERDA, 2016: 60).

Somente dois anos após o primeiro decreto (Decreto Nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009) é emitido outro (Decreto nº 42.787 de janeiro de 2011 – Anexo I) que especifica a metodologia e a estrutura de intervenção das UPP. Nele também são expostas as características dos territórios que seriam passíveis de receber a sua

²⁴ DECRETO Nº 42.727 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

²⁵ DECRETO Nº 42.727 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

²⁶ Segundo notícia do site oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro, a ONU-HABITAT participaria gerenciando o programa, produzindo dados, análises e monitoramento de cada um dos territórios que recebessem o programa e através da gestão local de cada UPP Social. “Prefeitura do Rio de Janeiro e ONU-HABITAT assinam acordo para implantação da UPP Social”. Disponível em < <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=1767231>> Acesso em abril de 2017.

²⁷ “Prefeitura do Rio de Janeiro e ONU-HABITAT assinam acordo para implantação da UPP Social”. Disponível em < <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=1767231>> Acesso em abril de 2017.

²⁸ Organização não governamental.

implementação, sendo eles “*comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito*”²⁹. Além destas disposições, também são explicitados os objetivos do programa, sendo eles:

“a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”³⁰

A metodologia de implementação das UPP é especificada neste decreto como sendo constituída por 4 etapas: intervenção tática, estabilização, implantação da UPP e avaliação e monitoramento. A primeira etapa (Intervenção Tática) consiste em ações táticas efetuadas por equipe de segurança para a retomada de território pelo poder público. A segunda etapa (Estabilização) diz respeito ao “*momento em que são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada, antecedendo o momento de implementação da futura UPP*”. A terceira fase do programa (Implementação da UPP), compreende ao processo de territorialização da política de segurança na favela em questão, criando base para a chegada de serviços públicos e privados, e partindo do pressuposto que, dessa forma, seria possibilitada a integração desta área à ordem democrática. Por último, a quarta etapa (Avaliação e monitoramento) do programa da UPP consiste em avaliar a atuação policial na favela e as ações dos prestadores de serviços e dos outros agentes atuantes no local, objetivando o aprimoramento da ação. O artigo nº5 do decreto também especifica a escolha do local de implementação da sede da UPP nas favelas, devendo estar “*preferencialmente, localizadas em vias que permitam o acesso das viaturas da corporação e de serviços, e, sempre que possível, estar de acordo com o projeto arquitetônico elaborado pela SESEG*”^{31/32}.

Em 17 de março de 2015 é oficializado o Decreto nº 45.186 (Anexo I), a mais recente tentativa de institucionalização da UPP, revendo no artigo nº2 as etapas de realização do Programa. Com isso, são instituídas cinco etapas ao inserir uma etapa anterior à de Intervenção Tática denominada Análise Estratégica, que tem por objetivo

²⁹ DECRETO Nº 42.787 DE 06 DE JANEIRO DE 2011.

³⁰ Artigo nº1, inciso nº2 do DECRETO Nº 42.787 DE 06 DE JANEIRO DE 2011.

³¹ Secretaria de Estado de Segurança.

³² Artigo nº5, inciso nº4 do DECRETO Nº 42.787 DE 06 DE JANEIRO DE 2011.

realizar um estudo para pré-selecionar os locais que serão contemplados com a política pública. O artigo nº6 do decreto declara que o orçamento destinado ao Programa poderá ser captado a partir de "*parcerias público-privadas, com organismos nacionais e internacionais, com o terceiro setor, com a sociedade civil organizada e propor o financiamento da política de pacificação junto a instituições financeiras nacionais e internacionais*"³³, enquanto o artigo nº7 propõe a classificação dos locais que recebem o programa.

O objetivo principal programático não é o de atuar contra o tráfico de drogas, mas sim retomar territórios que estariam dominados por grupos paraestatais para que estes fiquem sob domínio do governo, territorializando o perigo em determinados fragmentos do território (VALENTE, 2016). Desta forma, o plano-discurso alega que através da presença policial os moradores passariam a ter acesso à cidadania através da chegada de serviços e do atendimento de suas demandas.

A proposta surge a partir de experiências militarizadas internacionais, a exemplo da militarização em Medellín e no Haiti (a partir da atuação do exército brasileiro), de táticas militares adotadas nas guerras do Iraque e Afeganistão pelos norte-americanos, incentivando a ideia de intervenções militarizadas em territórios "problemáticos" (VALENTE, 2016).

A formulação da política surgiu no contexto de megaeventos que aconteceriam na cidade do Rio de Janeiro³⁴, tendo por finalidade preparar a cidade em termos de segurança para os eventos e para as atividades turísticas a partir de um modelo de governança neoliberal (VALENTE, 2016; LACERDA, 2016). A articulação da expansão do projeto das UPP com o Comitê Olímpico deixa evidente este interesse (FREEMAN, 2012), assim como a própria espacialização do programa apresentado em um mapa no livro *Remoções no Rio de Janeiro Olímpico* (FAULHABER; AZEVEDO, 2015). Diante desse cenário próximo, aqueles que estavam à frente da organização para os megaeventos tiveram interesse na prática imediata do programa, sem que houvesse tempo suficiente para a elaboração e formulação de estudos antes da primeira Unidade ser instalada em 2008, no Santa Marta (OST, 2012).

³³ Artigo nº6 do DECRETO Nº 45.186 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

³⁴ Jogos Militares em 2011, Rio+20 em 2012, Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016.

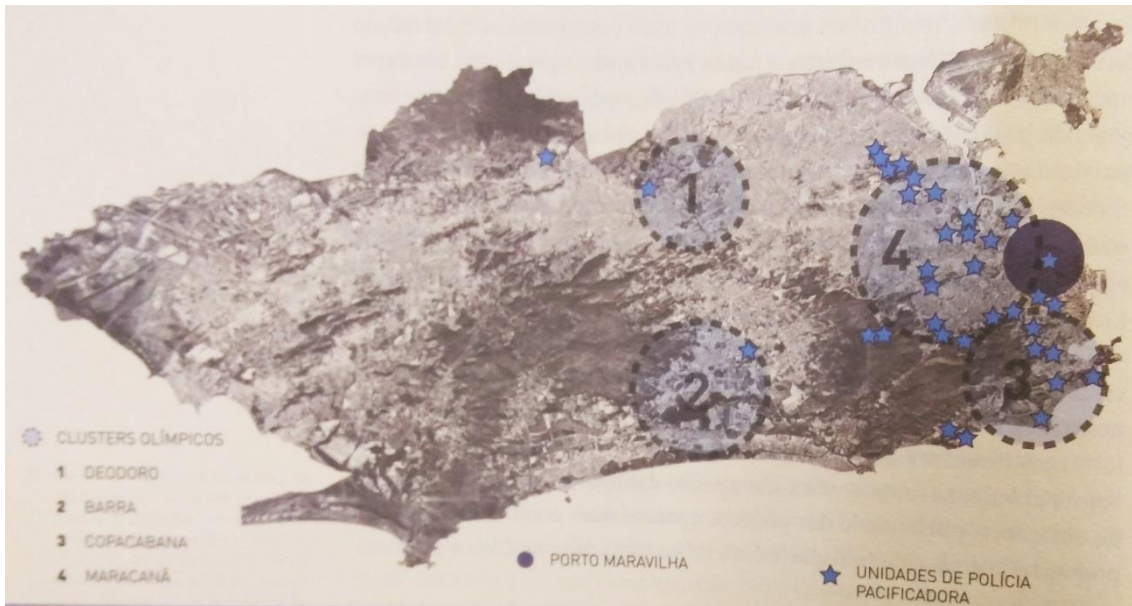


Figura 1 - livro *Remoções no Rio de Janeiro Olímpico* (FAULHABER; AZEVEDO, 2015).

O programa contou com forte interesse econômico por parte do setor privado, evidente a partir da parceria firmada entre a iniciativa privada (Grupo EBX, Bradesco Seguros, Coca-Cola, Souza Cruz e a Confederação Brasileira de Futebol - CBF) e o Governo do Estado para o financiamento da implementação das UPP na cidade³⁵. Na verdade, através da pacificação seriam liberados novos potenciais territórios de novos consumidores “que poderiam incorporar até R\$38 bilhões provindos das favelas na economia formal da cidade (apenas a Light³⁶ perde US\$ 200 milhões por ano com a irregularidade dor fornecimento de luz nas favelas do Rio” (VALENTE, 2016: 143).

³⁵ “Governo do Rio anuncia fundo para a realização de obras nas UPPs”. O Globo, 2010. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/rio/governo-do-rio-anuncia-fundo-para-realizacao-de-obras-nas-upps-2961525>> Acesso em abril de 2017. “Cresce o número de empresas que investem nas UPPs”. O Globo, 2011. Disponível em < <http://oglobo.globo.com/rio/cresce-numero-de-empresas-que-investem-nas-upps-2830806>> Acesso em abril de 2017.

“Empresas ajudam a financiar pacificação”. Folha de S. Paulo, 2010. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811201040.htm>> Acesso em abril de 2017.

³⁶ Empresa privada distribuidora de energia da região Sudeste.

3.2. UPP no Vidigal

Inaugurada em 18 de janeiro de 2012⁷, a UPP no Vidigal é oficializada pelo poder público através da Resolução SESEG Nº 523, de fevereiro de 2012 (Anexo I). Segundo a Resolução, é criada a UPP Vidigal/Chácara do Céu abrangendo ambas as comunidades. Posteriormente, é emitida a Resolução Nº609 de outubro de 2012 (Anexo I) que altera a Resolução Nº 523 quanto aos limites e ao efetivo da UPP do Vidigal/ Chácara do Céu.

Em momento anterior à instalação efetiva da UPP no Vidigal, quando já se sabia que haveria a intervenção policial, o poder público emite uma declaração de despejo da ONG GASCO (Grupo de Ação Social Comunitária), uma iniciativa que surgiu de dentro da comunidade com o intuito de promover programas sociais aos moradores e que sobreviveu todo o tempo sem receber verbas ou qualquer ajuda do governo. Segundo representante da ONG, a equipe esperava que com a chegada da UPP e, principalmente, da UPP social, haveria valorização do trabalho da GASCO, buscando vincular e facilitar a sua atuação na comunidade. Porém, o que aconteceu foi que a Prefeitura emitiu um comunicado de desapropriação da sede da ONG para a instalação da UPP, não levando em conta todo o investimento que a equipe concedeu ao espaço durante seu período de atuação e, muito menos, buscando parceria do poder público com organizações sociais que já atuavam no Vidigal (MANCINELLI, 2011). Segundo representante da GASCO, felizmente a ONG conseguiu apoio jurídico para permanecer no local depois do ocorrido. De qualquer forma, este evento demonstra a contradição que foi, de um lado, a implementação da UPP com o plano-discurso de aproximação com moradores e de integração social, e, de outro, a Prefeitura cometer este descaso com uma organização social criada por uma moradora do Vidigal que vinha realizando trabalho social dentro da favela.

A espacialização da política de segurança no Vidigal ocorre a partir de quatro bases: uma fixa, duas móveis e uma provisória³⁷. A base fixa³⁸ ocupa a antiga

³⁷ Além da base existente na favela Chácara do Céu.

³⁸ Sede administrativa da UPP do Vidigal e Chácara do Céu.

construção onde antes existia o POUZO (Posto de Orientação Urbanística e Social)³⁹, localizado na via principal na altura do Largo do Santinho. As duas bases móveis⁴⁰ estão localizadas nos acessos principais do Vidigal: praça de entrada na Avenida Presidente João Goulart e entrada da rampa do 314; enquanto a base de caráter provisório diz respeito ao container⁴¹ localizado no *Arvrão*, no alto do morro.

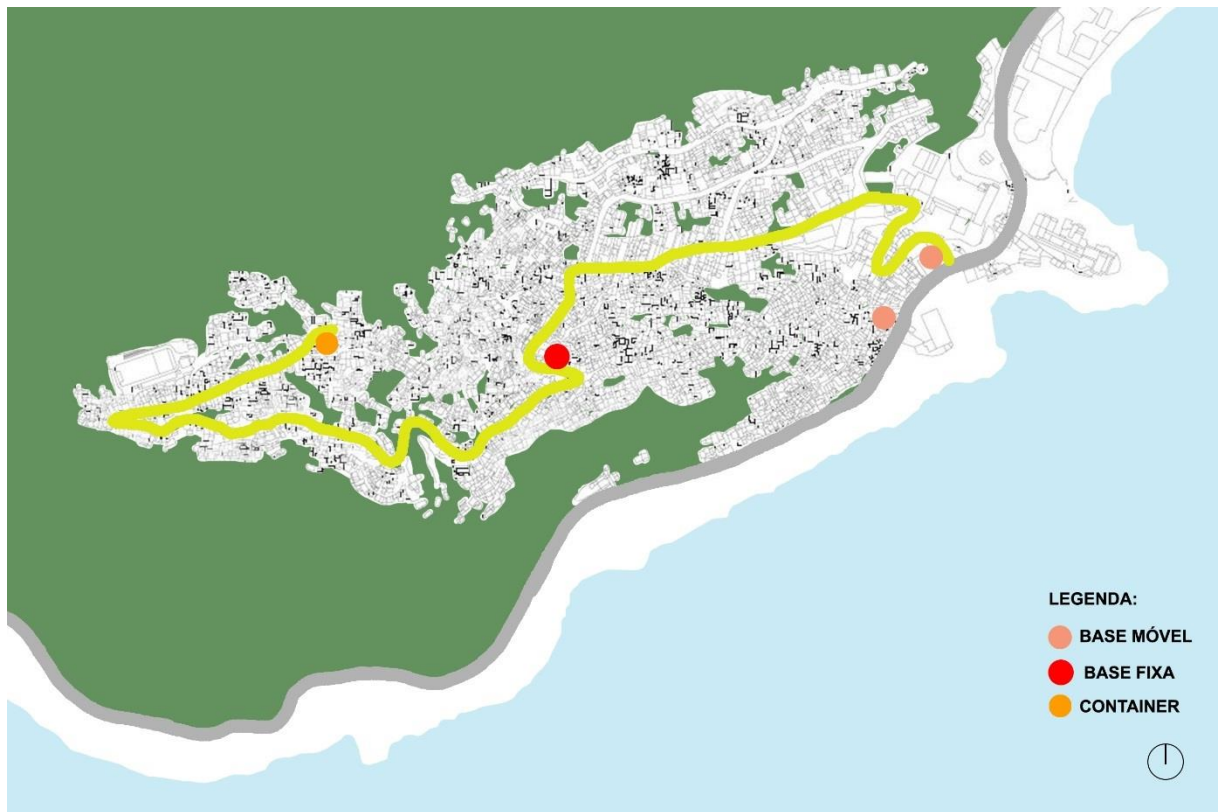


Figura 2 - Mapa da espacialização das bases da UPP no Vidigal. Fonte: Elaborado pela autora.

Através do mapa, é perceptível o importante papel desempenhado pela via principal na própria estruturação do programa no território, uma vez que três de suas quatro bases se localizam ao longo desta via: uma no início, outra no meio e outra ao final. Essas localizações seguem as especificações do DECRETO Nº 42.787 DE 06 DE JANEIRO DE 2011 quanto à localização em vias que permitam o acesso das

³⁹ O POUZO é um posto implementado nas favelas que receberam o programa do Favela-Bairro e que têm por objetivo regularizar urbanisticamente a favela na qual se encontra através da “*elaboração de legislação de uso e ocupação do solo específica para a área e entrega de "habite-se" às unidades habitacionais*”. Disponível em < <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=139912>> Acesso em abril de 2017.

⁴⁰ As bases móveis consistem em uma tenda cada uma com a presença de uma viatura e de policiais.

⁴¹ Segundo o comandante as bases de container não são definitivas, tendo previsão de mudança para se tornarem bases definitivas. No caso do Vidigal, no lugar da base de container seria construída uma nova sede administrativa para a UPP no alto do morro, e a sede atual se manteria como outro posto fixo do programa.

viaturas e serviços policiais. Apesar do Vidigal não ser uma favela muito grande, possuindo poucas vias de acesso a veículos, essas três bases estão localizadas em uma mesma via, pois através dela são capazes de atuar em diferentes pontos do território de forma estratégica.

Segundo policial integrante da UPP do Vidigal entrevistado, na Chácara do Céu são oferecidas aulas de vôlei para público infantil, ginástica para adultos e reforço escolar (fora das escolas). No Vidigal, as atividades oferecidas pela UPP Social se concentram no reforço escolar e na organização de palestras e passeios como forma de aproximação dos policiais com moradores. Esses programas organizados pela UPP estão condicionados tanto à situação específica de cada favela quanto às mudanças da equipe policial e de governo, que segundo o oficial é um problema a ser enfrentado na política da UPP pelo risco de afetar a continuidade das ações da equipe em seus locais de atuação⁴².

3.3. Contextualização: estrutura global e local

Para podermos compreender o espaço, assim como indicado por Milton Santos (2014a; 2014b), não basta compreender a constituição dos elementos em si e suas estruturas internas, é preciso também compreender a estrutura da sociedade como um todo. É necessário fazermos esse exercício de percepção da estrutura social, econômica e política na qual o objeto de estudo está inserido para podermos articular melhor os processos de transformação espacial verificados anteriormente com a própria estrutura do programa e da cidade. Não só isso, mas também compreender a articulação e o desenvolvimento da própria técnica e seu tempo, que impacta e é impactada pela interação que esta possui com meio e com o arranjo de objetos, resultando em um determinado padrão de organização e de formas de ação. O desenvolvimento da técnica rearranja os objetos do espaço e influencia as formas de ação, impactando diretamente na produção do espaço. Logo, entender o espaço em

⁴² Tanto destes programas e atividades que são oferecidos, quanto pelo próprio pressuposto de policiamento comunitário que se baseia na construção diária e a longo prazo de uma relação entre policiais e moradores.

um determinado recorte temporal é também entender o desenvolvimento e a organização da própria técnica (SANTOS, 2014b).

A cidade do Rio de Janeiro está inserida no contexto global de competição entre cidades pela atração do turismo internacional e dos investimentos urbanos, perceptível a partir dos megaeventos sediados no Brasil e na cidade nos últimos anos. O modelo de governança e de planejamento urbanos atuais não ocorrem de forma aleatória, na verdade representam uma construção histórica na qual a evolução da técnica possui importante papel.

A partir da revolução tecnológica chegamos à Era da Informação, a qual impacta diretamente na forma de produção dos espaços – aliás, como qualquer outra forma técnica. A fase avançada do capitalismo permitiu também o avanço das novas tecnologias e a passagem para uma sociedade “pós-industrial” que se baseia na informação. A rapidez de difusão é uma característica marcante do sistema capitalista financeirizado atual que se insere em um contexto de globalização e informatização, baseando-se na tecnologia digital, na política neoliberal e nos mercados globais (SANTOS, 2014b; HARVEY 1992; 2014).

O processo de urbanização atinge escala global a partir da integração de centros financeiros, e com isso surgem projetos urbanos e arquitetônicos espetacularizantes como nova forma de absorção de excedentes. A situação financeira atual é muito complexa, pois rompe com os limites geográficos e apresenta um mercado extremamente interligado diante da acumulação flexível. Por necessitar de uma constante expansão que sustente o ciclo vicioso de geração de mais-valia, o capitalismo necessita expandir as suas formas de absorção de excedente para garantir o lucro. Desta forma, uma das soluções encontradas para aumentar a absorção de capital é a apropriação da cultura e a valorização da imagem enquanto mercadorias (HARVEY, 2014).

O forte desenvolvimento das mídias para as massas se atrela à valorização da imagem e da efemeridade. O capitalismo se apropria da produção cultural, criando novos estilos que se sujeitam à mercadificação (HARVEY, 1992; 2014). No contexto de valorização da imagem como forma de construção de uma identidade a ser consumida enquanto marca estão os conceitos de *city marketing*, *city branding* e

image-making, apropriados pelo planejamento estratégico. Através deles o valor da imagem é transformado, tornando-se mercadoria rentável e comerciável que oferece o “poder da identidade”, transformando a cultura em elemento lucrativo e em marketing da cidade, o que no passado representava os valores antimercado. A venda da imagem da cidade e de um estilo de vida é reflexo da política de *image-making*, que visa o lucro a partir da mercadorização integral do contexto urbano, transformando a cidade em mercadoria, em cidade-negócio (ARANTES, 2013).

O planejamento estratégico se insere no contexto de gestão urbana voltada para o caráter empresarial de cidade, um modelo de governança neoliberal na qual se aproxima a ideia de funcionamento de uma cidade ao funcionamento de uma empresa. Nesse sentido, o poder público local se orienta para atender interesses privados de acumulação, partindo do pressuposto de que o que é bom para as empresas e para os investidores urbanos é também bom para a sociedade. Com isso, o poder público adquire função articuladora e negociadora que parte da problemática da competitividade urbana, onde a cidade é vista tanto como empresa quanto como mercadoria (VAINER, 2013). Estratégias passam a ser pensadas como forma de captação desses investimentos diante dos desafios da globalização e partem de uma visão culturalista de cidade como isca para promoção da localidade (ARANTES, 2013), “já que precisa se diferenciar entre seus concorrentes e se posicionar na mente de potenciais decisores” (GOTARDO, 2016: 1). Este cenário evidencia a importância cada vez maior do espaço urbano para o capitalismo (TEOBALDO, 2010).

A questão é que este tipo de planejamento e de modelo de governança possui caráter fragmentador que tem intenção de vender uma imagem ao eleitor ou investidor, e não em resolver os problemas socioespaciais da cidade. Com isso, o solo se torna atrativo ao comércio e à acumulação de capital, muito mais do que um elemento trivial na resolução dos problemas sociais urbanos (ARANTES, 2013).

É a partir desse contexto de exposição e de venda de uma imagem de cidade que podemos compreender o processo pelo qual a cidade do Rio de Janeiro vem passando. A busca por se inserir no mercado global de cidades e no cenário do turismo internacional motiva a apropriação dos megaeventos como estratégia para esse objetivo (GOTARDO, 2016). Com isso, a indústria do turismo incentiva o

consumo de localidades e de estilos de vida, criando um mercado de sensações que irão atrair os visitantes.

A violência urbana na cidade do Rio de Janeiro não é convidativa ao *city marketing* para atrair investimentos e possíveis turistas, além de se mostrar como uma ameaça ao bom funcionamento dos eventos na cidade. Dessa forma, surge a necessidade de tratar a questão da violência urbana olhando para as favelas a partir da perspectiva de ameaça. A formulação do programa surgiu no contexto de uma série de eventos que aconteceriam na cidade do Rio de Janeiro entre 2009 e 2016, com a finalidade de preparar a cidade em termos de segurança para os jogos e para as atividades turísticas que viriam a se intensificar, articulação evidente a partir do interesse do Comitê Olímpico na expansão do programa (FREEMAN, 2012).

Nesse contexto de intensificação de atividades turísticas, a segurança se torna um problema a partir do momento em que pode atrapalhar a livre circulação de visitantes, a construção da imagem de uma cultura local, de uma imagem da cidade a ser vendida e do marketing urbano, mas, principalmente, no momento em que pode impossibilitar a acumulação de capital.

A própria construção do problema da segurança enquanto uma questão urbana principal a ser combatida, e que é diretamente associada aos espaços de pobreza, diz respeito à tendência global de militarização das cidades. O urbanismo militarizado, além de ter suas bases no senso comum e em estereótipos, busca solucionar os problemas ocasionados pela própria dinâmica capitalista de produção do espaço urbano, que gera desigualdades socioespaciais e exclusão, sem que esta dinâmica seja alterada ou sequer questionada. Então, a solução encontrada é a securitização dos espaços vistos como ameaçadores à ordem urbana empresarial que se deseja aplicar, transformando uma parte da população em potenciais ameaças e tratando a questão da violência e do tráfico de drogas de forma superficial e fragmentada (VALENTE, 2016).

Mas, se por um lado a favela é colocada enquanto imagem de território violento, por outro também se apresenta enquanto local excêntrico e autêntico. A favela enquanto espaço de pobreza se insere, dessa forma, no circuito global dos *reality*

*tours*⁴³ e se recria como destino turístico no mercado de turismo internacional a partir da sua imagem ambígua, que gera interesse e uma *trademark*. Esses símbolos da favela associados à pobreza garantem a “excentricidade” e a “autenticidade” necessárias para servir a este tipo de mercado (FREIRE-MEDEIROS, 2006).

Os reality tours vem crescendo cada vez mais no cenário global, e o turismo nas favelas se insere nesse contexto de busca por “experiências autênticas” e “exóticas”. Se a própria cidade se torna uma marca, assim ocorre também com a favela. Esses locais que antes eram acusados de atrapalhar a indústria do turismo, agora se tornam importantes atrações turísticas e uma verdadeira marca que estampa, inclusive, estabelecimentos comerciais no exterior. A difusão da favela enquanto marca surge a partir da informatização e da valorização da imagem na Era da Informação, graças à indústria cinematográfica e à mídia, que colaboram para a difusão destes símbolos identitários do “*favela way of life*”. Essas imagens servem como uma “antecipação da experiência” à escolha dos turistas (FREIRE-MEDEIROS, 2009: 20) e como “isca cultural” (ARANTES, 2013) na construção de uma identidade local que transforma o “exótico” em potencial mercadoria (FREIRE-MEDEIROS, 2009).

“Para seus defensores, a prática do turismo em áreas pobres incrementa o desenvolvimento econômico da região, a consciência social dos turistas e a autoestima das populações receptoras. Lideranças locais são forjadas, conhecimento e recursos são compartilhados entre pessoas que dificilmente se encontrariam se não fosse pelo turismo. Seus críticos, apesar de reconhecerem o impacto positivo de alguns projetos específicos, apontam pelo menos duas falhas estruturais: em nenhum caso, os moradores das localidades visitadas usufruem em pé de igualdade os benefícios gerados; menos do que conscientização política ou social, o que as visitas motivam são atitudes voyeuristas diante da pobreza e do sofrimento.” (FREIRE-MEDEIROS, 2009: 47).

⁴³ Segundo FREIRE-MEDEIROS (2006), os reality tours são um ramo de turismo global que vem se consolidando como experiências turísticas de realidade, divididos pela autora entre “tours sociais” e “tours sombrios”. Os “tours sociais” são sempre vendidos a partir de uma ideia educacional e de conscientização para “*indivíduos desejosos por localizar o seu papel nos problemas mundiais*” (FREIRE-MEDEIROS, 2006: 4), levando “*turistas das nações desenvolvidas – particularmente norteamericanos – aos países onde imperam conflitos sociais e instabilidade política*” (FREIRE-MEDEIROS, 2006: 4). Como exemplos desse circuito podemos indicar: vivência em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Brasil, tours em favelas, visitas aos *sweatshops* na Coreia e turismo na fronteira entre México e Estado Unidos (FREIRE-MEDEIROS, 2006). Já os “tours sombrios” se baseiam na transformação de tragédias em destinos turísticos, como o Ground Zero em Nova York, passeios realizados para visitação dos estragos provocados pelo furacão Katrina, “os passeios a *Sniper’s Alley em Sarajevo, aos campos radioativos de Chernobyl, e aos túneis Viet Cong (já devidamente alargados para acomodar o número crescente de visitantes estrangeiros)*” (FREIRE-MEDEIROS, 2006: 4).

4. Vidigal

Neste último capítulo, apresentaremos a análise das transformações socioespaciais no Vidigal a partir da chegada da UPP no ano em 2011, tendo como base os relatos coletados. Não existem dados oficiais⁴⁴ suficientes sobre o momento atual, uma vez que o último censo realizado foi o censo de 2010 e o próximo será realizado em 2020. Nesse sentido, as entrevistas são as informações que nos servem de base para perceber como o Vidigal vem se transformando nos últimos anos. Elas se fazem necessárias tanto pela falta de dados oficiais atuais quanto pela ênfase da pesquisa na percepção do espaço a partir daqueles que o construíram e que o vivenciam cotidianamente.

Por entender o espaço enquanto espaço social, e não apenas enquanto as suas dimensões físicas, a análise será apresentada a partir dessas duas esferas componentes do que entendemos como espaço: esfera espacial e esfera social. Ambas são interdependentes e interagem entre si dialeticamente, o que nos denota certa dificuldade em separá-las para analisá-las. É provável que eventualmente surjam características de uma na análise da outra, mas o esforço em separá-las de acordo com suas respectivas ações e transformações dominantes é necessário para que possamos compreender mais claramente como as ações e os objetos do espaço interagem entre si ao longo do tempo, evidenciando os processos socioespaciais desencadeados por estas inteirações (SANTOS, 2014c).

Primeiramente, será apresentado o histórico do estudo de caso como forma de aproximação e reconhecimento local, buscando atrelar informações históricas com os relatos dos moradores sobre o processo de surgimento e consolidação do Vidigal. Neste estudo, buscamos compreender esses diferentes momentos à luz dos processos de transformação urbana ocorridos na cidade do Rio de Janeiro para uma percepção integrada com o contexto urbano.

⁴⁴ Dados quantitativos como por exemplo: número de habitantes, número de moradias, população por idade, renda média por família, número de moradias próprias, número de moradias por aluguel, número de habitantes que trabalham no Vidigal, número de habitantes que trabalham fora do Vidigal e etc.

4.1. Reconstrução histórica do Vidigal

As terras que dizem respeito tanto à favela quanto à praia do Vidigal foram doadas em 1566 a Antônio Preto por Estácio de Sá. Já em 1599, estas mesmas terras passaram à posse de Antônio Pacheco Calheiros, o qual permaneceu com elas por cerca de trinta anos. Em 1630, estas terras foram adquiridas por Gonçalo Correa de Sá, permanecendo nas mãos de sua família até 1667, quando sua filha e herdeira Da. Vitória de Sá as doou para os monges beneditinos (TEIXEIRA, 2016), que por volta de 1820 doaram como presente a Miguel Nunes Vidigal⁴⁵.

As terras citadas acima ficaram nas mãos dos herdeiros de Miguel Nunes Vidigal até 1886, quando o engenheiro João Dantas, da *Companhia Viação Férrea Sapucaí*, as adquiriu. Ele possuía um sonho de construir na área o ponto de partida para uma linha férrea que seguiria até o litoral fluminense (SCHMIDT, 2011), sendo esta a única linha férrea que iria atravessar a Zona Sul ligando Botafogo à Angra dos Reis. Em decorrência de uma mudança de traçado da linha o ramal não foi projetado, contudo, em 1891, um pequeno trecho de cerca de 800 metros, que partia do lado do Leblon e contornava o Morro dos Dois Irmãos, foi iniciado, servindo como base para o início da atual Avenida Niemeyer (ABREU, 2013).

A transição no final do século XIX do um modelo econômico mercantil-exportador baseado no trabalho escravo para o modelo capitalista-industrial baseado no trabalho assalariado gerou transformações socioespaciais no Rio de Janeiro, dentre as quais o surgimento das favelas. No caso carioca, esta época é marcada pela crise habitacional decorrente da grande migração populacional para a cidade, que não foi acompanhada de produção de moradias que se adequasse à demanda quantitativa e econômica desses habitantes excluídos do acesso à terra⁴⁶. Uma das soluções encontradas para o déficit habitacional foram as habitações coletivas

⁴⁵ Manuel Antônio de Almeida (1852) retrata em seu romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, originalmente publicado em folhetins no Correio Mercantil do Rio de Janeiro, o Major Miguel Nunes Vidigal: “O Major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas da sua imensa alçada não haviam testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua justiça era infalível; não havia apelação das sentenças que dava, fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas” (ALMEIDA, 1852: 12).

⁴⁶ Por econômica entende-se uma oferta de moradias destinada à classe mais pobre que se instalava na cidade.

populares, os cortiços. Estes espaços forneciam péssimas condições de moradia a seus habitantes, eram estigmatizados como insalubres e foram foco das ações higienistas propostas pelo poder público (ABREU E VAZ, 1991).

A demolição do maior cortiço da cidade no final do século XIX, o *Cabeça de Porco*, é apontado por alguns como sendo um dos impulsionadores do surgimento das favelas, uma vez que os moradores expulsos de suas moradias encontravam nas ocupações dos morros uma forma de sobrevivência na cidade. Contudo, VAZ (1994) mostra dois fatos importantes em seus estudos. Primeiro, apesar de uma parte da população pobre da cidade do Rio de Janeiro morar em cortiços na época, eles não configuravam a única forma de habitação popular na cidade. Segundo, ao contrário do senso comum sobre o surgimento das ocupações nas encostas ter se iniciado a partir do retorno de soldados combatentes, relatos históricos já indicavam a ocupação das encostas de alguns morros da cidade pela população mais pobre desde 1865. Portanto, a autora levanta a hipótese de que, apesar de na época essas moradias ainda não se configurarem como favela propriamente⁴⁷, mas em “*formas embrionárias de favelas*” (VAZ, 1994: 590).

No início do século XX, a reforma urbana realizada por Pereira Passos, na prefeitura, e Rodrigues Alves, na presidência, para modernizar e embelezar a cidade, teve como consequência a expulsão de moradores pobres da área central, os quais passaram a abrigar os diversos morros espalhados pela cidade. Com isso, inúmeros barracos começaram a ser erguidos de forma rápida pelas áreas urbanizadas da cidade (TEPEDINO, 2007; MARINS, 2006). Segundo Abreu (2013), de início, este processo de ocupação dos morros cariocas pela população mais pobre era restrito às áreas centrais e suas proximidades, mas posteriormente foi se espalhando pelo território a partir da descentralização da oferta de empregos pelo desenvolvimento da zona sul e pelo surgimento de indústrias nos subúrbios da cidade. Este processo de ocupação foi possibilitado pela situação destes terrenos em áreas íngremes, os quais ou eram públicos, ou pouco valorizados pelo mercado imobiliário que se empenhava “*em construir edificações em áreas planas ainda desocupadas, ou em adensar áreas*

⁴⁷ “Apesar de não se tratar ainda de favelas, o que inclui, além da pobreza, a conotação de adensamento, ilegalidade, insalubridade, desordem, autoconstrução e falta de serviços e infra-estrutura urbana, há certamente uma estreita relação entre os primeiros casebres esparsos e os grupamentos que logo se tornariam marcantes na cidade” (VAZ, 1994: 590).

já construídas através da substituição do uso unifamiliar pelo multifamiliar." (ABREU, 2013: 95).

Em 1912, Charles Weeksteed Armstrong - diretor do Ginásio Anglo Brasileiro – aumentou a estrada do Morro Dois Irmão que havia sido construída ao final do século XIX em 400 metros, procurando completa-la uma vez que se encontrava abandonada. Em 1915, o Comendador Conrado Jacob Niemeyer realizou à sua custa o prolongamento da via, a oferecendo enquanto logradouro público à Prefeitura em outubro de 1916. Em 1920, a Prefeitura decidiu alargar a via e aumentar o raio de suas curvaturas na ocasião da visita do Rei Alberto, da Bélgica (Paulo Berger in NORONHA SANTOS, F.A. *As Freguesias do Rio Antigo*, op. City., 0.53. *apud* ABREU, 2013).

Segundo SILVA (2005) o período que se inicia em 1930 e vai até 1960 diz respeito à intensificação das atividades industriais, desenhando, dessa forma, a urbanização das grandes cidades brasileiras que se transformaram em metrópoles concentradoras de investimentos (capital) e mão-de-obra (trabalho). Dessa forma, de um lado criaram-se as condições para a acumulação de capital, enquanto de outro houve um movimento migratório intenso para estes centros que se instalou, em sua maioria, nas favelas e periferias (SILVA, 2005). As favelas tiveram um importante papel em permitir maior acúmulo de capital ao mesmo tempo em que se tornava interessante à política por representarem um "*manancial de uma infinidade de votos e, portanto, 'intocáveis'.*" (ABREU, 2013: 95)⁴⁸.

Segundo Abreu (2013: 106), "*A década de 1940 foi o período de maior proliferação de favelas no Rio de Janeiro*", sendo nesta década, mais precisamente no ano de 1941, quando se iniciaram as construções dos primeiros barracos do Vidigal, quando a favela ainda era conhecida como *Favela da Rampa da Avenida Niemeyer* (NEGRÃO, 2013). As primeiras moradias foram construídas abaixo da Avenida Niemeyer, onde hoje se localiza o Hotel Sheraton. Em 1942, a Avenida Niemeyer é estendida e, com isso, iniciam-se as ocupações na parte superior, no início

⁴⁸ Segundo VALLADARES (2005), a política de Getúlio Vargas era de caráter populista "que reconheceu e protegeu os trabalhadores através de leis reguladoras das relações salariais, modernizou o sistema educativo e desenvolveu proteção social" (VALLADARES, 2005: 50), conferindo a base para o desenvolvimento de relações clientelistas nas favelas.

da antiga Estrada do Tambá⁴⁹ – atual Avenida João Goulart (TEPEDINO, 2007). Apesar da ocupação pela população mais pobre ter se iniciado na década de 40, esta via já era existente e a área da encosta do Morro dos Dois Irmãos apresentava uma ocupação de baixa densidade⁵⁰.

A ocupação da parte de cima da Avenida Niemeyer, na área onde hoje se compreende o Vidigal, se iniciou pelo local conhecido como “catorze” – ou “314”. Ele está inserido nas margens da Avenida Niemeyer adentrando a encosta, e hoje possui acesso tanto por esta avenida ou quanto pela via principal do Vidigal (Avenida Presidente João Goulart).

⁴⁹ Segundo REIS (1977) a Estrada do Tambá era denominada de Ponta Grossa em momento anterior.

⁵⁰ Para a compreensão espacial da evolução da ocupação no Vidigal elaboramos mapas a partir de informações coletadas com os moradores e a partir dos mapas evolutivos do Vidigal elaborados por NEGRÃO, 2013.

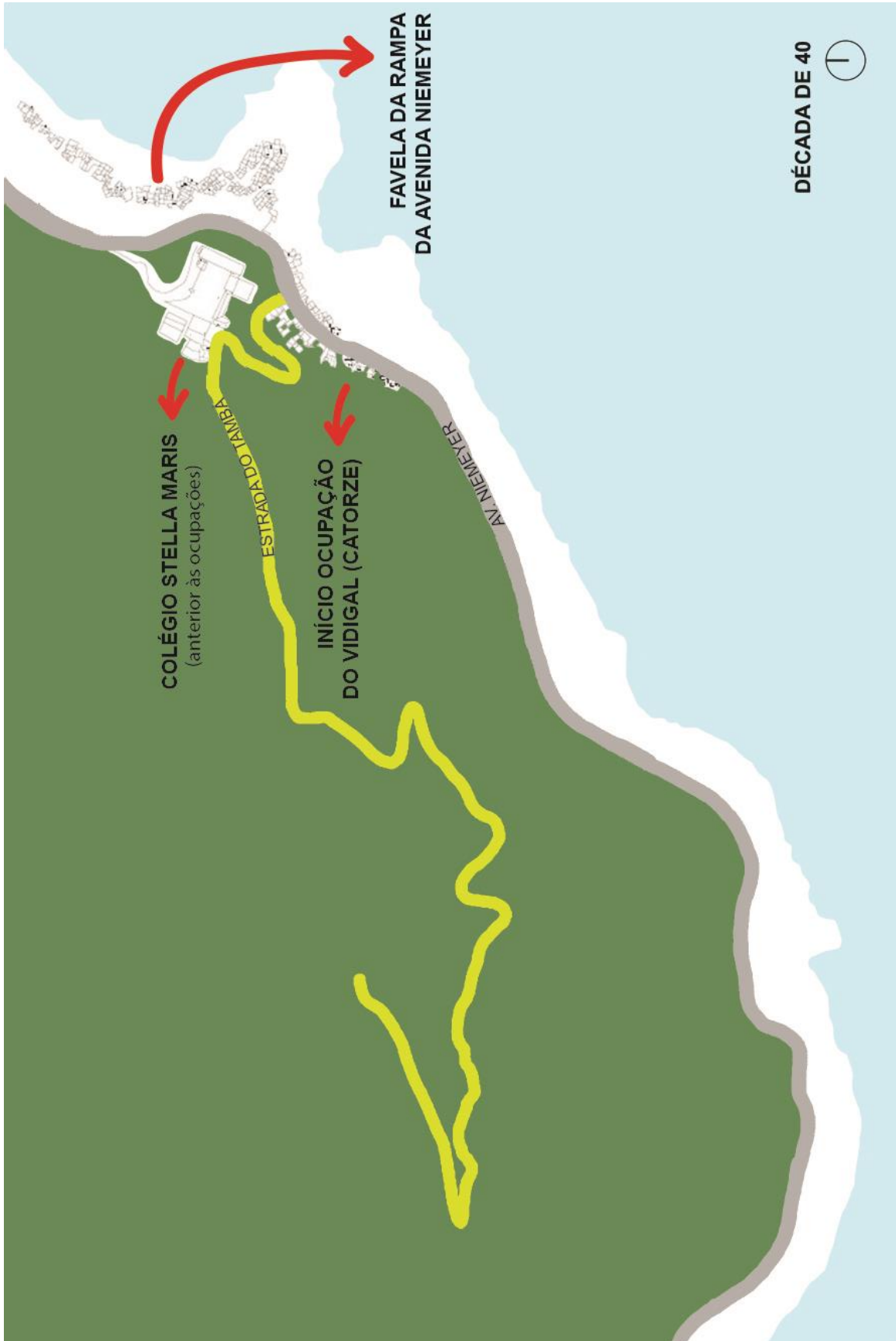


Figura 3 - Início das ocupações da favela do Vidigal na década de 40.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos cedidos pelos moradores, imagens históricas e mapas elaborados por NEGRÃO (2013).

A partir da década de 40 o processo de desenvolvimento industrial foi acelerado e centralizado nas grandes cidades, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, tendo sido as décadas de 40 e 50 o momento de aprofundamento da crise habitacional (SILVA, 2005). Nesse período, o Rio de Janeiro vivenciou uma forte política de erradicação de favelas, onde a Igreja se posiciona de forma contraditória: por vezes apoiava as remoções e por vezes apoiava a resistência dos moradores a esta política governamental (BUENO, 2000).

“O Vidigal, por estar numa área nobre, entre Leblon e São Conrado, com vista privilegiada, às margens de uma área turística e à beira mar, sempre foi perseguida e ameaçada pela remoção. Foi assim nos anos 50, quando a favela era do outro lado da Avenida Niemeyer” (LIMA, 2010: 7)⁵¹.

Em 1950 aconteceu a primeira remoção de moradias no Vidigal, quando os moradores da parte debaixo foram removidos e os *“que não queriam ir para longe reconstruíram seus barracos no outro lado, onde hoje é essa grande comunidade”* (LIMA, 2010: 7). Em 1958 houve mais uma ameaça de despejo dos moradores da favela pela empresa industrial Melhoramentos do Brasil, mas que foi revertida a partir com o apoio de advogados e políticos aos moradores (TEPEDINO, 2007; LIMA, 2010). Segundo Marcelo Burgos (2015), foi principalmente a partir dos anos 50 que a relação entre favela e política se tornou mais consistente, impulsionada pelas ações de erradicação adotadas. Com isso, em 1957 foi criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, uma entidade autônoma criada para lutar por melhores condições de vida aos moradores das favelas, e em 1963 a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara, a FAFEG. (BURGOS, 2015).

Na década de 50, a ocupação no Vidigal se concentrava na parte baixa, na área hoje conhecida como “catorze” – ou “314” – com barracos precários, sem infraestrutura e com baixa densidade.

“o Vidigal (...) tinha muita vegetação, melhor dizendo, muitas árvores, não eram casas de alvenaria como é hoje, eram barracos praticamente no meio dos matos, sem nenhuma infraestrutura, sem nenhuma urbanização, sem esgoto, sem água” [Morador do Vidigal, 74 anos]

⁵¹ Armando Almeida Lima é morador do Vidigal desde 1959 e publicou um livro chamado “Resistências e Conquistas do Vidigal” onde discorre sobre a história do Vidigal junto à sua vivência enquanto morador e presidente da Associação de Moradores.



Figura 4 - Favela do Vidigal na década de 50.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos cedidos pelos moradores, imagens históricas e mapas elaborados por NEGRÃO (2013).

No início da década de 60, em contexto anterior à Ditadura Militar, a política de remoção das favelas, ou desfavelamento (BUENO, 2000), ganha força com a criação de um programa habitacional de transferência dos moradores das favelas para vilas construídas distante do centro, as quais seriam a semente para os futuros conjuntos habitacionais. Esta política de extermínio foi reafirmada com a Ditadura Militar uma vez que estes assentamentos não mais representavam interesse eleitoral. Em 1968 cria-se a CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), que tinha como objetivo claro dar fim às favelas e transferir seus moradores para conjuntos habitacionais que seriam construídos (VALLADARES, 1978: 24).

“Não se pode, porém, esquecer que à tolerância sempre se opuseram atitudes hostis. De fato, a eliminação das favelas (e sobretudo das da Zona Sul) significaria a liberação de terrenos, propiciando o disciplinamento do uso do solo em muitas áreas da metrópole. Liberar os terrenos por elas ocupados significaria dispor de áreas em que se poderia construir, que se poderiam urbanizar ou valorizar para utilização futura.” (VALLADARES, 1978: 31)

Com o golpe militar de 1964, as políticas de erradicação das favelas se tornam ainda mais enfáticas. Em 1967 o proprietário de uma das terras na qual a favela do Vidigal estava inserida entra na justiça com uma ação de reintegração de posse, proibindo os moradores de construir novas casas ou de fazer melhorias nas já existentes. Em junho deste mesmo ano cria-se a Associação de Moradores do Vidigal⁵² para defender a comunidade das tentativas de remoção (TEPEDINO, 2007; LIMA, 2010) e o governo assina o decreto nº870 “*que coloca as associações de moradores sob controle da Secretaria de Serviços Sociais*” (BURGOS, 2015: 35). Na época da Ditadura Militar havia perseguição tanto de presidentes quanto de atores políticos das associações de moradores que não apoiavam as remoções ou que enfrentavam o Estado, logo muitas associações foram esvaziadas neste momento, inclusive a recém-criada Associação do Moradores do Vidigal (TEPEDINO, 2007).

Ao longo da década de 60 se iniciam as ocupações na parte alta do Vidigal, situada hoje em dia acima do Largo do Santinho, nas áreas atualmente conhecidas como *vinte e cinco* e *delay*. As ocupações na parte baixa são intensificadas, com maior

⁵² A associação de Moradores do Vidigal diz respeito a parte da favela do Vidigal, a princípio não abrangendo a área que corresponde à conhecida “área do IPTU”.

densidade no *catorze*, ocupação da *pedrinha* e início de construções na *área do IPTU*⁵³, que segundo Armando era loteamento de uma imobiliária.

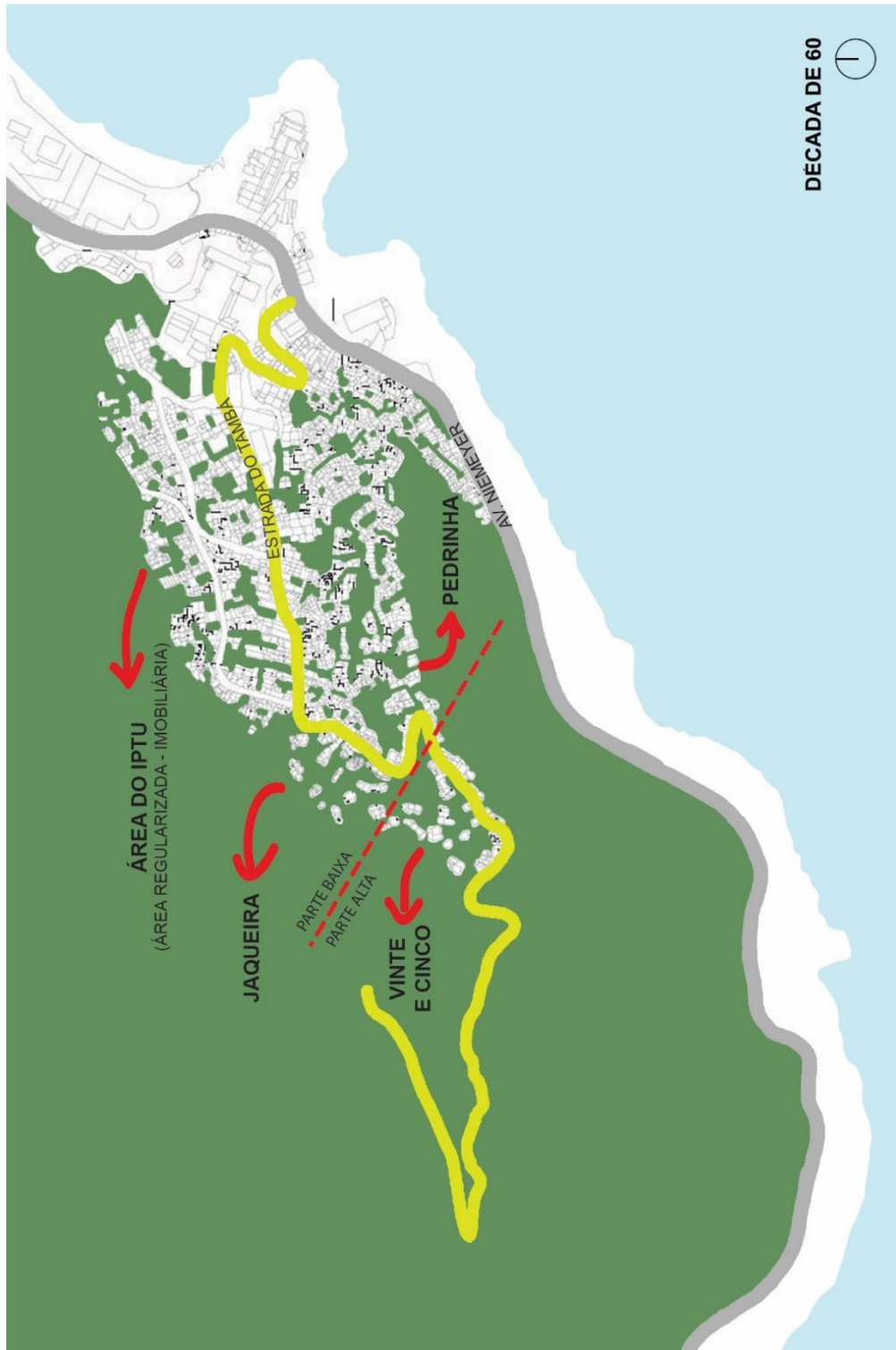


Figura 5 - Favela do Vidigal na década de 60. Início da ocupação na parte alta do morro. Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos cedidos pelos moradores, imagens históricas e mapas elaborados por NEGRÃO (2013).

⁵³ Alguns moradores se referem à área como “área da Rua Nova e Rua três”.

Em 1968, no contexto do AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), o governo “*assina o Decreto E, nº3.330, que, revogando o Decreto nº 870, estabelece como finalidade específica das associações de moradores a representação dos interesses comunitários perante o governo do estado*” (BURGOS, 2015: 35). Neste mesmo ano é iniciada a construção do Hotel Sheraton – que tem suas obras concluídas em 1974 -, com tentativa de privatização da pequena praia. Felizmente, os moradores da favela do Vidigal conseguiram uma ação na justiça para frequentá-la (TEPEDINO, 2007).⁵⁴

Marcelo Burgos (2015: 36) considera a época entre 1968 e 1975 uma das épocas mais violentas do histórico repressor e excludente do Estado brasileiro. O governo passa a adotar a política de erradicação das favelas, iniciando um forte programa de construção de conjuntos habitacionais pela COHAB (Companhia de Habitação Popular), os quais deveriam ser ocupados pelos moradores favelados. Apesar da forte repressão a estes moradores, a FAFEG consegue organizar a resistência contra esta política repressiva, contando com a participação de 79 associações que defendiam a urbanização das favelas. Porém, apesar da forte organização, a associação não é capaz de conter a remoção de cerca de 100 mil moradores e a destruição de cerca de 60 favelas neste período de sete anos. Armando Lima (2010) comenta em seu livro o quanto a política de erradicação contribuiu para o crescimento populacional do Vidigal, uma vez que muitos moradores removidos de outras favelas da Zona Sul, e que foram realocados para locais mais distantes, acabavam voltando à Zona Sul para se estabelecer no Vidigal já que este ainda apresentava áreas desocupadas.

Na década de 70 o bairro do Leblon já se encontrava consolidado⁵⁵ e o Vidigal se tornou opção para migrantes de outros locais do Brasil que vinham ao Rio de Janeiro em busca de emprego. As medidas econômicas adotadas na época causaram um grande número de migrações forçadas para o Sudeste, tendo sido o Rio de Janeiro um dos principais polos de atração destes trabalhadores. Nesse período, a ocupação da parte alta do Vidigal, já iniciada na década de 60, foi intensificada, sendo muitos desses novos moradores que se instalam no local provenientes do Nordeste. As

⁵⁴ Ver no Anexo II reportagem do Globo de 10 de abril de 1969 intitulado “Rio terá um hotel de luxo no sopé do Monte dos Dois Irmãos”.

⁵⁵ Ver foto aérea do bairro do Leblon em 1975 no Anexo III.

ocupações da parte alta ocorriam de forma espaçada e a partir da via principal, que não era asfaltada e se assemelhava a uma trilha.

"Quando eu vim aqui não tinha casa nenhuma (...) aqui era um barraquinho aqui, um barraquinho lá. Depois foi crescendo... não tinha luz, não tinha água, não tinha rua rua, não tinha nada, não tinha condição... aqui era uma roça. Aí foi melhorando, foi crescendo, fazendo casa, casa, casa, casa, casa" [Moradora do Vidigal desde a década de 70]

"O Vidigal era, tipo assim, uma chácara. Não tinha casa nenhuma (...) era tudo mato, isso aqui tudo era mato (...) tinha um barraquinho ali só, que era a Dona Alzira (...) aqui era uma casa longe da outra." [Moradora do Vidigal desde a década de 70]

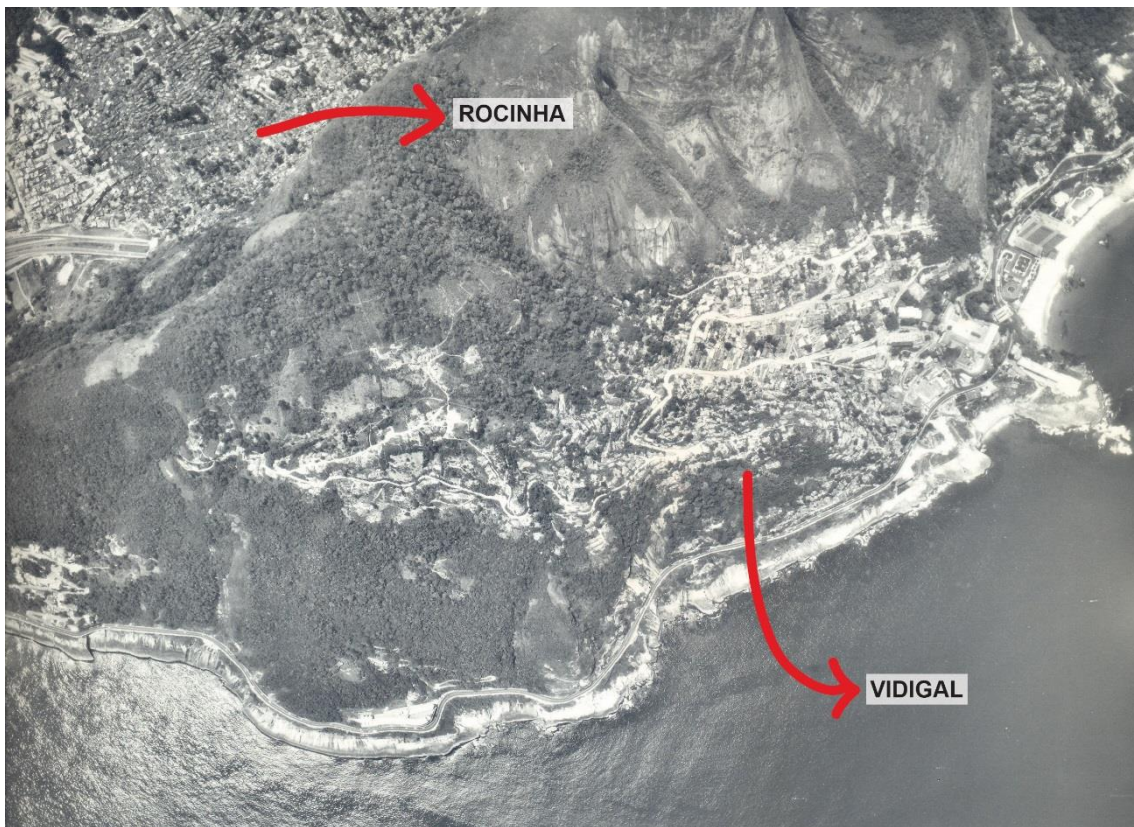


Figura 6 - Foto aérea do Vidigal de 1975 do projeto FUNDREM⁵⁶. Fonte: CEPERJ⁵⁷.

⁵⁶ Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

⁵⁷ Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro.

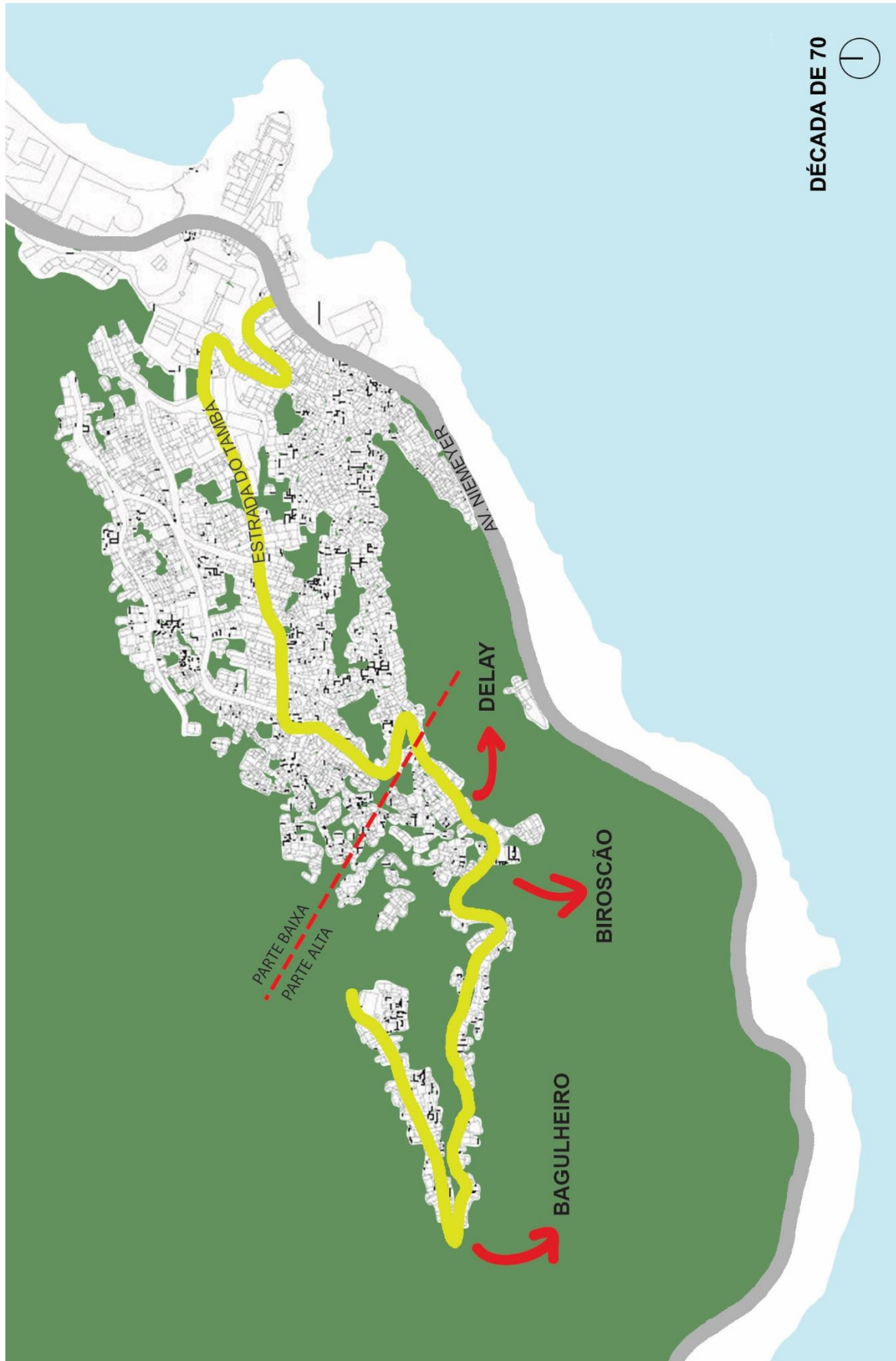


Figura 7 - Favela do Vidigal na década de 70. Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos cedidos pelos moradores, imagens históricas e mapas elaborados por NEGRÃO (2013).

Em 1977, apesar de passada a época de maior repressão às favelas por parte do governo, o tema da remoção volta a assolar os moradores das comunidades, sendo, desta vez, os moradores do Vidigal. Segundo Celso Athayde e Renato Meirelles (2014), em dezembro deste mesmo ano, funcionários da prefeitura chegaram ao Vidigal com o propósito de iniciar o processo de remoção e abrir espaço para a construção de um hotel de luxo, tendo como justificativa oficial a proteção dos cidadãos contra deslizamentos de terra. O projeto do hotel previa a remoção de 320 barracos na parte baixa do núcleo com a transferência de seus moradores para o conjunto habitacional de Antares – um dos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH (Banco Nacional da Habitação) durante a ditadura militar. Segundo alguns autores (TEPEDINO, 2007; BRUM 2005), a associação de moradores contou com a colaboração da Pastoral das Favelas e da Fundação Leão XIII⁵⁸ para a mobilização contra as remoções. Contudo, segundo relatos de Armando⁵⁹ a Igreja se posicionou a favor das remoções e a Associação de Moradores contou apenas com o apoio dos juristas Bento Rubião e Sobral Pinto, o que foi essencial para conseguir o adiamento judicial das remoções.

“(...) às 17h do dia 24 de outubro, de 1977, veio ao Vidigal um funcionário estadual da Fundação Leão XIII, entregando um aviso de remoção, para que os moradores colocassem seus pertences na rua, para às 8h do dia seguinte, os caminhões da Comlurb os levassem para Antares” (LIMA, 2010: 11).

“Às 8h00, chegaram ao local funcionários da Fundação Leão XIII, garis da Comlurb com caminhões, homens da Polícia Militar e a diretoria da Associação dos Moradores. Começaram a descer os móveis e, como os funcionários da Leão XIII diziam que eles iam para casas confortáveis e que era para o bem deles saírem dali, porque eles corriam risco de vida, devido a deslizamento de terra e pedras, eles estavam acreditando. Mas, alguns se recusavam devido à distância, porque trabalhavam na Zona Sul” (LIMA, 2010: 11).

Através do apoio jurídico, a comunidade conseguiu resistir à forte tentativa de remoção “*resistindo a um governo autoritário daquela ocasião, que era a ditadura Militar*” (LIMA, 2010:15) apesar de 23 famílias terem sido removidas. Armando Lima (2010) comenta que alguns dos moradores removidos voltavam “*horrorizados com as tais casas que eram apenas de 21m², não havia escola, comércio, lazer e a água que era péssima e não dava pra beber*” (LIMA, 2010: 15). As tentativas de remoção dos

⁵⁸ Fundação vinculada à Igreja, criada em 1946.

⁵⁹ Armando é morador do Vidigal, tendo sido fundador e presidente da Associação dos Moradores do Vidigal. Em 1977, Armando era o presidente da associação. Estes relatos foram dados em entrevista e constam em livro escrito por ele, chamado “Resistências e conquistas do Vidigal”.

moradores só terminaram em 1978, quando o governador Chagas Freitas assina um decreto de desapropriação para fins sociais (TEPEDINO, 2007; BRUM, 2005).

A mobilização e a organização dos moradores de favelas constituem um ato político, o que, segundo Cavalcanti (2004: 70), *“implica necessariamente pensar também a dimensão cotidiana dessa politização da reivindicação pela legitimidade dessa forma de habitar”*. Este período de forte organização dos moradores é reconhecido como o tempo “das lutas”, representando um período de forte resistência que se contrapõe ao período que se inicia com a entrada do tráfico na favela. Esta fase impõe novos limites aos moradores e às suas ações políticas, figurando como divisor de águas no modo de vida dos moradores das favelas (CAVALCANTI, 2004).

Em 1980, no mesmo ano que o Vidigal recebe obras de melhorias para a visita do Papa João Paulo II⁶⁰, acontecimento que tornou a comunidade conhecida nacional e internacionalmente, o tráfico de drogas se instala no local através do grupo Comando Vermelho. Os anos 80 são marcados pela violência nas favelas, que passam a ser dominadas por grupos paraestatais, pondo em risco a possível redemocratização dos favelados no contexto pós-ditadura (BURGOS, 2015; NEGRÃO, 2013; TEPEDINO, 2007).

⁶⁰ A visita do Papa João Paulo II foi indicada por 9 moradores como um evento que provocou muitas transformações internas no Vidigal. Segundo eles, com a visita do Papa foram realizadas obras de infraestrutura na comunidade, que melhoraram condições de vida dos moradores, principalmente nos locais por onde o Papa passou, que ficou concentrado na área conhecida como “catorze” ou “314”. Segundo uma das entrevistadas na época não existiam orelhões no Vidigal, que passaram a ser instalados por conta da vinda do Papa, bem como instalações elétricas e a própria rampa de acesso ao catorze pela Av. Niemeyer. Alguns moradores comentam também que houve a chegada de novos moradores a partir da visita do Papa, pois o evento tornou o Vidigal bastante conhecido.



Figura 8 - Favela do Vidigal na década de 80. Ocupação do Sobradinho.
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos cedidos pelos moradores, imagens históricas e mapas elaborados por NEGRÃO (2013).

Na década de 90, a Prefeitura do Rio de Janeiro inicia o projeto do Favela-Bairro para *“construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) das favelas consolidadas e oferecer condições sociais e ambientais de transformação e integração da favela como bairro da cidade, visando atender as favelas de médio porte (entre 500 e 2500 domicílios)”* (MENDES, 2006: 117). Uma das principais características do projeto era reconhecer as favelas como bairros a partir das obras de infraestrutura e urbanização. Segundo Burgos (2015), foi o Plano Diretor da Cidade, sancionado em 1992 pelo então prefeito Marcello Alencar, que confere a proposta de um programa global que integrasse as favelas ao contexto urbano carioca. O problema da favela, que permanece sendo visto como questão de segurança pública – ainda mais agora com o domínio por grupos paraestatais -, se torna tema central onde a urbanização e a prescrição da identidade da favela como bairro popular são vistos como soluções. A definição deste problema como questão municipal pelo Plano Diretor, assim como a definição da favela como *“área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais”* (Plano Diretor, 1992:19 *apud* BURGOS, 2015), irão direcionar a política habitacional naquele momento. O GEAP (Grupo Executivo de Assentamentos Populares), criado em 1993 pelo prefeito César Maia, é a instituição que irá propor o programa Favela-Bairro, sendo que as primeiras iniciativas tomadas para a sua realização ocorreram a partir de 1994.

O Vidigal foi uma das comunidades a receber o Favela-Bairro, tendo seu projeto realizado pelo arquiteto argentino Jorge Jaurégui. O programa foi projetado e executado no período entre 1996 e 1998. No caso do Vidigal, algumas intervenções permanecem até hoje e são muito utilizadas pelos moradores, como a praça de acesso ao morro e as obras na Vila Olímpica⁶¹. Outras propostas como o Parque Ecológico, o Ponto de Encontro – que virou um restaurante – e as lavanderias comunitárias, não foram mantidas. Inclusive, existia o projeto de um teleférico que subiria a Avenida Niemeyer, tendo uma estação no largo do santinho e outra no Avrão,

⁶¹ Segundo uma moradora entrevistada a Vila Olímpica foi criada pelo Comando Vermelho e reformada no programa do Favela-Bairro.

mas que nunca saiu do papel. O programa também contou com obras de saneamento básico, contudo, estas obras não abrangeram todo o Vidigal. Muitas casas não foram ligadas às redes de água e esgoto, obrigando muitos moradores a buscarem água em outras localidades e a conviver com esgoto a céu aberto (OLIVEIRA, 2012).

Na década de 90 o Vidigal já se encontrava consolidado, apesar da parte alta apresentar menor densidade de ocupação do que a parte baixa. As áreas conhecidas como sobradinho, alto, arvrão, jaqueira e figueira já se encontravam ocupadas, apesar de algumas ainda não estarem consolidadas. As partes mais altas eram as menos valorizadas e com maior dificuldade de acesso, por isso, essas áreas apresentavam menor taxa de ocupação e abrigavam a população mais pobre.

Segundo alguns moradores entrevistados, no final da década de 90 houve um deslizamento de terra na parte alta, na área até então conhecida como *sobradinho*, em decorrência de fortes chuvas. Infelizmente, muitos moradores morreram no episódio. A área que era conhecida como *sobradinho* acabou ficando interditada e hoje em dia não há ocupação no local, os moradores que ali moravam foram realocados para a área conhecida como *alto*. Segundo duas moradoras, foi a partir desse acidente que a área passou a ser conhecida como *bagulheiro*, pois até então fazia parte do *sobradinho*. Na verdade, ao longo das entrevistas percebemos que há consenso quanto ao que seria *sobradinho* e o que seria *bagulheiro*, pois alguns moradores alegam que são a mesma coisa, enquanto outros não.

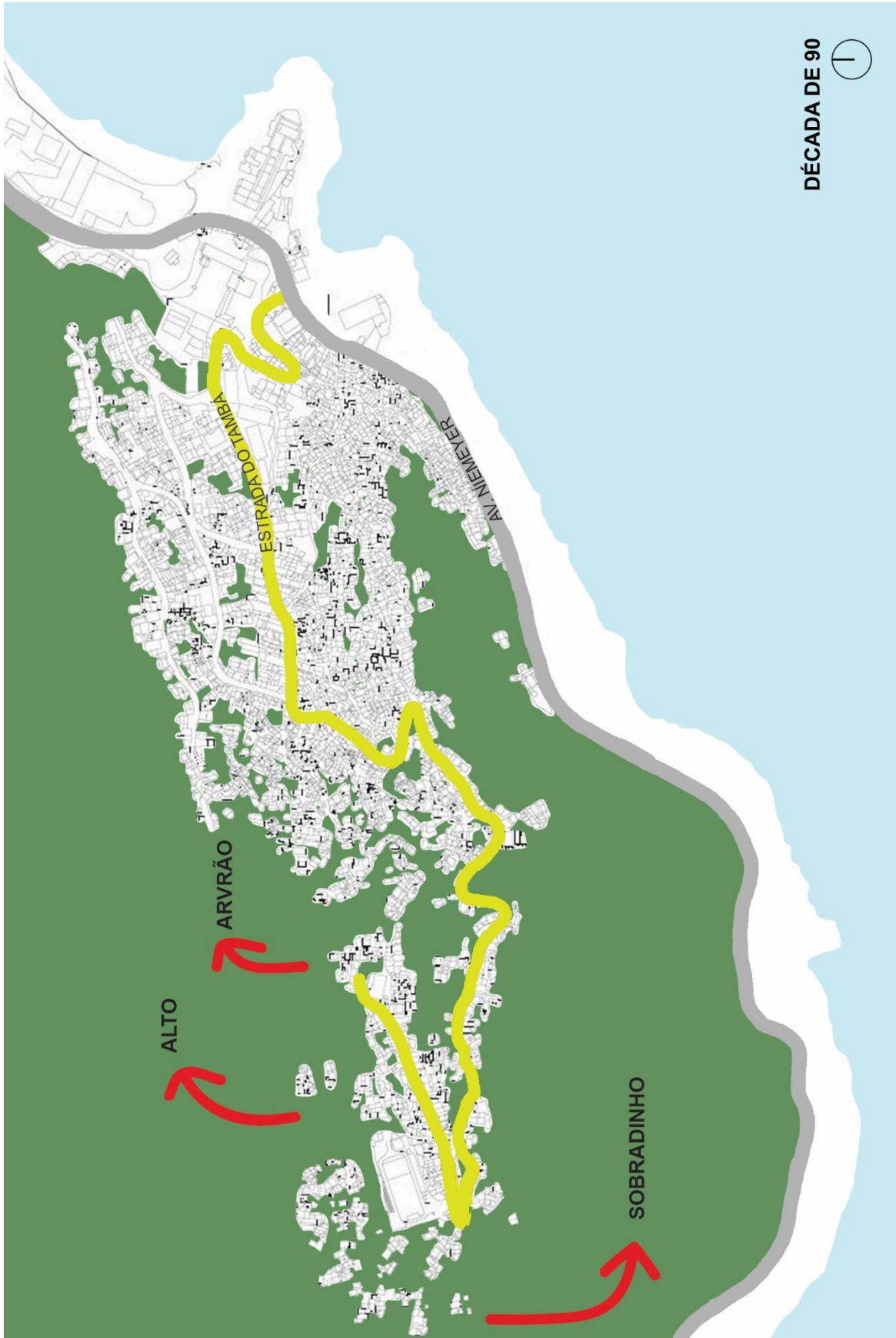


Figura 9 - Favela do Vidigal na década de 90. Ocupação do Sobradinho, Alto e Arvrão. Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos cedidos pelos moradores, imagens históricas e mapas elaborados por NEGRÃO (2013).

O início dos anos 2000 – principalmente entre 2004 e 2006 - foi um período conturbado para os moradores do Vidigal em decorrência da disputa entre as facções Amigos dos Amigos e Comando Vermelho pelo controle da favela. Em meio a esta guerra, a Vila Olímpica e seu Centro cívico são abandonados e dominados pelos grupos paraestatais (NEGRÃO, 2013). Nas entrevistas, moradores alegaram que foi uma época de esvaziamento, quando muitos moradores acabaram saindo e vendendo suas moradias para fugir da violência diária na qual se encontrava o Vidigal.

"O Vidigal sempre foi um morro pacífico, mas quando pertencia a uma facção. Depois que houve uma guerra, a Rocinha mudou de facção, e aqui ficou uma outra facção (...) começou a ter guerras aqui dentro porque um queria tomar o outro. Principalmente a Rocinha, a Rocinha queria tomar o poder aqui de novo, e o Vidigal é pequeno, a Rocinha é muito grande então pra eles tomarem aqui era muito fácil, mas eles encontraram resistência (...) nesse ano que aconteceu isso, que foi um pouco antes da UPP entrar, muito antes da UPP entrar, nós sofremos muito porque nós não éramos acostumados com tiroteios todo dia, essas coisas assim. E por causa dessa guerra aqui que teve entre Rocinha e Vidigal, por causa das facções que eram rivais, muita gente morreu porque tinha tiroteios no meio do dia, tinha tiroteio quando as pessoas estavam indo pro trabalho, tinha tiroteio quando as pessoas estavam voltando do trabalho, quando as crianças estavam indo pra escola, quando as crianças estavam voltando da escola (...) isso só mudou quando a mesma facção da Rocinha tomou o Vidigal, que ficou uma facção só, e aí realmente teve paz, teve paz antes mesmo da UPP" [Morador do Vidigal, 33 anos]

A violência diária pela presença do tráfico sempre esteve presente no Vidigal, porém a disputa pelo domínio do território entre as duas facções tornou essa realidade mais violenta para os moradores em decorrência dos tiroteios diários da época conhecida como “guerra do tráfico”. Ainda em momento anterior à implementação da UPP a disputa é cessada, marcando um período de retorno à uma relativa tranquilidade para os moradores.



Figura 10 - Favela do Vidigal nos anos 2000.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos cedidos pelos moradores, imagens históricas e mapas elaborados por NEGRÃO (2013).

A chegada da UPP no Vidigal ocorreu no dia 18 de janeiro de 2012⁶². Assim, como em muitas outras favelas pacificadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, esta nova fase marca a intensificação do turismo e a chegada de novos moradores atraídos pela aparente segurança, custo de vida mais baixo do que os outros bairros da zona sul, boa localização e a bela vista que as encostas cariocas oferecem. Este cenário passa a atrair também celebridades e investidores, que passam a comprar casas ou a construir hotéis de luxo no local, transformando a dinâmica interna. Essas transformações que ocorrem a partir da implementação do programa é foco da pesquisa e serão abordadas nos próximos capítulos. A reconstrução histórica do Vidigal nos permite perceber a trajetória de lutas dos moradores pela permanência, o interesse histórico do mercado imobiliário pelo local e compreender a conformação, tanto social quanto espacial do morro, anterior à UPP para assim podermos analisar quais mudanças vem ocorrendo no local e de que forma.

4.2. Esfera espacial

4.2.1. Estrutura espacial

O Vidigal é um bairro da cidade do Rio de Janeiro localizado na encosta do Morro dos Dois Irmãos. A favela do Vidigal, inserida no bairro do Vidigal, possui dois acessos, ambos a partir da Avenida Niemeyer. O acesso principal é dado a partir de uma praça existente no entroncamento da Avenida Presidente João Goulart com a Avenida Niemeyer, aonde estão concentrados os pontos de transporte interno (moto-táxi e Kombi), e o outro acesso, também a partir da Av. Niemeyer, é através da rampa do 314.

A Avenida Presidente João Goulart, que no passado era denominada Estrada do Tambá, é a via principal que estrutura o Vidigal, sendo um importante elemento estruturador local que viabiliza seu acesso, transporte interno e abrange toda a extensão do assentamento. Esta via é o principal eixo de deslocamento interno e circulação de veículos, sendo essencial para o acesso às áreas mais altas do morro.

⁶² Segundo informação oficial da UPP social na página <<http://www.riomaisocial.org/territorios/vidigal/?secao=inicio>> Acesso em 02/03/2017.

A linha da Kombi (transporte interno coletivo) tem seu trajeto restrito a esta via, seguindo até a parte alta da comunidade onde está localizado o seu ponto final. Já os moto-táxis circulam majoritariamente por esta via, mas não se restringem a ela, podendo circular também por outras vias do Vidigal que tenham largura tal que permita seu acesso por moto.



Figura 11 - Mapa indicando os acessos ao Vidigal e sua avenida principal – Av. Presidente João Goulart. Fonte: Elaborado pela autora.

O Vidigal possui heterogeneidades internas representadas por diferentes áreas que apresentam diferentes características, mas um dos mais expressivos contrastes é entre a área “formal”/legalizada enquanto bairro e a favela em si⁶³. Apesar de um primeiro olhar sugerir que toda a área da encosta diz respeito à favela do Vidigal, na verdade uma parte diz respeito à área do bairro, onde os moradores pagam IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e outros serviços públicos como luz e água, além de possuírem acesso a saneamento básico⁶⁴. Esse é aparentemente o principal contraste interno, sendo essa área reconhecida por muitos moradores como uma área

⁶³ Doze moradores entrevistados disseram perceber esta área formal enquanto uma área destoante do restante do Vidigal.

⁶⁴ Os moradores da área da favela (AEIS) pagam conta de luz e nem todos possuem acesso ao saneamento básico.

nobre que se diferencia da favela⁶⁵, apesar de, nos relatos, ser compreendida como parte do Vidigal.

Para além desta distinção em termos legais (Favela como Área de Especial Interesse Social - AEIS⁶⁶ x área do IPTU⁶⁷ como área formalizada) referente ao Vidigal, também pode ser percebida, tanto na fala de moradores quanto visualmente nas visitas de campo, uma diferenciação entre a *parte baixa* e a *parte alta*. Nesta outra percepção, notou-se que um local reconhecido como *Largo do Santinho*, localizado na via principal, se comporta não apenas como importante ponto de referência, mas também como nó que separa essas duas partes. A parte baixa comporta a área do IPTU e uma outra parcela da favela propriamente dita, enquanto a parte alta comporta a parte da favela localizada a partir deste largo até o final da via principal, chegando na parte mais alta do Vidigal.

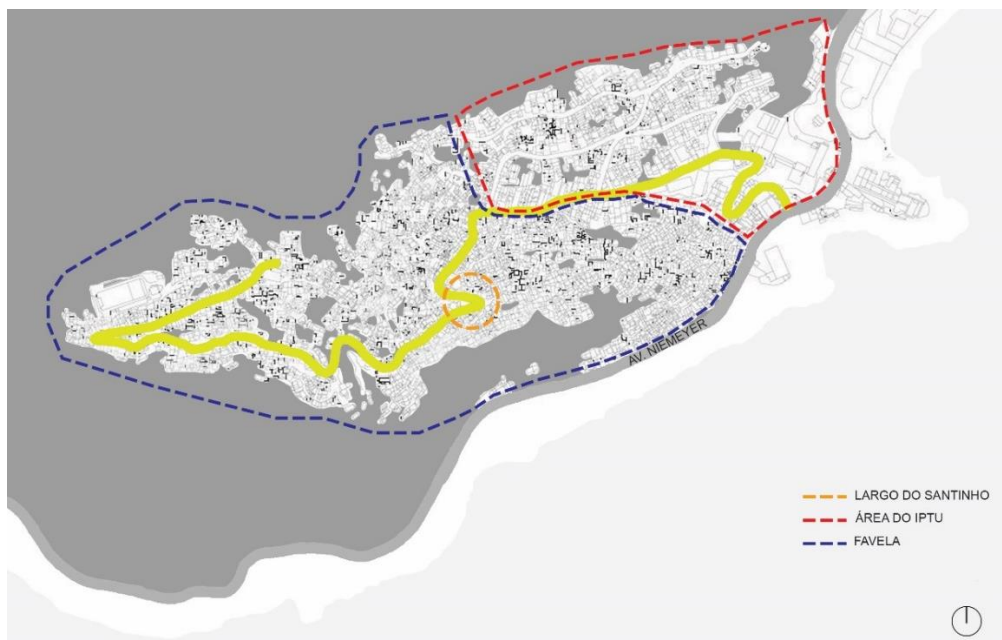


Figura 12 - Mapa identificando a via principal, o Largo do Santinho, a AEIS e a área do IPTU.

Fonte: Elaborado pela autora.

⁶⁵ Segundo alguns entrevistados, até uma determinada época existiam duas Associações de Moradores, uma para a área reconhecida como favela e a outra para os moradores desta área. Segundo um representante da Associação de Moradores do Vidigal, os moradores da área do IPTU não se reconhecem enquanto moradores da favela e por isso não aderem ao pagamento mensal da Associação de Moradores, mas ao mesmo tempo recorrem à Associação para a resolução de eventuais problemas.

⁶⁶ Segundo o Plano Diretor do município do Rio de Janeiro, existem dois tipos de AEIS: AEIS 1 e AEIS 2, sendo a primeira referente à “áreas ocupadas por população de baixa renda, abrangendo favelas, loteamentos precários e empreendimentos habitacionais de interesse social para promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social – HIS”.

⁶⁷ Muitos moradores se referem à essa área como “Rua Nova, Rua Três”.

As diferenças entre essas duas partes podem ser percebidas a partir de questões sociais, padrões construtivos e pelo uso do solo, mas os relatos mostram que essas diferenças se apresentavam mais fortes no passado. Foi difícil perceber quando os entrevistados se referiam à *parte baixa* quanto à *área do IPTU* apenas, e quando se referiam como sendo a área compreendida do acesso pela praça de entrada até o *Largo do Santinho*.

No passado essas duas partes eram vistas como opostas. A parte baixa era percebida como sendo mais rica, concentrando os moradores com maior poder aquisitivo, contendo casarões e construções com qualidade construtiva mais elevada, melhor infraestrutura e oferta de serviços. Já a parte alta representava a parte mais pobre, onde se concentravam as famílias com menor renda, as construções mais precárias e as piores condições de acesso a serviços e oferta de infraestrutura. No entanto, essa diferenciação vem diminuindo, e alguns dos relatos indicaram, inclusive, que hoje em dia essas diferenças não seriam mais cabíveis diante da atual situação do Vidigal⁶⁸.

As diferenças internas do Vidigal também podem ser percebidas entre as margens da via principal e as áreas que adentram a favela por becos e escadarias, sendo essas as áreas consideradas mais precárias. Esta diferenciação explicita a relação entre acessibilidade, forma urbana, valorização e precariedade, pois as áreas de mais fácil acesso são aquelas mais valorizadas, com construções menos precárias, enquanto as áreas que adentram a favela são as menos acessíveis, mais precárias e menos valorizadas.

Além dessas separações internas percebidas pelos moradores, existe uma diversidade maior que supera essas divisões, a qual é representada pelas microáreas do Vidigal. As microáreas conceituadas por ALVITO (2001) representam a heterogeneidade interna das favelas, tanto por questões sociais, quanto por questões espaciais. O estudo desse universo de múltiplas características pode ser muito interessante, não só para o reconhecimento de uma favela, mas também para compreender as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais que ali existem,

⁶⁸ Contudo, não é uma opinião unânime, outros entrevistados ainda percebem diferenças entre a parte baixa e a parte alta, principalmente no que se refere a área do IPTU com a favela.

abarcando relações de poder existentes e estabelecendo ligações entre o processo evolutivo da favela, da cidade, região e até mesmo do país.

Apesar deste estudo ser relevante, aqui não procuramos levantar informações detalhadas do diagnóstico das diferentes áreas do Vidigal. Neste estudo, buscamos compreender algumas especificidades internas importantes para reconhecimento local e também para entender as transformações que vêm acontecendo dentro da favela. Dessa forma, procuramos apresentar as microáreas locais como base de reconhecimento das diferenças existentes no Vidigal, bem como o reconhecimento deste espaço pelos moradores.

As microáreas representam uma forma de estruturação interna das diversas diferenças existentes no estudo de caso, dentre elas as heterogeneidades espaciais e sociais. O mapa com essas diferentes áreas foi realizado a partir dos diversos relatos coletados com os moradores e dos mapas mentais realizados por eles, tendo sido difícil sua concretização já que muitas vezes alguns relatos se contradiziam. Por este motivo, buscamos levar em consideração não apenas os relatos, como também a percepção pessoal do espaço a partir das visitas de campo, de forma a guiar esta tomada de decisão quanto à delimitação destas áreas diante de possíveis contradições. Na verdade, foi percebido que essa delimitação muitas vezes se confunde com pontos de referência e até pontos de parada da Kombi, o que dificultou o trabalho de distinção do que seriam microáreas e do que seriam apenas pontos de referência. A seguir, apresentamos a espacialização das microáreas do Vidigal explicitadas nas entrevistas.

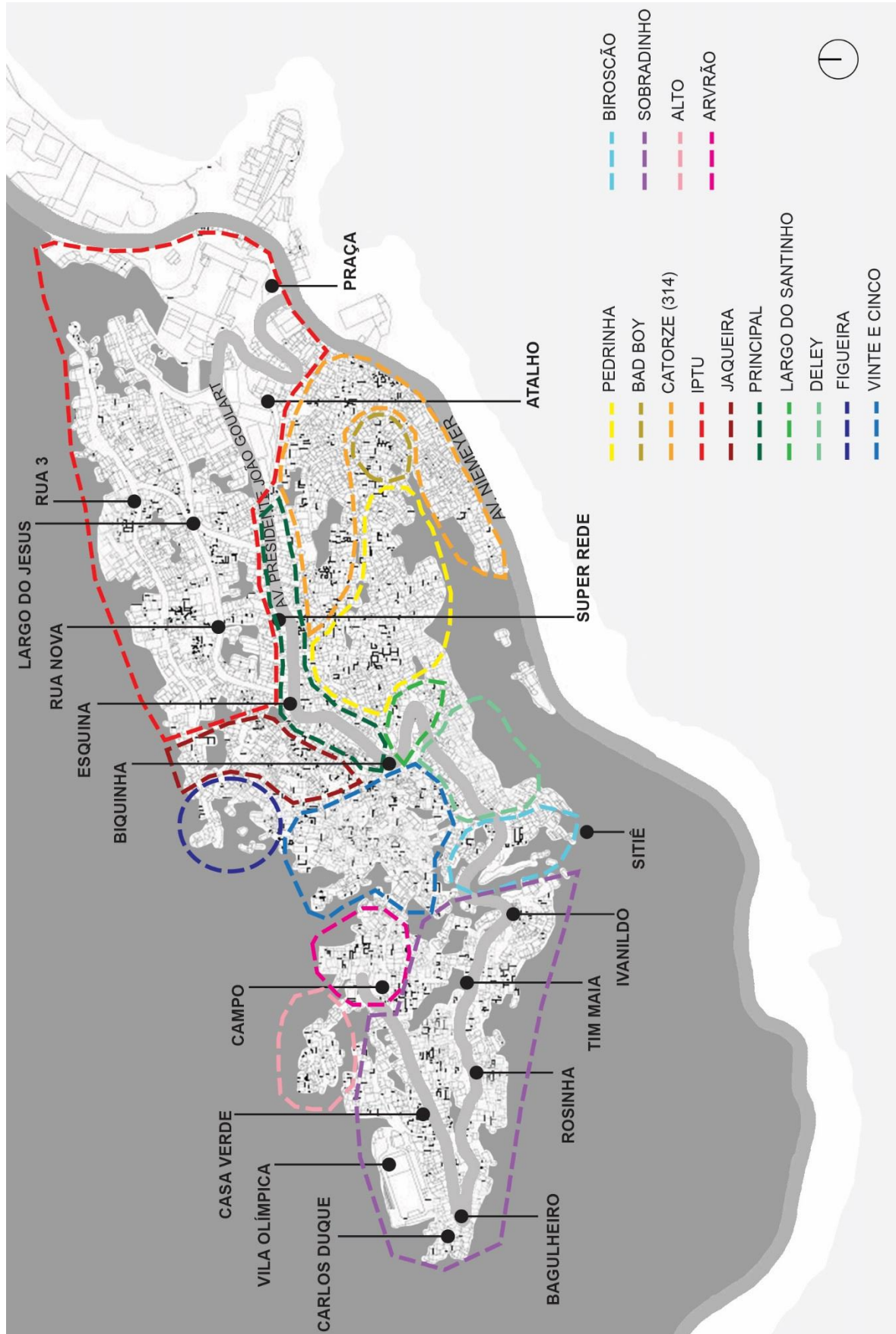


Figura 13 - Microáreas internas e pontos de referência.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos cedidos pelos moradores e mapa realizado pelo Vidigal 100 segredos, utilizando como base os mapas realizados por NEGRÃO (2013).

Muitos entrevistados percebem que a parte alta, principalmente na área conhecida como sobradinho⁶⁹ concentra a maior parte de moradores vindos do Nordeste, enquanto na parte entre o Largo do Santinho e o ponto conhecido como Esquina (parte baixa), concentra muitos moradores vindos de Minas Gerais, tendo sido esses os primeiros comerciantes do Vidigal.

Muitos dos nomes das áreas têm fundamento em questões construtivas locais, por exemplo: a *Vinte e Cinco* é uma área que parte de um beco chamado “25 de dezembro”, o *Biroscão* na verdade é um pequeno mercado com área de bar que acabou dando nome ao seu entorno imediato, o *Bagulheiro* passou a ser conhecido dessa forma porque ali existiu um morador que criava porcos, e o *Arvrão* é assim chamado porque ali existia uma árvore grande.

4.2.2. Forma



Figura 14 - Imagem figura e fundo do Vidigal. Fonte: Elaborado pela autora.

De modo geral, o Vidigal possui dois tipos de traçados: becos e escadarias, separados pela via principal, e vias mais largas que comportam a passagem de veículos, concentrados na *área do IPTU*. Como é possível perceber pela imagem, esses dois traçados se diferenciam segundo a área do bairro (*área do IPTU*) e área da favela (AEIS). Como também é possível perceber a partir do mapa, as áreas mais

⁶⁹ O reconhecimento do sobradinho apresenta muitas controvérsias entre os moradores e foi de difícil delimitação no mapa por não haver uma coesão de informações.

densas estão localizadas na parte baixa, onde a ocupação já se encontra bastante consolidada. Enquanto isso, na parte mais alta as ocupações se apresentam de forma mais espalhada, mas também são estruturadas a partir de becos e escadarias com acesso pela via principal.

A Avenida Presidente João Goulart se apresenta de forma sinuosa e é a via com maior largura para passagem de veículos dentre as vias do Vidigal, o que não significa que seja larga o suficiente para comportar o atual fluxo de veículos diário em ambas as direções. Atualmente, ela se encontra asfaltada desde seu acesso, na parte baixa, até o final da via, no alto do morro, no entanto o asfalto da parte mais alta é recente – foi realizado há cerca de dois anos. Moradores comentam que a qualidade construtiva da via melhorou desse tempo para cá, antes a situação era muito mais precária na parte mais alta, o que prejudicava seu acesso e a rotina dos moradores desta área. Contudo, apesar de atualmente asfaltada, é perceptível que o padrão construtivo da via varia bastante entre esses dois segmentos principais⁷⁰. O segmento II, apesar de contar com asfaltamento, ainda é mais precário, apresentando poucos trechos de calçada para pedestres, o que obriga transeuntes e veículos a dividirem o mesmo espaço.



Figura 15 - Via principal perto da praça de acesso. Via asfaltada com calçada para pedestres em ambos os lados da via. Fonte: Foto da autora.

⁷⁰ Designamos a parte baixa como Segmento I (praça de entrada até o Largo do Santinho) da via principal e a parte alta como Segmento II (Largo do Santinho até a parte mais alta da favela).



Figura 16 - Via asfaltada, logo após o Largo do Santinho, com calçadas para pedestres estreitas e em partes inexistentes. Fonte: Foto da autora.



Figura 17 - Via principal na parte alta, quase no Arvrão, asfaltada porém sem calçadas para pedestres. Fonte: Foto da autora.

As diferenças quanto à forma das construções na via principal podem ser reconhecidas não apenas entre a área que compreende o bairro e a área reconhecida como favela (AEIS), mas também entre a divisão apresentada anteriormente entre a parte baixa (Segmento I) e a parte alta (Segmento II). É perceptível que, de modo geral, na parte baixa as construções apresentam qualidade construtiva mais elevada quando comparadas às construções da parte alta, onde apesar das construções não se constituírem enquanto barracos, construídos a partir de fragmentos de materiais, muitas não possuem revestimento externo e apresentam qualidade construtiva inferior daquelas localizadas no início da via.

Já em relação às questões construtivas entre a *área do IPTU* e a área da favela em si, também pode-se perceber diferenças. Na primeira, é possível perceber edifícios de gabarito elevado, com muitos pavimentos, localizados no início da via, e casarões, casas e pequenos edifícios com padrões construtivos semelhantes entre si, em alvenaria revestida e de qualidade construtiva semelhante às construções do que se entende – e aqui se referindo ao senso comum – por “cidade formal”, tanto ao longo da via principal quanto nas ruas que adentram esta área⁷¹. Enquanto isso, a área da favela possui construções diversas, em média com até 3 pavimentos, e construções que possuem tanto revestimento externo quanto construções em alvenaria aparente e de qualidade construtiva mais precária⁷².

“O Vidigal é dividido em duas partes: tem a parte que a gente chama de proprietários de IPTU, onde era a imobiliária do Jardim Vidigal, onde foi loteamento há muitos anos atrás e a favela. São duas partes distintas. A parte do IPTU é uma área que é, digamos assim, é uma área nobre, né (...) é bem asfaltada, o lado dos proprietários é uma área mais com as ruas mais largas, bem asfaltadas (...) nós aqui [moradores da favela], as nossas ruas (...) estreitas, becos, vielas, não tem aquele conforto para o transporte, entrada de uma ambulância, só a principal, o resto (...) não tem” [Morador do Vidigal, 74 anos]

⁷¹ Rua Nova (Rua Dr. Olinto de Magalhães) e Rua Três (Rua Major Toja).

⁷² Ver mais fotos no Anexo III.



*Figura 18 - Início da via principal, onde as construções fazem parte da área do IPTU.
Fonte: Foto da autora.*



*Figura 19 - Edifício legalizado localizado na via principal na área do IPTU.
Fonte: Foto da autora.*



Figura 20 - Contraste entre o caráter construtivo da área do bairro do Vidigal e da área da favela (AEIS). Fonte: Foto da autora.



Figura 21 - Contraste entre o caráter construtivo da área do bairro do Vidigal e da área da favela (AEIS). Fonte: Foto da autora.

Ao mesmo tempo em que a *área do IPTU* é reconhecida pelos moradores enquanto parte do que eles entendem como Vidigal, pois estes limites se mostram bastante porosos diante da proximidade da área da favela com o bairro, é também marcadamente exposta enquanto área historicamente diferente e oposta do restante. É uma relação complexa e por vezes controversa, pois é contígua à área da favela e não possui seus limites claros, mas também é uma área visualmente diferente. Segundo alguns moradores, essas diferenças vêm diminuindo de uns anos para cá (a

partir da UPP), e muitos não acreditam que exista mais essa diferença entre a parte alta e a parte baixa ou entre a *área do IPTU* e a favela.

A percepção dos moradores sobre um passado onde era evidente essa diferenciação não ocorre apenas em relação à renda, mas também ao próprio caráter das construções. Na *parte baixa*⁷³, o padrão construtivo é marcado por casarões, edifícios altos, construções que se assemelham a uma linguagem de forma arquitetônica mais similar ao bairro do Leblon do que à própria favela do Vidigal, e por isso representava algo destoante. Enquanto isso, a parte alta se apresentava mais precária no passado, apresentando locais com construções de baixa qualidade construtiva que condiziam com a precariedade social de seus moradores.

Mas essa percepção vem sendo alterada a partir da chegada da UPP e das transformações que vêm se desenvolvendo no espaço local. Quando questionados sobre a percepção atual, muitos dos moradores indicam que não percebem mais essas diferenças, alegando que hoje em dia existem novas construções de elevado padrão construtivo, muitas delas localizadas na parte alta⁷⁴.

Essas novas construções se apresentam com uma linguagem da forma arquitetônica bastante destoante do contexto da favela, se assemelhando mais à linguagem encontrada na *área do IPTU* e nos outros bairros da zona sul carioca. Elas vêm se concentrando ao longo da avenida principal, pela facilidade de acesso, principalmente no Segmento I da via, e na parte mais alta do Vidigal, na área conhecida como Arvrão. Ao caminhar ao longo da via principal desde seu acesso, sente-se que o padrão construtivo, seja das construções seja da própria via, vai diminuindo conforme se sobe, mas ao chegar ao final da via, na parte mais alta, essa regressão é quebrada e tem-se uma área claramente destoante do seu entorno imediato.

⁷³ Muitas vezes os moradores se referem à “parte baixa” ora se referindo à parte mais baixa onde se localiza a área do IPTU, ora se referindo ao que aqui denominamos Segmento I da via principal, que abrange a área do IPTU e uma parte da favela.

⁷⁴ A visão de que atualmente não existem mais diferenças internas no Vidigal não é unânime, mas mesmo aqueles que ainda acreditam em diferenças internas, seja entre parte baixa x parte alta, seja entre área do IPTU x favela, percebem que vêm surgindo muitas novas construções no Vidigal, principalmente na parte mais alta, na área conhecida como Arvrão.



Figura 22 - Imagem da via principal na área da favela, ainda na parte baixa.
Fonte: Foto da autora.



Figura 23 - Novo estabelecimento comercial: restaurante.
Fonte: Foto da autora.



*Figura 24 - Novo estabelecimento comercial: bar e barbearia.
Fonte: Foto da autora.*



*Figura 25 - Imagem da via principal na parte alta.
Fonte: Foto da autora.*



Figura 26 - Imagem da via principal na parte alta, perto ao Arvrão.
Fonte: Foto da autora.



Figura 27 - Área do Arvrão.
Fonte: Foto da autora.



*Figura 28 - Bar e Hotel Mirante do Arvrão, localizado no Arvrão.
Fonte: Foto da autora.*



*Figura 29 - Bar do Mirante do Arvrão, localizado no Arvrão.
Fonte: Foto da autora.*

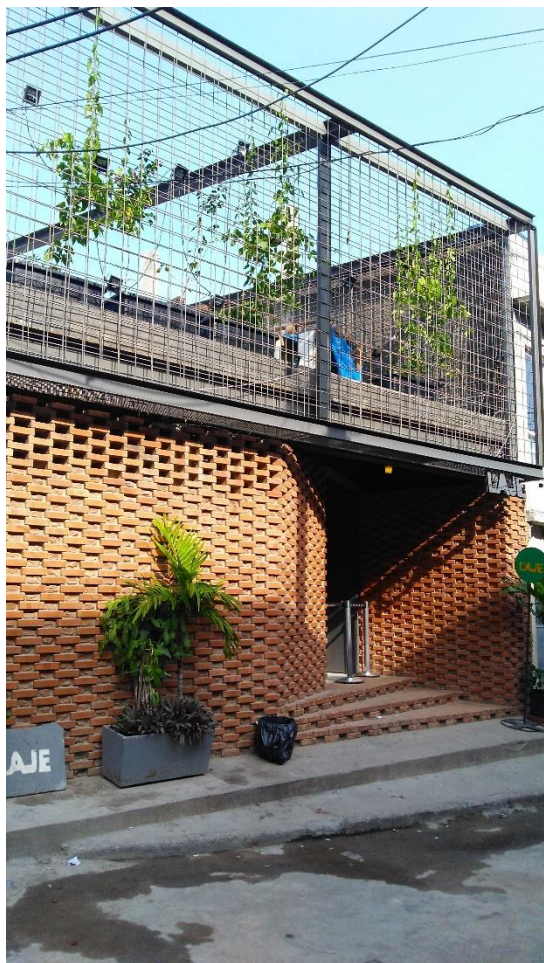


Figura 30 - Bar da Laje, no Arvrão.
Fonte: Foto da autora.



Figura 31 - Nova Construção no Arvrão.
Fonte: Foto da autora.



Figura 32 - Bar da Laje, no Arvrão.
Fonte: Foto da autora.

O estudo da forma das construções do Vidigal também pode ser analisado a partir do estudo da forma do traçado urbano. Como visto anteriormente, o Vidigal conta com dois tipos de traçados - um de caráter mais orgânico e irregular marcado por becos e escadarias e outro mais regular marcado por vias carroçáveis existentes na área formalmente reconhecida como bairro do Vidigal - com os quais podemos estabelecer um elo com a tipologia construtiva das edificações. Se, no passado, as construções com melhor padrão construtivo se localizavam na parte baixa, na área formalizada, e hoje as novas construções, que possuem linguagem construtiva destoante da linguagem convencional da favela, se localizam principalmente ao longo da via principal, as construções de caráter mais precário estão localizadas justamente nas áreas de becos e escadarias, que apresentam maior densidade e menor acessibilidade.

Dessa forma, percebemos que a qualidade construtiva possui uma lógica de espacialização: se apresenta melhor nas áreas mais valorizadas e/ou com maior facilidade de acesso (Alto, Arvrão, margens da via principal e área do IPTU), e mais precária nas áreas menos valorizadas e com maior dificuldade de acesso (segmento II da via principal, áreas que adentram o Vidigal por becos e escadarias). No entanto, isto não pode ser visto como regra, pois existem exceções e o espaço vem sendo alterado por processos de transformação como veremos adiante. Na verdade, a área valorizada no alto do morro não segue o critério da acessibilidade como forma de valorização, mas sim o da valorização das visuais da paisagem, que se tornam novos ativos de valorização e especulação imobiliária a partir da chegada da UPP. Se no passado era a facilidade de acesso que valorizava um imóvel ou terreno, hoje soma-se à isso a vista que o local possui para a cidade.

“Você olha a 25, a pedrinha e o 14, são lugares que as casas são pequenas e bem coladas uma na outra. A sua janela é na janela do vizinho, a sua porta é na porta do vizinho. Aqui em cima você vê as casas são bem maiores, tem casas de três andares separadas, tem um espaço, tem um quintal, tem alguma coisa. Então aqui em cima, mesmo por ser alto, a qualidade de vida ainda a um pouquinho melhor do que nesses outros lugares” [Morador do Vidigal, 24 anos]



Figura 33 - Área de Becos.
Fonte: Foto da autora.



Figura 34 - Área de Becos.
Fonte: Foto da autora.

4.2.3. Função

A partir das entrevistas é possível perceber a transformação do uso do solo ao longo da história do Vidigal. Em um primeiro momento, o local tinha como principal função servir como espaço de moradia aos habitantes, configurando a formalização da necessidade básica de moradia para a reprodução social dos trabalhadores. Nesse momento, essas áreas eram locais desvalorizados pelo mercado imobiliário, e as ocupações serviam não só como moradia para a existência dos trabalhadores, como também serviam como pretexto para que o déficit habitacional fosse “solucionado” sem demandar investimentos públicos ou privados (KOWARICK, 1979). Dessa forma, garantia-se que os trabalhadores obtivessem acesso à moradia e pudessem se reproduzir socialmente – ainda que de forma precária -, garantindo a presença de mão-de-obra para a produção e obtenção de lucros sem que houvesse uma política

de acesso à moradia digna. Apesar da principal função de garantir moradia, o Vidigal também se apresentava como meio de obtenção de renda, ainda que para uma pequena parcela, através de pequenos comércios locais e da própria dinâmica do mercado imobiliário informal. Segundo uma moradora, no passado, o tipo de comércio comum dentro do Vidigal era a “birosca”⁷⁵, que seria um mercado e um bar, e hoje em dia já existem outros tipos de estabelecimentos comerciais: *“hoje em dia tem loja de roupa, vários salões de cabeleireiro, vários mini mercados, mercados, padaria, lanchonetes”* (moradora entrevistada, 34 anos).

Após a UPP, é perceptível a transformação do uso do solo principalmente com a intensificação do uso comercial e turístico. Os relatos de intensificação das atividades turísticas são amplamente difundidos, seja através da percepção de novas construções voltadas para “gente de fora”, seja pelos relatos do número de visitantes diários na favela⁷⁶, do aumento da presença de estrangeiros e da valorização da paisagem e da vista que se tem para o restante da cidade. Muitos moradores relatam que com a chegada de novos visitantes surgiram novos estabelecimentos comerciais através da construção de hotéis, albergues e novos tipos de comércio, muitos voltados mais para o atendimento da demanda turística do que da demanda dos moradores.

“(…) e claro o comércio explodiu também, só que isso pra gente foi negativo porque acaba que a gente paga os preços que eles querem cobrar pro pessoal de fora.” [Morador do Vidigal, 24 anos]

“O comércio daqui do Vidigal teve bastante crescimento, tipo, antes não tinha nada, hoje abriram bastante restaurantes, coisas que não tinham aqui no morro. Tinha um botequinho aqui que vendia comida, mas hoje não, tem restaurantes tem chefs de cozinha mesmo. Muitos gringos interessados em morar aqui no Vidigal.” [Moradora do Vidigal, 31 anos]

Segundo um dos entrevistados a área mais comercial do Vidigal se concentra na parte baixa da via principal e a área mais turística se situa na parte mais alta, no entanto, os usos comercial e turístico estão muitas vezes vinculados. Hoje em dia, se tornaram comuns restaurantes que atendam à demanda dos visitantes e até dos

⁷⁵ A birosca é um estabelecimento comercial que se apresenta tanto como mercado local quanto como bar.

⁷⁶ Uma moradora chega a relatar que *“todo dia sobe gente de fora. Tem muito gringo mesmo, assim, pessoas que são estrangeiras mesmo. Tem muita gente daqui que vem também conhecer né. As vezes sobe uns 300, 400 (...) muita gente”*. É evidente que a quantificação parte da percepção da moradora e não a partir de um levantamento oficial e detalhado, mas o interessante é perceber o quão expressivo se mostra a presença de turistas no Vidigal diariamente, fato confirmado por outros moradores entrevistados.

novos moradores, bares que promovam festas para “gente de fora”, albergues ou hotéis que tenham espaço para festas ou que funcionem como restaurante ou bar.

No intuito de mapear a intensificação da atividade turística e da transformação do próprio uso do solo, elaboramos um mapa com a localização de hotéis e albergues no Vidigal. As informações sobre os locais foram coletadas na internet por meio de sites de reserva de hospedagem na cidade do Rio de Janeiro, não levando em consideração o aluguel de moradias por temporada para visitantes.

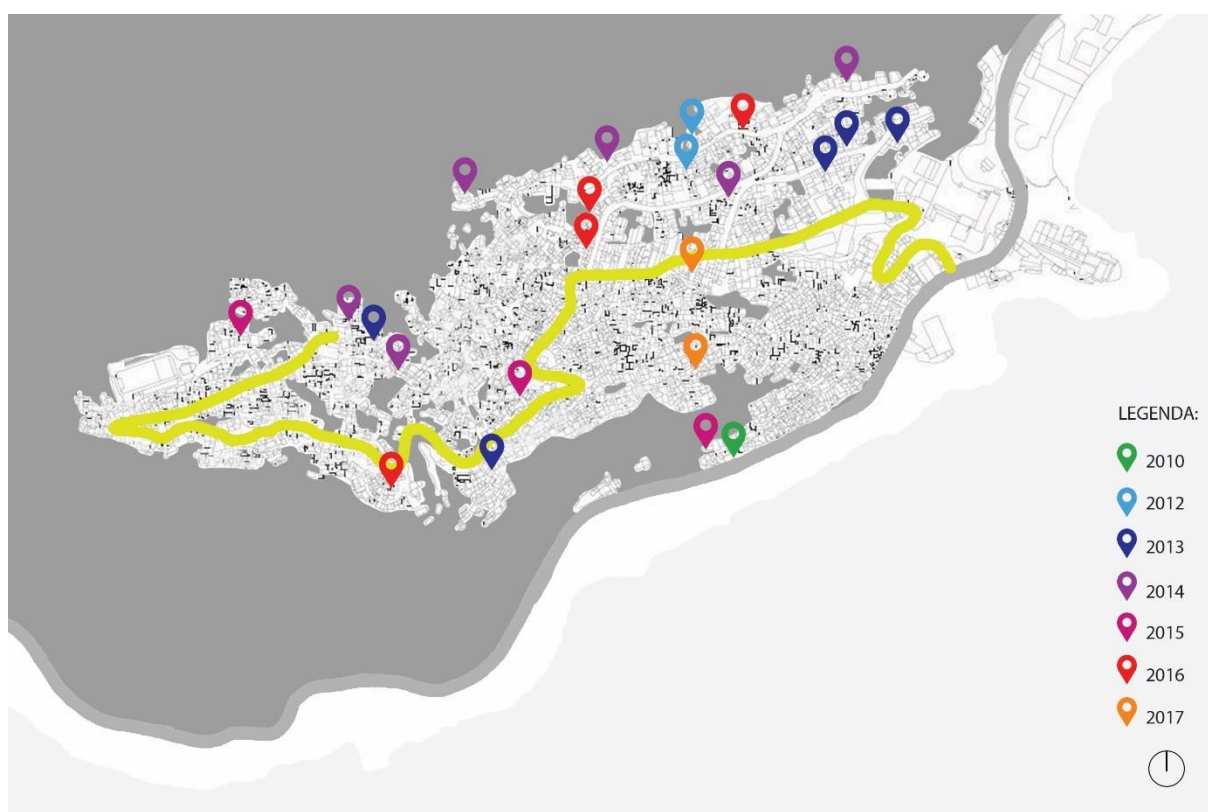


Figura 35 - Mapa localizando os hotéis e albergues no Vidigal.
Fonte: Elaborado pela autora.

Ao todo, chegamos ao total de 23 estabelecimentos, sendo 16 localizados na parte baixa e 7 na parte alta, e 22 estabelecimentos tendo iniciado suas atividades a partir de 2012 (pós-UPP)⁷⁷. Como podemos perceber, os estabelecimentos se distribuem, principalmente, na parte mais alta e na *área do IPTU*, com alguns deles dispostos ao longo (ou perto) das vias de fácil acesso (Avenida Presidente João Goulart e Avenida Niemeyer).

⁷⁷ Segundo o levantamento, com dados disponíveis na internet, um dos estabelecimentos foi aberto no ano de 2010, dois no ano de 2012, cinco no ano de 2013, seis no ano de 2014, três no ano de 2015, quatro no ano de 2016 e dois no ano de 2017.

O Arvrão, que hoje em dia é um local claramente turístico, era no passado uma área residencial bastante desvalorizada. Como disse uma moradora: *"primeiro porque era muito alto, segundo porque era muito violento (...) e as pessoas estavam cagando pra vista porque não tinha tempo nem de contemplar"*. Por estar situado na parte mais alta do Vidigal sempre foi uma área com dificuldade de acesso, além de que era considerada uma área perigosa pela forte atuação do tráfico, portanto bastante desvalorizada. A partir da chegada da UPP esse cenário se transformou completamente e hoje em dia é uma das áreas mais valorizadas no Vidigal, a área que atrai mais visitantes, turistas e novos comércios interessados na vista panorâmica da zona sul do Rio de Janeiro⁷⁸.

"Antigamente você falar que ia pro arvrão, deus me livre, você não volta mais (...) lá era lugar de desova" [Moradora do Vidigal, 38 anos]

"Hoje em dia o pessoal quer ir e não quer voltar, antigamente o pessoal tinha medo de não voltar" [Morador do Vidigal, 32 anos]

"O Arvrão mudou muito, agora com vários hostels né (...) não era tão destacado né, hoje é mais destacado. Hoje o pessoal fica lá é, tem barzinho, tem os hostels que oferece lanche, que oferece várias coisas. Eu acho que foi um dos lugares que mais mudou no Vidigal." [Moradora do Vidigal, 27 anos]

Foi interessante perceber a partir da fala de um morador os elementos de valorização imobiliária no passado e nos dias atuais. Segundo ele, o que valorizava o imóvel antes da UPP era a sua localização e facilidade de acesso. Portanto, aqueles localizados na via principal ou próximos a ela eram os mais valorizados e os mais caros. Com a chegada da UPP, a própria dinâmica do mercado imobiliário interno foi alterada, e hoje em dia o que mais serve como ativo para a valorização de um imóvel é a visual da paisagem que ela pode oferecer, evidenciando a mercantilização da paisagem local.

"(...) não dava valor realmente da vista, e hoje em dia pessoal vem aqui de fora e fala ai meu deus vocês mora no paraíso, essa vista aqui maravilhosa, não sei o que. E era uma coisa que era tão normal que antes, por exemplo, antes o pessoal vendia casa e botava assim ah tal lugar... moro na 25. Ah, casa, dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Não mencionava nunca 'vista para o mar'. Hoje em dia, qualquer casa com vista pro mar o pessoal bota, ah vista pro mar. Era uma coisa que, era tão normal que o pessoal não valorizava, achava normal. Ninguém vende uma casa aqui hoje em dia sem botar isso. É comum, claro, se a pessoa tiver vista (...) antes não tinha isso. Pessoal botava oh 'na beira da rua' (...) eram outras questões que

⁷⁸ Importante lembrar que existe uma base da UPP no Arvrão, como demonstrado na Figura 02.

valorizavam a sua casa. Hoje em dia você tem vista pro mar valoriza, porque vem muita gente de fora, e procura mais isso." [Morador do Vidigal, 36 anos]

Com isso, as partes mais altas, que fornecem uma vista panorâmica para a cidade, estando aí incluída a área do Arvrão, sofreram intensa valorização. Mas, se antes o acesso às áreas mais altas era um fator de complicação para o morador (constantemente prejudicado por aqueles que trabalhavam com transporte de passageiros, que preferiam atender as demandas para ir para as áreas mais baixas e com deslocamentos mais curtos), hoje em dia esse cenário foi alterado devido às demandas vinculadas ao turismo. O transporte possui a função de garantir acessibilidade e mobilidade local, mas dentro de um contexto de um transporte não integrado com o transporte público da cidade e oferecido por uma iniciativa privada de trabalhadores⁷⁹, ele acaba se ajustando à própria dinâmica da mercantilização da mobilidade.

No passado, os moradores da parte alta eram prejudicados, pois aqueles que forneciam o serviço não gostavam de atender a esta demanda por ser um trajeto mais longo e o preço da passagem continuar o mesmo, independente da distância percorrida. Dessa forma, a oferta de transporte para chegar até a parte mais alta era menor e esta área carecia de acessibilidade (inclusive pela própria infraestrutura da via, que antes não era asfaltada na parte alta). No entanto, como a área do Arvrão vem se intensificando turisticamente nos últimos anos e atraindo não apenas hóspedes dos albergues e hotéis, mas também visitantes que buscam festas ou restaurantes, essa oferta aumentou.

Como um morador entrevistado comenta, se existe algo de positivo nas festas oferecidas no alto do Vidigal é que hoje em dia existem transportes sendo oferecidos na madrugada, o que antes não existia. No entanto, as coisas não ocorrem de forma tão simples, e mesmo com esse benefício os moradores da parte alta continuam sendo prejudicados perante a grande demanda de turistas pelo transporte local, isso porque o preço da passagem cobrada para os moradores não é a mesma que a cobrada para os visitantes. Aqueles que trabalham com o serviço de transportes local acabam privilegiando os turistas e visitantes, pois conseguem cobrar mais pelo preço da passagem, e nos horários e dias de pico de visitação e de festas a fila para o

⁷⁹ No Vidigal o transporte é oferecido por uma cooperativa.

transporte fica maior do que o normal. Com isso, os moradores são prejudicados mais uma vez. Foi bastante comentado que nessas horas a preferência é dada aos não moradores (em relação aos móto-táxis, enquanto que em relação às kombis a crítica é em questão ao tamanho da fila), que pagam mais pela passagem.

Como é maior o lucro através da demanda dos visitantes, a própria oferta do serviço se torna maior nos horários de maior chegada de visitantes e turistas. O que foi exposto por um dos moradores é que os que oferecem esse serviço preferem trabalhar nos turnos da noite e da madrugada nos dias de festas (que acontecem tanto aos finais de semana quanto nos dias de semana), e folgar durante o dia, o que prejudica os moradores que necessitam desse serviço para suas atividades diárias, principalmente aqueles da parte alta, que precisam ainda mais do transporte. Ou seja, a função turística não se restringe ao uso do solo e às construções, mas perpassa outras questões, afetando a vida do morador em diversos âmbitos.



Figura 36 - Fila para kombi em um sábado no final da tarde. Fonte: Foto da autora.

Em relação aos momentos de lazer dentro da comunidade, percebemos que uma grande parcela dos moradores não tem o costume de frequentar bares locais ou áreas de lazer, concentrando suas atividades entre trabalho, residência e família. Levantamos a hipótese de muitos moradores não terem esse costume de vivência comunitária tanto em decorrência do passado de guerra entre facções dentro do Vidigal, que colocava em risco a vida dos moradores (e com isso muitos evitavam circular pela comunidade), quanto pela falta de espaços de lazer.

Apresentemente, a Vila Olímpica (conhecida como “Campinho”) e a praça de acesso são os principais espaços para as atividades comunitárias. Lá são realizados encontros, atividades da comunidade, além de servir como espaço para a prática de esportes e de atividade física. Contudo, mesmo sendo locais representativos no Vidigal para momentos de lazer, fica evidente a carência de mais espaços que possibilitem essas atividades e encontros entre os moradores, ainda mais com o crescimento populacional local cada vez maior⁸⁰.

“Pena que aqui no Vidigal o que falta ainda é espaço pras crianças brincarem, espaço cultural, que aqui é pouco, área de lazer, mais creche” [Moradora do Vidigal, 45 anos]

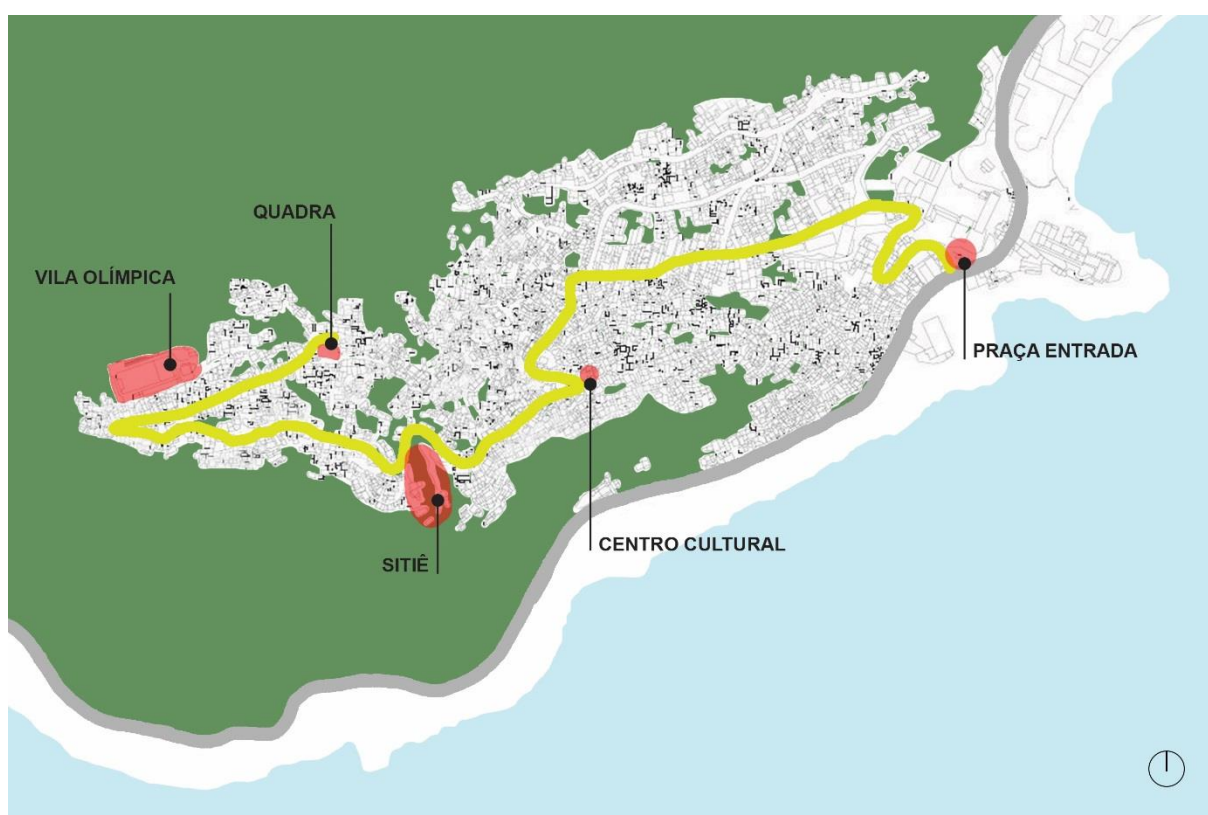


Figura 37 - Mapa de localização dos principais espaços livres públicos comunitários no Vidigal.
Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos locais que abrigam serviços públicos, eles vêm se tornando cada vez menos expressivos. O posto de saúde, por exemplo, é uma pequena construção com acesso pela via principal, um espaço insuficiente para atender os moradores e que permanece o mesmo desde a década de 80. Além de não ter sido ampliado, a clínica da família prometida não foi sequer construída. O POUSO (Posto de Orientação Urbanística e Social), que antes ocupava o edifício que hoje abriga a sede

⁸⁰ Apenas seis moradores disseram que têm o costume de ir à Vila Olímpica para momentos de lazer.

administrativa da UPP no Vidigal, se tornou um pequeno balcão em uma construção que abriga diversos pequenos comércios⁸¹, localizada logo na entrada do Vidigal, e que está constantemente fechado⁸². O espaço que abrigava o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)⁸³, que também se localizava no início da via principal, foi fechado⁸⁴. Ou seja, os espaços institucionais, que já eram poucos e deficientes vêm sendo pouco a pouco suprimidos.

Outra observação importante é a importância da via principal como estruturadora desses serviços públicos oferecidos no Vidigal, pois, apesar destes virem perdendo atuação internamente, a grande maioria possui acesso por esta via⁸⁵. Como já analisado, esta via também possui importante papel na mobilidade local e na concentração dos estabelecimentos comerciais. Quanto ao turismo, ela também estrutura seu uso, uma vez que é por meio dela que os visitantes transitam e acessam os espaços turísticos como o Arvrão, a trilha para o Morro dos Dois Irmãos⁸⁶ e o Sitiê⁸⁷, todos localizados na parte alta da via.

A representatividade da função turística, importância que a paisagem adquire no discurso não só da mídia, mas também dos moradores, e a importância da via principal

⁸¹ Segundo moradores, Eduardo Paes projetou este edifício para abrigar os comerciantes informais da entrada do Vidigal, para que não tivessem mais barracas e ambulantes na rua. Durante todo o período da pesquisa, o POUZO não foi encontrado aberto nos dias de visita de campo, portanto não foi possível realizar entrevista com representantes.

⁸² Segundo representante da Associação de Moradores, o POUZO estava funcionando até final de 2016 em alguns horários específicos e atendendo demandas pontuais. Com a troca dos cargos da Prefeitura em 2017 o POUZO se encontra atualmente fechado, com as atividades suspensas. Ainda não se sabe se isto é permanente ou se haverá substituição por outro programa.

⁸³ Segundo informações oficiais disponíveis na internet, o CRAS “é o sistema governamental responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social”, tendo por objetivo “a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, a promoção de ganhos sociais e materiais das famílias e o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais”, além da “função de gestão territorial da rede de assistência social básica”. Segundo o site <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/conheca-o-centro-de-referencia-de-assistencia-social>> Acesso em 16/04/2017.

⁸⁴ Segundo alguns relatos, o CRAS teria voltado a funcionar com caráter provisório em um outro local. No entanto, este local não foi encontrado durante a pesquisa de campo.

⁸⁵ O posto de saúde, o antigo CRAS, o POUZO, a Associação de Moradores, uma escola municipal e duas creches (uma pública e outra particular) possuem acesso pela avenida principal, expondo sua importância enquanto estruturadora dos serviços públicos locais.

⁸⁶ É conhecido pelos moradores como Bico da Pedra, mas no meio turístico passou a ser chamado de trilha dos Dois Irmãos.

⁸⁷ O Sitiê é um parque ecológico localizado em uma antiga área de depósito de lixo, transformado por moradores locais e idealizado por Mauro, antigo morador do Vidigal. O parque reutiliza materiais e oferece cursos para crianças ligados ao paisagismo e agricultura. Atualmente, existe o projeto de interligar a trilha para o Bico da Pedra ao Parque, com a ideia de transformar o local e um grande complexo turístico e ecológico integrado. Mais informações disponíveis no site <http://www.parquesitie.org/visitas/>

no Vidigal ficam bastante evidentes nos mapas mentais realizados pelos moradores. Nesses mapas, que nem todos os entrevistados se propuseram a fazer, foi possível perceber três padrões de desenho ligados à essas questões: O Vidigal representado pelo Morro Dois Irmãos, com o mar e sol (evidenciando a importância que a paisagem adquire no reconhecimento do lugar); O Vidigal representado a partir do desenho da via principal, com a indicação de microáreas e importantes pontos de referência internos; e uma terceira opção que seria a fusão destas duas, a via principal representada junto à paisagem da montanha com o mar.⁸⁸

4.3. Esfera social

Quanto ao estudo da esfera social são identificadas duas questões importantes que servirão de base para a compreensão dessas transformações: a estrutura social em si (características dos moradores, dos atores ali presentes) e as relações sociais que ali são estabelecidas. A partir delas, poderemos compreender melhor como a estrutura social foi sendo transformada e como ela vem transformando também as interações entre os atores existentes no Vidigal, ou seja, as relações sociais que vêm mudando a partir da chegada da UPP.

4.3.1. Estrutura social

Os dados oficiais sobre favelas são bastante superficiais, além de questionáveis, e não são capazes de mostrar a verdadeira realidade existente. O último censo realizado foi o censo de 2010, anterior à UPP, portanto não há dados oficiais levantados sobre a situação atual do Vidigal que permitam comparação, o que enfatiza a necessidade de nos basearmos nos relatos coletados a partir das entrevistas realizadas.

Segundo o censo demográfico de 2010, a população do Vidigal na época era de 9.678 habitantes. No entanto, os dados oficiais são bastante questionados pelos moradores e pela Associação de Moradores do Vidigal que calcula atualmente uma

⁸⁸ Ver no Anexo IV três exemplos de mapas mentais, um de cada tipo.

população entre 35.000 e 40.000 habitantes⁸⁹. Contudo, um dos moradores entrevistados relatou que por volta do ano de 2007 foi realizado um levantamento populacional pelos próprios moradores do Vidigal que, na época, totalizou 45000 habitantes⁹⁰, o que nos induz imaginar que a população atual se encontra acima desse número⁹¹.

"Nenhum censo vai retratar de fato [a realidade]. Mas quando a pessoa é de fora é realmente muito difícil, porque a pessoa olhava uma casa acreditava que era uma e na verdade eram várias" [Moradora, 38 anos]

Foi perceptível nas entrevistas que a parte baixa e a parte alta representavam realidades opostas, onde a primeira sempre foi reconhecida como sendo a mais rica e a segunda a mais pobre, mesmo que internamente cada uma apresentasse diversidades socioespaciais, com áreas mais ou menos precarizadas. De modo geral, historicamente, a parte baixa (Segmento I) concentra parte da população com maior poder aquisitivo, contrapondo a parte alta (Segmento II), inclusive porque a parte baixa conta com a *área do IPTU*, área historicamente considerada mais nobre. Segundo alguns moradores, se hoje os moradores desta área se reconhecem enquanto moradores do Vidigal, no passado eles não se reconheciam ou se intitulavam dessa forma.

"Aqui no morro sempre teve gente muito endinheirada. Nas primeiras ruas do morro do Vidigal, elas sempre foram habitadas por pessoas que tem casas, tem casarões, casas muito grandes, tem posses né, que já eram comerciantes (...) e sempre a parte mais pobre do morro morou mais lá pra cima, que é a parte do Largo do Santinho pro Sobradinho" [Morador do Vidigal, 33 anos].

A ocupação foi iniciada pela parte baixa, área que sempre contou com mais facilidade de acesso a transportes, bens e serviços, e que, por isso, sempre foi mais valorizada do que a parte mais alta, que foi ocupada tardiamente, recebeu menor número de melhorias construtivas, e possuía mais dificuldade de acesso e menor

⁸⁹ Segundo representantes da Associação de Moradores do Vidigal, moradores entrevistados e representantes da UPP a comunidade apresentou bastante crescimento desde o último censo realizado no ano de 2010.

⁹⁰ Se, pelos relatos, a população do Vidigal aumentou a partir da chegada da UPP e o levantamento realizado pelos moradores do Vidigal em 2007 alegou que ali moravam cerca de 45000 pessoas, podemos concluir que tanto o dado oficial do censo de 2010 elaborado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) quanto o cálculo da Associação de Moradores estão equivocados e subdimensionados.

⁹¹ 22 moradores entrevistados e representantes da Associação de Moradores expuseram suas impressões de grande crescimento populacional do Vidigal a partir da chegada da UPP, com a chegada constante de novos moradores.

oferta de bens e serviços. Dessa forma, de modo geral, a parte alta sempre foi mais desvalorizada e precária, abrigando a população mais pobre, enquanto a parte baixa era mais valorizada e, junto com a *área do IPTU*, concentrava população com maior poder aquisitivo. O mapa por setores censitários segundo renda média elaborado pelo censo de 2010 nos confirma essa desigualdade evidenciada nas falas dos moradores referente a uma época passada:

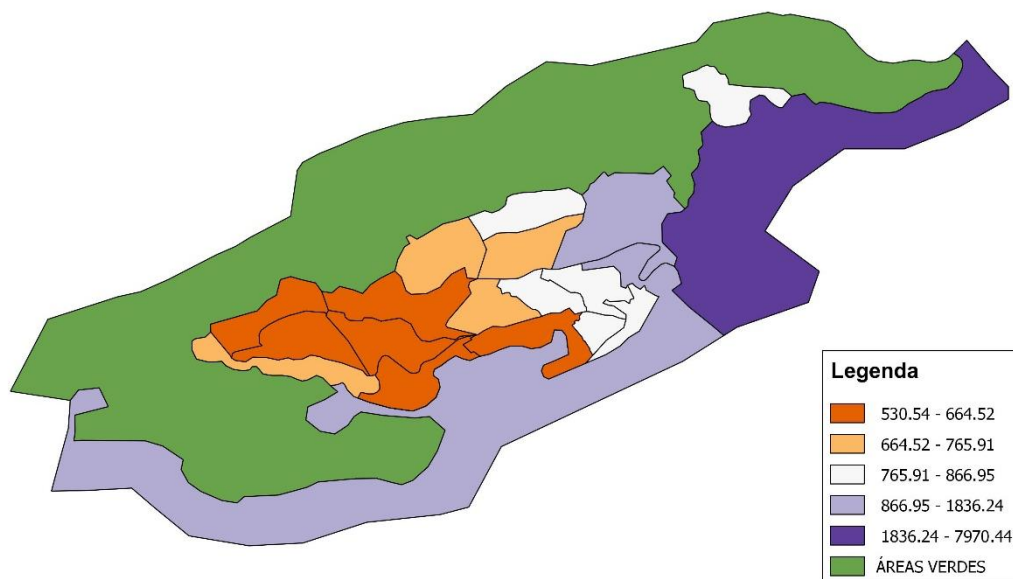


Figura 38 - Renda média mensal dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por setor censitário.

Fonte: censo IBGE 2010.

O reconhecimento da parte mais alta do Vidigal enquanto área mais pobre se mostrou alterada pela percepção dos moradores, pois, segundo eles, a própria estrutura social do Vidigal vem sendo transformada a partir da chegada da UPP. Com isso, a parte alta vem sendo valorizada pela vista da cidade que proporciona e vem atraindo novos moradores e estabelecimentos comerciais que se instalam na favela.

"Sempre teve. Aqui no Vidigal sempre teve uma área que é diferente daqui, tipo, lá embaixo na Rua Três (...) sempre foi mais nobre, lá eles pagam IPTU (...) paga água, paga tudo. Sempre pagaram. Aqui no Vidigal a gente só paga luz, água não (...) mas antes assim, nem todos os moradores pagavam luz."
[Moradora do Vidigal, 31 anos]

A partir da implementação do programa de segurança vem sendo percebido grande número de chegada de novos moradores, aumento do contingente populacional local, além de um processo de saída de moradores antigos e chegada de novos moradores que possuem um diferente perfil socioeconômico, o que vem alterando a percepção da diferença entre parte baixa e parte alta. A aparente

sensação de segurança proporcionada pela UPP no Vidigal junto à privilegiada localização e bela paisagem atraíram novos moradores interessados em morar na Zona Sul a preços mais acessíveis, estrangeiros atraídos pela experiência de morar em uma favela, e investidores interessados em explorar comercialmente o local.

“Hoje não, parece que inverteu, por causa da mudança que teve aqui por causa da entrada dos gringos, entrada dos estrangeiros, como o morro se abriu pros estrangeiros. Então hoje a mais nobre não é nem aqui embaixo, a mais nobre está se tornando a parte lá de cima, onde as casas estão se tornando mais caras, onde abriu-se hostels.” [Morador do Vidigal, 33 anos]

Infelizmente não existe um levantamento preciso do fluxo migratório dos moradores do Vidigal que indique o número de novos moradores que chega e o número de moradores antigos que sai vinculado ao perfil de renda e à área de moradia. Esse levantamento seria de extrema importância para entender da onde vêm os novos moradores, para onde vão os que saem do Vidigal e quais os locais, tanto no Vidigal quanto na cidade do Rio de Janeiro, que servem de destino destes indivíduos.

“Se deixar, a gente não tá podendo sobreviver aqui, os pobres. Aqui no Vidigal não tá podendo sobreviver mais. Daqui a pouco a gente tem que se mudar lá pro lado da baixada porque as coisas são mais baratas, mas é ruim pra trabalhar (...) tem gente que já saiu daqui, porque tá tão caro que não dá. Tem família que já tá passando necessidade. Antigamente já passava necessidade (...) agora tá passando necessidade porque tá ruim o emprego, de arrumar” [Moradora do Vidigal, 25 anos]

O que os relatos indicam é que os moradores que saem do Vidigal são aqueles com renda mais baixa e sem moradia própria. Dessa forma, acabam se mudando para outros locais que costumam estar distantes da oferta de serviços⁹², que não oferecem segurança aos moradores e que estão localizados mais distantes dos locais de trabalho. Já o perfil dos novos moradores diria respeito a uma classe média empobrecida, pessoas com renda relativamente elevada, se comparada com o perfil econômico dos moradores antigos, e estrangeiros que buscam se estabelecer em uma área da Zona Sul a custos mais baixos do que nos bairros ditos formais. Estas pessoas buscariam no Vidigal uma forma de se estabelecer na Zona Sul carioca a

⁹² Em julho de 2015, em um momento ainda anterior ao início das entrevistas, em uma visita ao Vidigal encontrei com alguns jovens na rua com os quais conversei e que relataram que muitos moradores antigos estão saindo do Vidigal. Um deles, inclusive, era morador do Vidigal e teve que se mudar para a Baixada Fluminense com a família pois não estavam conseguindo se manter no local com o aumento do custo de vida.

custos mais reduzidos ao mesmo tempo que buscariam um local que apresente certo nível de segurança que outras favelas da zona sul podem não oferecer.

“Hoje em dia aqueles moradores que são mais enraizados você já não reconhece tanto que a maioria está até indo embora, porque as coisas estão ficando caras né, os aluguéis. Aquelas pessoas que não conseguiram ter a sua casa própria, os aluguéis estão ficando caro, estão tendo que migrar né.” [Morador do Vidigal, 35 anos]

"Mais quem compra casa aqui a maioria é gringo, pessoal mora no, tipo assim, morava no Leblon, pessoal que mora aqui por perto, não quer mudar do bairro, mas de repente caiu um pouco a renda dele, e ele tá morando na zona sul né. Vidigal, que é uma favela que (...) diz que é chic né." [Morador do Vidigal, 35 anos]

Outra importante observação é que foram percebidas diferenças sociais entre as áreas que margeiam a via principal e as áreas que adentram o interior da comunidade por becos e escadarias. Tanto pelos relatos quanto pelas observações de campo, é perceptível que as áreas das margens da via principal apresentam qualidade construtiva mais elevada do que algumas áreas que adentram a favela, além de apresentarem mais facilidade de acesso e melhor infraestrutura. As áreas construtivamente mais precárias, de difícil acesso, maior densidade e menor oferta de serviços, foram as áreas reconhecidas pelos entrevistados como sendo as que concentram a população mais pobre do Vidigal, justamente por serem essas as áreas mais desvalorizadas. Seriam elas: vinte e cinco, pedrinha e catorze.

De acordo com o censo de 2010 estas áreas concentravam os locais com maior número de domicílios ao mesmo tempo em que também concentravam o maior número de domicílios sem acesso à rede de abastecimento de água e à rede de saneamento. Apesar de não existirem dados oficiais atualizados, os relatos dos moradores indicam que essas são as áreas que ainda hoje, são mais precárias, densas e que apresentam mais dificuldade de acesso aos serviços essenciais.

Se o contingente populacional do Vidigal vem crescendo, o mesmo não foi percebido pelos entrevistados quanto à ampliação do acesso a bens e serviços para atender a nova demanda. No passado, esses serviços já se mostravam insuficientes para atender a totalidade de moradores, e atualmente essa situação vem sendo aprofundada com o crescimento populacional que sobrecarrega a infraestrutura local. Segundo os entrevistados, o único serviço que chegou ao local a partir da

implementação da UPP foi o fornecimento de luz formalizado pela Light⁹³, que implica na formalização da cobrança do consumo de luz. O serviço vem causando grandes problemas internos com a cobrança de taxas elevadas e incompatíveis com o orçamento dos moradores, ao mesmo tempo em que existem relatos de cobranças equivocadas e de um serviço ineficiente.

Segundo um representante da Associação de Moradores, a Light trocou os medidores locais, mas o serviço tem gerado problemas internos, inclusive com muitos casos de falta de luz na comunidade⁹⁴. A cobrança das taxas de luz foi bastante criticada, com alegações de não existir uma taxa responsável e compatível com a realidade financeira das famílias. Foram expostos casos de contas de R\$800,00, que seriam incompatíveis não apenas com o orçamento familiar como também com a capacidade de consumo da residência. Apesar das tentativas de reuniões dos moradores com representantes da empresa, a Associação teve que solicitar que o programa fosse interrompido, já que estava causando tantos problemas internos.

"Eles vieram para implantar o projeto e quando precisa de manutenção eles dizem que é área de risco. Aí a gente tem essa dificuldade aí pra resolver os problemas com a Light." [Representante da Associação e Moradores]

A formalização do serviço prestado pela Light não impactou apenas no bolso dos moradores, que agora pagam contas de luz incompatíveis com suas rendas, mas também na existência de um canal de TV comunitária que existia no Vidigal, a VDGTV. A VDGTV era uma TV local organizada pelos próprios moradores e apresentava programas que abordavam desde questões internas do Vidigal a questões sociais e debates mais amplos. Segundo uma entrevistada que era integrante da TV comunitária, com a chegada da UPP e, conseqüentemente, da Light, a TV teve que ser encerrada pois ela era passada através do gatonet⁹⁵.

Seguido da Light, o sistema público de saúde foi o serviço mais criticado nas entrevistas. O Vidigal possui apenas um posto de saúde, muito pequeno para atender a demanda pelo serviço e sem equipe médica suficiente. Com isso, os moradores se

⁹³ Empresa privada distribuidora de energia da região Sudeste.

⁹⁴ Segundo relatos, o sistema de novos medidores implementado permite com que o corte de luz seja realizado diretamente da empresa, sem a necessidade de ida ao local. Além de casos de corte de luz desse tipo, os relatos também indicam que por vezes a falta de luz é generalizada na parte alta do Vidigal (do *Largo do Santinho* para cima).

⁹⁵ Segundo a Wikipédia, "gatonet é um termo que se refere à recepção não autorizada do sinal de TV por assinatura".

deslocam para UPAs (Unidade de Pronto Atendimento) em outros bairros, aonde muitas vezes não conseguem ser atendidos por serem instruídos a buscar atendimento no posto do Vidigal ou buscar acesso a atendimento médico através de planos de saúde populares. Isto aprofunda ainda mais o fator de empobrecimento da população sem serviço de saúde e deixa evidente que os moradores vêm sendo tratados como consumidores e não enquanto cidadãos, que carecem de atendimento de qualidade próximo a suas residências.

"A saúde tá bem pior. Porque hoje, por exemplo, você vai no posto e não tem pediatra. Antigamente tinha, tinham vários profissionais pra várias áreas, hoje em dia não tem não (...) é um profissional só pra tudo. Por exemplo, é um clínico médico pra cuidado pediatra (...) pra todo mundo (...) é um clínico médico pra cuidar de pediatria, idoso assim, tudo" [Moradora do Vidigal, 27 anos]

"Saúde, a gente tem um posto mínimo. Fala-se em Clínica da Família há séculos. Cadê a Clínica da Família? E acha lugar, e não acha lugar pra fazer, o poder público quer comprar, não quer, vai não vai, entendeu? E a gente aqui nessa carência" [Moradora do Vidigal]

Em relação à educação, segundo a Associação de Moradores, existem duas creches públicas, três creches particulares, duas escolas públicas e uma escola particular (Stella Maris). As reclamações sobre esta esfera se concentram principalmente no número de vagas existentes para matrícula de crianças em creches públicas, enquanto as críticas às escolas se concentram em relação à manutenção. Apesar das obras em uma das creches (que está localizada na parte alta, perto da Vila Olímpica), as vagas ainda são insuficientes para atender a necessidade de todas as famílias, demanda que vem crescendo cada vez mais. Esse problema recai, na maioria das vezes, sobre as mães, que, por falta de vagas nas creches para deixar seus filhos, não conseguem retornar aos estudos ou trabalhar.

A infraestrutura para o fornecimento de água e de saneamento básico, fornecidos pela CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro), também está sobrecarregada. As últimas obras efetuadas no Vidigal para este tipo de infraestrutura foram realizadas na época do Favela-Bairro, na década de 90, e desde então não foi executado nenhum tipo de expansão ou manutenção. Segundo a Associação de Moradores do Vidigal o fornecimento de água e de saneamento básico atinge cerca de 99% dos moradores, mas ainda existem moradias que não têm acesso a esses serviços e, como o Vidigal vem crescendo em termos populacionais, a infraestrutura que existe se torna cada vez mais sobrecarregada e ineficaz.

"O Vidigal lá fora é uma maravilha né? Quando você entra mesmo não é nada disso." [Representante da associação de moradores]



*Figura 39 - Acúmulo de lixo em um sábado à noite no Arvrão.
Fonte: Foto da autora.*

4.3.2. Relação morador, tráfico, UPP e “gente de fora”⁹⁶

Para entendermos as transformações do Vidigal a partir da UPP é importante também conhecermos as mudanças nas relações entre moradores, tráfico e polícia ao longo do tempo, bem como essa relação com o novo grupo de moradores e turistas que vem se tornando cada vez mais expressivo. A análise construída a partir dos moradores locais nos permite perceber como essa mudança da forte presença do tráfico para o estabelecimento policial através da UPP alterou, ou vem alterando, não só as relações sociais ali existentes mas também o cotidiano desses moradores. Com isso, buscamos romper, ou ao menos questionar, os convencionais estereótipos existentes no imaginário urbano onde a presença do tráfico representa, necessariamente, uma ameaça cotidiana aos moradores atrelada diretamente à imagem de um território violento enquanto a presença da polícia representa o extremo oposto, ou seja, um território de paz e de liberdade que é justamente o discurso contido no programa das UPP.

Cada espaço analisado quanto a essas questões poderá nos mostrar uma realidade diferente, portanto não temos a intenção de indicar, a partir desta análise, uma realidade total e homogênea a todas as favelas “pacificadas”. Cada território possui suas especificidades e apresenta diferentes níveis de conflitos entre

⁹⁶ Por abordar questões bastante delicadas preferimos não fazer nenhum tipo de identificação dos entrevistados nas falas citadas.

seus atores, o que será traduzido em diferentes formas de relações sociais entre eles. De todo modo, a análise do Vidigal representa uma importante face da concretização do programa que poderá ser comparada com a realidade de outras favelas em situação semelhante.

No início do processo de entrevistas sempre que os moradores eram questionados sobre o Vidigal no passado tínhamos como resposta informações aparentemente ambíguas: um passado anterior à UPP pior em relação à segurança dos moradores e violência local em decorrência da “guerra do tráfico”⁹⁷ – que servia como justificativa para a aprovação da UPP - ao mesmo tempo em que diziam que o Vidigal não mudou muita coisa e que sempre foi um local tranquilo e bom de se morar.

“O Vidigal sempre foi um lugar como você vê: tranquilo, calmo, bonito, que a gente sempre desfrutou isso aqui o tempo todo, então mesmo quando ainda não havia a UPP aqui ele era um local bom de se viver de qualquer maneira”

Em relação à UPP, 19 moradores entrevistados percebem o programa como um fator de transformação do Vidigal⁹⁸, 18 dizem que atualmente o Vidigal é tranquilo e seguro, 10 dizem que o Vidigal sempre foi tranquilo e apenas 6 não comentam sobre a UPP nas entrevistas. As entrevistas não abordaram questões muito específicas em relação ao programa, ao tráfico e a questão da segurança, se baseando em questões mais gerais e deixando os moradores mais livres em suas respostas. No entanto, era perceptível a desconfiança de alguns quando perguntados se poderiam ser entrevistados, questionando o que seria perguntado e alguns questionando se seria relacionado à UPP. Alguns não permitiram sequer que a entrevista fosse gravada⁹⁹ (provavelmente para evitar exposição pessoal), o que nos induz a questionar se a aparente tranquilidade e segurança alegada hoje em dia é de todo verdade.

De modo geral, os moradores mais novos se mostravam mais abertos às entrevistas e a falar sobre questões referentes ao tráfico e à UPP, mas, mesmo assim, poucos foram os que se propuseram comentar de forma mais aberta sobre a questão.

⁹⁷ “Guerra do tráfico” é uma expressão bastante comum entre os moradores para expressar o período de disputa territorial e de poder no Vidigal entre as facções ADA (Amigo dos Amigos) e CV (Comando Vermelho).

⁹⁸ Seja ela positiva ou negativa.

⁹⁹ Uma moradora, inclusive, sequer aceitou terminar a entrevista.

Se os moradores estão seguros com a presença policial, qual seria o receio em falar no assunto?

Assim como ROCHA (2008) percebeu em sua pesquisa¹⁰⁰, também foi perceptível no Vidigal que a tranquilidade atual relatada nos discursos é constantemente atrelada ao aumento de turistas e visitantes diários, como se fosse uma forma de comprovação de sua veracidade. Além disso, ela também é associada ao crescimento do número de novos estabelecimentos comerciais, de albergues e de atividades turísticas que vêm se intensificando diante de um novo cenário com a presença da UPP, a qual é vista pela maioria dos moradores como algo positivo que garante o ir e vir em segurança no dia-a-dia.

A questão a respeito da tranquilidade relatada é palco de conflitos e divergências de opiniões entre os moradores. Se por um lado alguns alegam que o Vidigal está tranquilo – remetendo à ideia de “pacificação”-, com isso buscando dissociar a imagem local da presença do tráfico e de um espaço de violência, outros expõem que o tráfico de drogas ainda é atuante mesmo que enfraquecido, com a diferença que hoje em dia as atividades estão escondidas nos becos e que não há presença armada ostensiva (a não ser da própria polícia) no Vidigal, conferindo aparente imagem de pacificação.

“Mas aí meus clientes andam por aqui e falam ‘pô, mas se aqui é seguro porque que os policiais andam com armamentos de guerra? Porque eles andam com fuzil?’ Eles falam: ‘cara, a gente vê isso nas notícias do Afeganistão, da Síria, do Iraque’. Há pouco tempo, há uns dois meses atrás (...) ela [a mulher estrangeira que mora no Vidigal] tava falando que quando ela veio pra cá, há três anos atrás, ela ficou muito assustada, porque ela viu a notícia da pacificação e tal e não sei que, e quando ela chegou aqui viu armas (...) ela ficou assustada como que a agente normalizou, como a gente normalizou e normatizou essa questão. Ela disse que ela fica tremendo toda vez que ela vê, eu também, eu nunca me acostumei. Acredito que nunca vou

¹⁰⁰ Lia de Mattos Rocha (2008) apresentou sua pesquisa sobre uma favela da zona sul do Rio de Janeiro (não identificada por questões de segurança dos entrevistados), que foi ocupada policialmente (por outro programa sem ser a UPP). A autora mostra que no início de sua pesquisa teve dificuldades para abordar questões sobre a violência local e sobre a atuação do tráfico de drogas, pois quando perguntados de forma direta sobre esses assuntos os moradores ou não respondiam ou davam o argumento de “lugar tranquilo”, sempre comparando com um passado quando haviam tiroteios constantes, invasões policiais e um cenário difícil. O que também foi percebido é que esse mesmo argumento de “tranquilidade” vinha muitas vezes ligado à uma função turística da favela, que reforçaria essa sensação de segurança. No entanto, “*sem a formalidade das pesquisas e dos testemunhos, o tráfico aparece como parte do cotidiano da favela, ainda que seja fraco, quase invisível e praticamente sem poder*” (ROCHA, 2008: 198). A conclusão da autora é que essa “tranquilidade” relatada é, na verdade, limitada por determinado grau de controle social e “lei do silêncio” ainda vinculado ao tráfico, além de servir também “*como forma de limpeza moral, distinguindo a favela de outras que abrigam traficantes e, assim, levam à criminalização de todos os moradores*” (ROCHA, 2008: 219).

me acostumar. Aquela hora que a gente tava falando passaram dois policias tipo um robocop assim (...) tem crianças, tem pessoas chegando do trabalho, pessoas que estão pegando fôlego pra pegar a Kombi ou a moto. E as pessoas, beleza, sabe? (...) eu vi gente morrer, vi notícias de amigos morrendo, vi, tive que dormir aqui nesse motel [na entrada do Vidigal], tive que ficar preso em casa sem poder sair, tive traficantes em cima da minha laje e na laje abaixo na casa do meu pai atirando um contra o outro. A gente sabe que isso não é normal, que não deveria ser normal, mas a gente acaba normalizando”

A pacificação armada está diretamente ligada à construção da representação social da *violência urbana*, que parte de um consenso social e que, por isso, diz respeito ao senso comum. Por ser uma representação social, não possui definição limitada e não é passível de neutralidade. Ela é construída a partir de uma determinada perspectiva que implica padrões de conduta que seriam ou não aceitáveis, por isso possui dimensão político-normativa (SILVA, 2008). Em resumo, “a *violência urbana designa o que na linguagem sociológica denomina ‘ordem social’*” (SILVA, 2008: 37). A representação da *violência urbana* está intimamente ligada ao uso da força como forma de ameaça, ao mesmo tempo em que o seu combate é pautado na pacificação das relações sociais a partir do uso da força do Estado, pois a sua existência refletiria a falta de repressão do Estado (SILVA, 2008). O autor percebe que a *violência urbana* diz respeito à determinadas formas de se estabelecer relações sociais (a partir do uso da força), um tipo de sociabilidade a qual denomina *sociabilidade violenta*, à qual os moradores de favelas são aqueles que estão mais submetidos à essa ordem, logo à própria ideia de *violência urbana* (SILVA, 2008).

Os moradores de favelas são os mais prejudicados pela *sociabilidade violenta*, pela lei do silêncio (comumente relacionada ao tráfico, mas que pode ser relacionada a outras relações de poder), e por regras de convivência impostas, estando sempre submetidos à imposição de diferentes formas de sociabilidade de acordo com a alternância de poder (FARIAS, 2008; SILVA, 2008). Se o domínio territorial por grupos armados do tráfico de drogas impõe regras de conduta¹⁰¹ de acordo com a facção no poder, a presença da polícia também apresenta suas imposições, ainda que algumas sejam sutis. Existe a tendência de olharmos para a presença do tráfico como fator que origina certas condições sociais na favela que seriam constantes na relação espaço/

¹⁰¹ ROCHA (2008) e FARIAS (2008) relatam o cotidiano de moradores de favelas e as regras impostas de acordo com a facção dominante ao dia-a-dia destes moradores, imposições que não se restringem à lei do silêncio e à circulação dentro das favelas, mas também de restrições na forma de se vestir, ao acesso à determinadas linhas de ônibus, à outras favelas que estejam dominadas por facções rivais e, inclusive, na própria forma de falar.

tempo e a presença da polícia sendo uma constante socialmente oposta. Isso não nos permite perceber as diversas mudanças no âmbito social que podem existir ao longo da presença do tráfico dentro da comunidade, como também não percebemos mudanças no âmbito social dentro do contexto da UPP.

É difícil sintetizar a questão a respeito da relação dos moradores com o tráfico no passado e a relação dos moradores com a UPP hoje em dia, não só pela divergência dos relatos, mas também pela própria complexidade e delicadeza com as quais o tema deve ser tratado. Reuniremos aqui as impressões coletadas de acordo com a profundidade que foi possível ser alcançada nessa pesquisa¹⁰². Primeiramente, como já foi apontado acima, a visão dos moradores que dizem que o Vidigal é atualmente tranquilo e seguro está constantemente vinculada ao ir e vir de visitantes diários na favela, número de turistas, estrangeiros e novos estabelecimentos comerciais (cujos donos não são necessariamente moradores), cenário o qual não seria possível na época do tráfico, uma vez que a entrada no Vidigal era mais restrita aos próprios moradores e a visitantes que estivessem acompanhados. Outra importante vinculação à sensação de segurança é a possibilidade dos moradores chegarem e saírem do Vidigal sem o risco de tiroteios, bem como o fim da circulação de armas (a não pela própria polícia).

Ao todo 15 moradores¹⁰³ expuseram que a questão da segurança era complicada com a presença do tráfico, deixando implícitas questões sobre segurança e restrições de convívio. Mas, o que pôde ser percebido é que durante o período de dominação do território pelo tráfico de drogas existiram diferentes transformações nas relações sociais, que variavam de acordo com a mudança de poder entre as facções. Alguns relatos sugerem que a relação do tráfico com os moradores sempre aconteceu de forma respeitosa¹⁰⁴, existindo regras internas a serem seguidas, mas também uma relação de respeito entre ambos. Conforme o domínio do território mudava de mãos, essas relações podiam ser alteradas, variando de acordo com a proximidade da relação dos traficantes com o lugar. Aparentemente, quando o domínio estava nas

¹⁰² Inclusive porque as perguntas realizadas não eram específicas e não se profundavam sobre essas questões, ficando à encargo do desenrolar de cada conversa.

¹⁰³ As perguntas não eram específicas sobre o tema, logo alguns moradores sequer abordaram sobre a questão do tráfico e da segurança no Vidigal, portanto, não podemos concluir que a outra parte dos entrevistados diria o oposto.

¹⁰⁴ Ao todo 7 moradores expuseram essa visão.

mãos daqueles que cresceram dentro da comunidade, a relação com os moradores seria mais respeitosa.

"É porque são várias épocas e depende de quem tá a frente, no caso, do morro, entendeu. Teve épocas maravilhosas, que foi bem antes, na década de, no caso, de 90, 90 e 94 foi excelente. É porque o cara que era bandido aqui ele respeitava todo mundo, entendeu. Tinha mais consideração pelas pessoas que moravam, nascidas e criadas aqui, entendeu. Depois veio passando outras épocas, veio vindo muito bandido de fora (...) pessoal não era tão respeitador quanto os caras de antes porque ele não te conhecia. E os caras de antes conhecia sua família, então era uma coisa diferente (...) tinha um respeito diferente."

A relação exposta como respeitosa não significa envolvimento ou condescendência dos moradores com as atividades ilícitas ou com as próprias leis internas, mas sim uma situação na qual o morador da favela estava exposto às condições de dominação dadas e que, ao menos, haveria determinada proximidade que permitiria determinado grau de respeito. No entanto, em outras épocas, essa relação seria mais conflituosa e os moradores estariam expostos a mais riscos. Com isso, alguns moradores expuseram que evitavam sair pelo Vidigal, ficavam entre casa e trabalho e pouco socializavam dentro da favela por medo de qualquer risco que poderiam correr. Além do controle do ir e vir imposto a partir do toque de recolher, muitos disseram que não se sentiam confortáveis e seguros em transitar pelo Vidigal e em deixar seus filhos brincando nos espaços públicos. Os pais se sentiam receosos de deixar seus filhos andando sozinhos, não apenas pelo o que eles poderiam ver pelo caminho, mas também pelo medo de acontecer alguma falta de respeito.

Sem dúvidas, as atividades turísticas são atualmente muito exploradas no Vidigal, mas essa não é uma realidade que surge no contexto do pós-UPP. Um agente turístico e imobiliário local relata que desde a década de 90 realizava visitas ao morro com turistas e que nunca teve qualquer problema para exercer seu trabalho com a presença do tráfico. Inclusive, este morador considera que o Vidigal sempre foi uma comunidade pacífica, justamente por já ter tido a experiência de morar em outros locais onde a atuação do tráfico era feita de forma bastante violenta.

Segundo este entrevistado, o Vidigal é uma favela historicamente tranquila, apresentando apenas alguns "momentos difíceis". Essa sensação é compartilhada por outros entrevistados que indicam que os moradores sempre conviveram bem com o tráfico, à exceção da época que houve uma disputa entre duas facções para a

conquista do território. No entanto, essa visão de que o Vidigal sempre foi uma comunidade tranquila é contestada por falas de outros moradores que evidenciam que essa percepção se baseia em uma questão de localização, pois dependendo do local de moradia alguns moradores estavam mais expostos do que outros.

"A vida era bem mais calma, mas eu não gosto muito dessa favela romantizada não. Me incomoda [outro morador concorda] porque diziam assim não havia violência. Mentira, havia. Me lembro de criança ver defuntinho no chão (...) mas era uma violência nossa, não chegava nem sequer a ser anunciada, noticiada em porra de lugar nenhum, era aqui mesmo (...) porque as pessoas falavam assim ah o Vidigal é uma favela que não tem violência, é muito seguro, porra nenhuma (...) aqui era Comando Vermelho, como assim?"

[M1¹⁰⁵]: "Bom, eu sou da pedrinha [inaudível] eu não achava tão tranquilo assim não. O bicho sempre pegou lá (...) a pedrinha nunca foi tranquila. Se você chegar na pedrinha você vai ver um muro que pixaram lá 'faixa de gaza'.

[M2]: Pedrinha e catorze, são lugares que nunca foram tranquilos, lugares que nunca respiraram no Vidigal.

[M1]: Tem a parte da vinte e cinco também, mas a vinte e cinco foi um tráfico mais tardio, acabou que a principal era mesmo pedrinha e catorze. Depois que eles foram mais inteligentes por conta, aí vem, por conta que a favela foi crescendo e aí a visibilidade deles pro asfalto tava acabando (...) aí eles começaram (...) lá na vinte e cinco. Vinte e cinco, pedrinha e catorze sempre foram lugares vulneráveis."

Se há um aparente consenso nos relatos é sobre o período conhecido como “guerra do tráfico”, com auge entre 2004 e 2006 aproximadamente, e que foi uma das piores épocas para os moradores. Este período de disputa significou um período bastante crítico para aqueles que convivam com essa realidade diariamente, enquanto que para a mídia e para os outros habitantes da cidade significou o reforço da estigmatização da favela enquanto espaço de violência. A disputa territorial e de poder entre facções e polícia estampava os jornais com notícias de tiroteios, mortes e da disputa em si, atrelada à violência urbana. Foi o momento que marcou o Vidigal e que serve como contraponto direto à atual "pacificação" pela UPP.

[M1]: "Você acordava era ADA, você dormia era Terceiro Comando"

[M2]: "Era de todo mundo, menos da gente"

"Teve épocas aqui que ficou igual guerra do Iraque, uma semana de guerra direto aqui. Você chegada do trabalho e não podia subir, as vezes quem descia de madrugada não podia descer pra trabalhar."

¹⁰⁵ Utilizados “M1” e “M2” para diferenciar a fala de dois moradores, sem evidenciar a identidade e gênero.

Os moradores relatam a terrível realidade à qual estavam submetidos cotidianamente em meio à disputa pelo território. Tiroteios diários entre as facções e a polícia, em qualquer hora do dia, muitas vezes não conseguindo chegar em suas casas pelo risco de transitar pelo local. Muitas vezes, chegavam do trabalho e tinham que aguardar na entrada do Vidigal o fim do tiroteio para que pudessem seguir para casa, o ir e vir dos moradores ficava restrito pelo risco constante. Em uma das entrevistas foi relatada a atuação da polícia nesta época, que bloqueava a circulação de kombis e móto-táxis, deixando os moradores sem meios para subir mesmo depois do fim dos tiroteios. Com isso, os moradores tinham que subir a pé, o que dificultava ainda mais a condição dos mais idosos e daqueles com dificuldade de locomoção.

A época da “guerra do tráfico” foi retratada pela mídia em meados dos anos 2000, e muitos dos moradores também alegaram que essa foi a época mais crítica da disputa. No entanto, outros expuseram que essa disputa foi iniciada ao final da década de 90 e que desde então os moradores já sofriam com os riscos, mas que nesse momento a situação ainda era interna e não afetava os bairros próximos. Com a intensificação das disputas, os tiroteios e os riscos passaram a afetar não só os moradores do Vidigal, mas também os moradores “do asfalto” e pessoas que circulavam pelos arredores, por isso a disputa passou a ser retratada midiaticamente.

"Quando começou a guerra entre Vidigal e Rocinha é que as pessoas (...) achavam que o Vidigal era uma favela calma. Quando houve a guerra Vidigal e Rocinha aí perceberam os traçantes e aí falaram opa, mas [inaudível] a gente sempre conviveu com ela, só que não afetava o asfalto, a única diferença é essa."

"Ela durou até, pra gente assim até 2007, mas ela teve o auge dela em 2004 [pergunto quando começou] Começou em 99. Porque to falando que em 98 eu entrei na faculdade e eu lembro de descer, era um inferno porque eu estudava no fundão eu tinha que descer de madrugada, 5 horas da manhã eu, os ratos e os bandidos. Eu tinha que descer com o chaveiro assim ó ou então cantando pra perceber que alguém ta chegando, passando por ali. E sem luz (...) porque era escuro porque eu tava saindo muito cedo, mas quando na guerra (...) a primeira atitude deles era dar um tiro no transformador"

A chegada da UPP melhorou o ir e vir dos moradores em segurança. Segundo 14 moradores entrevistados, o lado positivo do programa está vinculado à segurança do ir e vir, sem riscos de tiroteios, e ao fim da circulação armada pela favela. Uma das mudanças sinalizadas nesse sentido está relacionada à Vila Olímpica, que antigamente era tomada pelo tráfico e pouco frequentada pelos moradores, mas que a partir da chegada da UPP foi reformada e hoje em dia serve como espaço de lazer

comunitário e local para aulas esportivas para crianças. Também nesse sentido alguns moradores relataram que hoje em dia se sentem mais tranquilos para circular, socializar e sair pelo Vidigal e que, por isso, se sentem mais seguros na favela.

"As vezes tinha muita coisa errada, pra criança ficar na rua e vendo aquilo, sabe. Não dá, porque eles não respeitavam, eles andavam do jeito que tinha que andar mesmo na comunidade, não ligava, entendeu. Então a gente não podia ficar no campo, igual hoje em dia fica (...) as crianças ficam no campo até dez horas, agora fecha, entendeu. Antigamente ficava aberto e não podia ficar porque eles ficavam tomando conta dali (...) as vezes a gente não tinha nem mais medo, a gente já tava acostumado a ver aquilo. Mas era perigoso, entendeu."

Os benefícios da segurança quanto a tranquilidade da livre circulação são percebidos como positivos inclusive pelos moradores críticos ao programa, mas, apesar de existir um reconhecimento geral deste benefício, existem críticas a outras questões ligadas à segurança, como por exemplo os casos de abusos policiais que implicam na proteção do morador e na sua percepção enquanto cidadão, e que aconteceriam fora das rotas mais visíveis. Dessa forma, podemos perceber que a questão da segurança se apresenta de maneira relativa. O morador, apesar de não estar mais submetido à atuação do tráfico e à disputas pelo domínio territorial que desencadeavam tiroteios e, conseqüentemente, em riscos para sua integridade física e emocional, está sujeito a outras formas de violência que ocorrem de forma camuflada e que estão direcionadas aos moradores, não atingindo os visitantes.

O serviço de segurança oferecido pela presença da UPP nas comunidades é alvo de controvérsias. Se por um lado o ir e vir do morador e a possibilidade de circulação pelo Vidigal são relatados como benefícios da segurança local com o fim dos tiroteios e da presença armada do tráfico, por outro foram expostos o aumento de casos de furtos, roubos e de violência doméstica a partir da chegada da UPP. Uma das regras internas, imposta pelo tráfico, sinalizada por grande parte dos moradores era a proibição de furtos dentro do Vidigal. Regra básica de convívio social interno e que poderia render conseqüências a quem a quebrasse. Por esse motivo, os moradores dizem que se sentiam tranquilos em deixar suas casas abertas, que havia mais integração e confiança entre eles, não só pela regra, mas também pelo fato de grande parte deles se conhecer desde muito tempo – diferentemente de hoje com a presença de muitos novos moradores. Com a chegada da UPP começaram a surgir muitos casos de furtos dentro do Vidigal, e os moradores relatam que não sentem

mais confiança na vizinhança e que não podem mais ficar com a casa aberta despreocupadamente.

"Hoje eu posso dizer pra você que nem a segurança chegou, porque hoje tem (...) roubos, furtos (...) então não chegou nenhum, nenhum serviço social, nada" [Representante da associação de moradores]

Por representar a presença do poder público nas favelas, as UPP acabam recebendo um papel político-administrativo¹⁰⁶ local, o que já era exposto com devida preocupação por SILVA (2010) no início das instalações policiais. O poder político conferido a uma instituição policial, que possui um histórico de relações conflituosas em territórios de favelas como mediadora de conflitos internos e de articulação com outras instituições e serviços públicos poderia ser prejudicial, tanto por essa não ser competência de policiais quanto pela possibilidade de desarticulação da organização de moradores através das Associações de Moradores e de outras formas de organização, o que comprometeria o próprio exercício da cidadania (SILVA, 2010).

A UPP no Vidigal recebe essa função político-administrativa interna, atuando em diversas áreas fora da competência policial, que acaba por também sobrecarregar a instituição. De regulação do trânsito interno à organização de Conselhos Comunitários de Segurança¹⁰⁷, a UPP atua na mediação de conflitos entre moradores, de moradores com instituições públicas, além de atividades de aproximação com a comunidade através de atividades físicas, reforço escolar, aula de música e passeios¹⁰⁸. Questões que deveriam ser intermediadas pela Associação de Moradores, pela organização popular e até por outras instituições acabam recaindo sobre a UPP diante da representação da presença do poder público que adquire com sua implementação. Essa situação é prejudicial na medida em que pode contribuir para o enfraquecimento do papel da Associação de Moradores, da própria organização dos moradores para reivindicações de demandas internas e da

¹⁰⁶ Esta situação também é verificada por Oliveira e Nuñez (2014) nas comunidades que realizaram pesquisa sobre as UPPs entre 2011 e 2013. Segundo as autoras, os próprios comandantes e policiais da UPP alegaram *“que a grande maioria dos chamados recebidos pela polícia se dá em casos ‘assistenciais’, ou seja, atendimentos que incluem a prestação de outros serviços, que não policiais, pelos agentes”* (OLIVEIRA; NUÑEZ, 2014: 170).

¹⁰⁷ Reuniões mensais entre moradores, policiais e representantes de demais instituições públicas na tentativa de resolução de conflitos internos, organizadas pela UPP.

¹⁰⁸ Na Chácara do Céu são oferecidas aulas de vôlei para público infantil, ginástica para adultos e reforço escolar (fora das escolas). No Vidigal as atividades oferecidas pela UPP se concentram no reforço escolar e na organização de palestras e passeios como forma de aproximação dos policiais com moradores. Esses programas organizados pela UPP estão condicionados tanto à situação específica de cada comunidade quanto às mudanças da equipe policial e mudanças de governo.

responsabilidade e presença de instituições e serviços públicos na favela. Nas entrevistas realizadas foi perceptível o descrédito existente por parte dos moradores com a Associação, podendo ser percebido também a partir da baixa taxa de associativismo na organização¹⁰⁹.

A transformação da estrutura social do Vidigal a partir da chegada da UPP vem alterando os laços de sociabilidade interna pela chegada de muitos novos moradores e pela saída de outros mais antigos. Se antigamente os moradores eram conhecidos entre si, hoje em dia esse reconhecimento se torna cada vez mais difícil, e a própria mudança do perfil dos habitantes altera as demandas coletivas. Dessa forma, a organização interna se apresenta enfraquecida, colocando em questão a prática cidadã. O Vidigal tem um histórico forte de organização de moradores na luta por conquistas de seus direitos e na luta contra remoção, mas aparentemente essa não é a realidade atual. Se o movimento dos moradores veio sendo esvaziado nas últimas décadas, também pelo próprio esvaziamento da Associação de Moradores e pela presença do tráfico, a chegada da UPP aparentemente não foi capaz de alterar esse cenário. Um dos exemplos de enfraquecimento de organização local diz respeito ao FIV (Fórum Intersetorial do Vidigal)¹¹⁰, que organizava reuniões mensais entre lideranças locais para discussão de questões internas para propostas de soluções coletivas.

“um rapaz (...) veio morar no Vidigal e começou a participar das reuniões, ele é um sociólogo (...) e aí o cara se empolgou com isso né. E aí começou a acreditar que ele era uma grande liderança a propor uma nova ata [corrigido posteriormente por *estatuto*], a propor uma série de coisas. E aí isso separou a galera. Essa é a minha reclamação de sempre, veja bem (...) o que me incomoda são essas intervenções que sempre se propõem positivas, ele acredita por ser uma pessoa externa, recém-chegada, por ser um sociólogo que poderia resolver todos os nossos problemas. O que aconteceu foi o seguinte, ele se mudou daqui e ele conseguiu desintegrar o grupo. Acabou o FIV (...) esse senhor conseguiu acabar com essa ação que era tão bacana tão coletiva. Desmembrou tudo, umas pessoas começaram a se aborrecer com as propostas dele, com a arrogância dele e as reuniões não ocorrem já tem de um ano”

A função político-administrativa realizada pela UPP também impacta nos momentos de lazer comunitário. A realização de eventos dentro da comunidade

¹⁰⁹ Representantes da Associação alegam que grande parte dos moradores só procuram a organização quando possuem algum problema a ser resolvido.

¹¹⁰ O FIV não tem ligação com a Associação de Moradores ou com os Conselhos Comunitários de Segurança promovidos pela UPP. Segundo a moradora entrevistada, muitos dos participantes do FIV são contra esses Conselhos por discordarem da política da UPP.

passou a ser regulada pela UPP através de um documento chamado “nada à opor” que é oferecido pela mesma para que um evento, uma festa ou encontro possa ser realizado. O documento fornecido pela UPP é o último documento de uma lista de liberações que devem ser requeridas, o que vem dificultando cada vez mais a realização de eventos comunitários e colaborando para que os eventos liberados sejam aqueles destinados ao público de fora da comunidade, uma vez que os estabelecimentos comerciais que realizam eventos voltados para “gente de fora” acabam tendo maior facilidade para conseguir esta liberação. O que os policiais alegam é que o documento é necessário para que haja organização interna, tanto em relação ao trânsito local quanto à própria atuação policial.

Os bailes funks que existiam em uma época anterior a chegada da UPP não são mais permitidos e alguns moradores evidenciam as dificuldades que encontram para realizar eventos e comemorações, já que agora é necessário que haja um pedido formal para eventos na comunidade. A liberação destes eventos acaba se concentrando nos estabelecimentos comerciais voltados para o público de fora da comunidade (na maioria das vezes a lei do silêncio não é respeitada), enquanto os moradores encaram maior dificuldade para organizar seus encontros. Existem muitas críticas quanto ao comportamento abusivo destes estabelecimentos, seja pelos preços que são inviáveis aos moradores locais, seja pelos eventos que não respeitam os direitos dos moradores. De qualquer forma, o que parece é que o lazer local é comercializado, portanto, aqueles que não possuem renda suficiente para consumi-lo ficam excluídos, enquanto os privilegiados e que tem acesso ao lazer local nem sequer moram no Vidigal.

“Sabe o que se resume a UPP social no Vidigal? É dar nada a opor ao morador quando quer fazer alguma festa, aliás raramente dá nada à opor pra morador né. Normalmente eles não concordam com as nossas festas, inclusive o baile funk, acabaram com o baile funk aqui, que é uma manifestação própria da favela. E eu não concordo com a alegação deles: ah porque o baile funk é financiado pelo tráfico. Sim, agora, então é só mudar quem vai financiar e o baile continuaria, porque nas festas dos playboys que ocorrem no alto do morro rola funk. Então é assim, nós não podemos ouvir nossa música, mas o playboy, quando quer fazer uma experiência na favela, ele ouve o funk no último volume. Eles podem, nós é que não podemos.”

Poucos moradores reclamam da presença de turistas e visitantes¹¹¹, mas a maioria daqueles que o fazem concentram suas críticas na falta de respeito que estes possuem com o local. Em seus relatos, moradores expõem que, além das festas durarem até tarde, inclusive no meio da semana, os visitantes saem das festas fazendo muito barulho, o que acorda os moradores, sujam as ruas e até depredam o local em alguns casos.

Outra mudança percebida pelos moradores com a chegada da UPP foi em relação ao acesso a postos de trabalho. Segundo alguns moradores, no passado, eles tinham dificuldade de conseguir empregos formais por morarem no Vidigal, uma vez que a representação da favela estava inteiramente ligada à ação do tráfico de drogas e à ideia de violência urbana e, por isso, eram discriminados. Hoje em dia, relatam que a situação mudou com a chegada do programa. Se no passado falar que morava no Vidigal era motivo para não ser contratado, hoje em dia a realidade é oposta: dizer que mora no Vidigal é visto como algo positivo, não só pela representação da favela no imaginário urbano ter sido alterada, mas também pela proximidade do trabalho e acesso aos meios de transporte. No entanto, o que buscamos salientar aqui é que esses moradores sempre estiveram condicionados à representação hegemônica dos não moradores de favelas para que pudessem conseguir empregos e que, se hoje eles possuem mais facilidade de acesso não é pelo rompimento de estereótipos, mas sim pelo Vidigal estar atualmente inscrito no contexto da presença armada do Estado, que está diretamente ligada à construção do imaginário estereotipado da favela enquanto lócus da violência.

Ou seja, a facilidade de acesso a empregos pelo morador da favela não ocorreu pela conquista destes ou pela desconstrução de estereótipos ou rompimento com padrões estabelecidos pelas elites, bem como não foi algo universal e difundido a todas as favelas, mas sim direcionado àquelas com ocupação policial que estejam de acordo com as premissas das classes dominantes. Isso evidencia uma “conquista” que ocorreu de acordo com a visão hegemônica que acredita na repressão do Estado pelo uso da força nos locais considerados perigosos como forma de garantir o discurso

¹¹¹ Apenas 4 moradores reclamam dos turistas e visitantes, 7 veem sua presença como algo positivo (sendo que 5 deles trabalham com comércio no Vidigal) e 15 não expõem opinião sobre eles.

da ordem e, por este motivo, é vulnerável e está condicionado à qualquer mudança de cenário.

"Porque até então, quem morava lá embaixo, mesmo que nós fosse trabalhador nós era considerado como bandido tá? Porque morava na comunidade. Pra eles nós era igual as pessoas que vivia no tráfico (...) lá embaixo no setor de trabalho (...) muita gente discriminava (...) até na hora de conseguir trabalho tinha muita dificuldade de conseguir emprego"

4.4. Transformações socioespaciais: os processos e suas consequências

Compreender os processos socioespaciais que foram desencadeados pela implementação da UPP no Vidigal é entender como a relação forma-conteúdo se reestrutura ao longo do tempo, ou seja, como os elementos do espaço vêm sendo alterados em suas formas e funções, e como isso vem reorganizando as estruturas sociais e espaciais que sustentam estes objetos e ações.

A chegada da UPP trouxe consigo o fim do armamento ostensivo pelo tráfico e a modificação de sua forma de atuação na favela, gerando sensação de aparente segurança. Como já demonstrado pelos relatos dos moradores, essa sensação não está vinculada à real retirada da atuação do tráfico, mas sim ao fim da circulação de seus agentes armados pela favela, à pouca visibilidade que passa a ter no local, à chegada de novos visitantes e turistas, além desta percepção estar vinculada ao fator de localização. As rotas de turismo local, e nelas inserida a via principal, se apresentam visualmente mais seguras, enquanto nos locais fora desses eixos (que normalmente adentram a comunidade por becos e escadarias) pode ser percebida a atuação do tráfico, ainda que de forma sutil e enfraquecida, e casos de abusos policiais.

Dessa forma, a circulação de pessoas no Vidigal, sejam elas moradoras ou não, foi reestruturada. Nas entrevistas, foi perceptível a associação da segurança local à maior liberdade de circulação, o que acabou permitindo a criação de um terreno atrativo para a atuação do mercado, seja ele imobiliário, comercial ou turístico. Se a circulação de pessoas passa a ocorrer de forma mais livre, a circulação de produtos também se mostra dessa maneira. O Vidigal, inserido na zona sul carioca, no circuito turístico da cidade e também no circuito global de turismo de realidade, passa a sofrer

um processo de intensificação das atividades turísticas e comerciais com a “pacificação”, que está inteiramente ligado ao processo de ressignificação da favela enquanto um símbolo de consumo e de exploração¹¹². Esses processos desencadeados vêm reestruturando os elementos do espaço, o que também gera um processo de mercantilização da paisagem, que tanto é produto quanto fator de reestruturação social e espacial local.

Esses processos transformadores do espaço geram consequências locais, como por exemplo o aumento do custo de vida, que foi indicado por grande parte dos entrevistados¹¹³. Ao se tornar um local de atratividade turística, seguro o suficiente para que investidores e moradores possam abrir seus estabelecimentos, surge dentro do Vidigal um novo grupo consumidor com maior disponibilidade de renda que se torna foco principal da reestruturação interna. Com a chegada desse novo grupo, a esfera social se transforma a partir das novas relações de consumo e da atuação do mercado, que visam atender ao grupo com maior poder de compra ao invés de atender a demanda dos habitantes. Dessa forma, os preços dos aluguéis, de compra e venda de imóveis, os preços dos produtos disponíveis para compra e o próprio acesso ao lazer, não comportam a capacidade de consumo dos locais, pois se destinam ao público disposto a pagar mais.

“Ficou muito caro: aluguel, ficou muito caro as casas pra compra e venda. E muita gente do morro vendeu suas casas, porque as pessoas de fora, não os gringos mas as pessoas que resolveram investir no Vidigal pra comprar pra fazer hostels, pra fazer projetos, pra poder até comprar casas em lugares muito valorizados, porque o Vidigal ficou muito valorizado, acabaram oferecendo um dinheiro pros moradores antigos pra vender suas casas. Muitos moradores venderam (...) e aqui no morro aconteceu o que, uma ocupação branca, acabaram entrando pessoas aqui porque compraram a casa, fizeram hostel, e estão explorando comercialmente o morro.” [Morador do Vidigal, 33 anos]

“Movimentação é maior, depois que entrou a UPP principalmente ficou muito movimentado, vem o pessoal lá debaixo pra curtir. Pra festas, essas coisas não tem coisa melhor porque é perto da zona sul e tem opções pra você curtir. Só que pra morador mesmo, isso aí não é interessante. Só encarece as nossas vidas porque tudo ficou mais caro, né” [Morador do Vidigal, 42 anos]

Esse cenário não só exclui os moradores do mercado que se instala no morro, como também altera a estrutura social interna uma vez que aqueles que estão à

¹¹² Ver LACERDA (2016).

¹¹³ 17 moradores entrevistados reclamaram do aumento do custo de vida no Vidigal, sendo que 5 deles vinculam este aumento à chegada de novos moradores, turistas e visitantes.

margem da nova situação e que não conseguem acompanhar o aumento do custo de vida são obrigados a se mudar para locais mais distantes e baratos. Neste contexto, os mais prejudicados são aqueles moradores que não possuem casa própria, que dependem de aluguel e que possuem renda mais baixa, não podendo pagar pelos novos ajustes de preços. Não existe um levantamento exato desse fluxo de moradores que são incapazes de permanecer no Vidigal, tanto porque as relações de aluguel, compra e venda de imóveis não são formalizadas, e poucas passam pela Associação de Moradores, quanto porque não existe um trabalho do poder público para este tipo de avaliação e levantamento de dados no local.

"Primeiro subiu os aluguéis. O aluguel era 300 reais, 200 e pouco. Agora um aluguel de uma kitnet com um banheiro (...) tá assim 600 reais. Se uma pessoa recebe um salário mínimo não tem como pagar aluguel e comer, não dá. Só isso que incomoda muito a gente. E os mercados que começaram a aumentar as coisas (...) aumentou passagem, aumentou tudo." [Moradora do Vidigal, 25 anos]

"As pessoas aqui, depois da que UPP entrou, acho que eles acharam que... tudo bem ficou melhor, mas que eles exageraram nas coisas, sabe. Os preços, as coisas são muito caras. A única coisa que todo mundo reclama aqui é isso. Melhorou? Melhorou, mas também deu uma piorada nessas coisas (...) depois da UPP, entendeu, melhorou no sentido das crianças ficarem livres, a gente também, não tem que ter medo de nada. Subir a hora que puder... mas tirando isso, não dá. Se deixar, a gente não tá podendo sobreviver aqui, os pobres. Aqui no Vidigal não tá podendo sobreviver mais. Daqui a pouco a gente tem que se mudar lá pro lado da baixada porque as coisas são mais baratas, mas é ruim pra trabalhar (...) tem gente que já saiu daqui, porque tá tão caro que não dá. Tem família que já tá passando necessidade. Antigamente já passava necessidade (...) agora tá passando necessidade porque tá ruim o emprego, de arrumar. E as vezes, algumas mães aqui tem muito filho. Não pode deixar as crianças, criança pequena, pra ir trabalhar. As creches, as vezes não tem vaga pra todo mundo, porque a comunidade é pequena, entendeu. Agora tem muita gente e a comunidade tá ficando pequena, apertada." [Moradora do Vidigal, 25 anos]

É interessante perceber que, muitas vezes, a exploração comercial e o aumento do custo de vida não ocorrem apenas por agentes externos que passaram a atuar no Vidigal, mas também por muitos moradores que viram no novo cenário a possibilidade de fonte ou complementação de renda. Como denunciado por alguns entrevistados, os próprios moradores que se beneficiam da exploração comercial passam a agir de forma predatória visando o lucro pessoal, o que afeta a situação comunitária como um todo. Essa situação pode ser percebida por moradores que aumentam o valor dos aluguéis, pelos próprios trabalhadores na oferta de transporte interno e até por moradores que atuam como agentes imobiliários e turísticos locais.

Em relação ao mercado imobiliário, fica evidente o conflito entre moradores diante da possibilidade de aumento no valor de aluguéis com a valorização do solo no Vidigal. Em muitos casos são moradores que possuem casa própria e outros imóveis para aluguel, ou então que vêm expandindo suas moradias para criação de novos espaços para serem alugados. Foi possível perceber uma forte crítica aos próprios moradores que aumentam o preço do aluguel diante da grande demanda, o que prejudica aqueles com menor poder aquisitivo. Com isso, aqueles que têm possibilidade de aumentar a renda o fazem, enquanto outros acabam tendo que se deslocar para outros locais da cidade. Esse conflito indica a dissolução das relações comunitárias e de proximidade, que também foram bastante expostas nas entrevistas, e que acabam por fortalecer a individualização e não o coletivo.

Como já foi dito, alguns moradores acabam agindo como verdadeiros agentes imobiliários e turísticos, indicando um possível descolamento desses com a realidade da favela, que passa a ser vista como local de geração e captação de renda.

"Eu pego uma casa aqui, aí mobilio ela entendeu, boto os móveis e alugo temporada. Pro proprietário, por exemplo, o proprietário quer mil reais. Eu assumo a responsabilidade, porque pra eles é melhor, o proprietário deixar um imóvel comigo porque sabe (...) dos meus negócios aqui, eu sou um comerciante aqui dentro entendeu, e a segurança pra eles é melhor. Porque eu não deixo aluguel atrasar, pago direitinho, e os imóveis deles fica tudo bonitinho e sempre faço reforma pra poder melhorar, até pros gringos. E aí eu mobilio o imóvel e alugo temporada (...) turismo nacional e turismo internacional, e as vezes também pessoas que estão a trabalho também."
[Morador do Vidigal, 50 anos]

"Prefiro casas que tenha vista, entendeu, independentes (...) Acho que aquelas casinhas aglomeradas uma na outra, entendeu, tem casas aqui muito boas, tem uma aqui do lado que tem sauna, tem piscina, entendeu, aluguel um pouco mais caro mas também é bom também porque tem três quartos entendeu, dá pra você fazer tipo hostel." [Morador do Vidigal, 50 anos]

Esta é uma crítica bastante complicada de ser elaborada, também por se direcionar a trabalhadores que foram historicamente precarizados e prejudicados economicamente, e que perceberam no novo cenário a possibilidade de garantia de estabilidade financeira ou complementação de renda. Não pretendemos aqui culpar os indivíduos que atuam dessa forma, de maneira individualizada, mas sim o processo desencadeado por um programa governamental que favorece este tipo de relação, enfraquecendo a força do coletivo e fragmentando as lutas.

A chegada de novos moradores e de visitantes não alterou apenas a estrutura social, mas também as relações de proximidade, que muitos entrevistados relataram

como uma dissolução de vínculos e falta de confiança entre moradores. Este fator é prejudicial à própria organização popular que permanece esvaziada e sem articulação suficiente para barrar o sucateamento da situação atual e buscar soluções que beneficiem a população local através das reivindicações populares.

Nos relatos, fica bastante evidente que aqueles que abriram seus próprios comércios locais ou que lucram de alguma forma com a intensificação do turismo no Vidigal têm percepção positiva do processo de “pacificação”. Enquanto isso, a grande maioria dos entrevistados, que não lucra com essas transformações, vê o lado positivo do fim da presença armada do tráfico, mas reforça o lado negativo para os moradores em relação às dificuldades de se manter no local com o aumento do custo de vida.

De qualquer forma, não foi apenas uma parcela dos moradores locais que se beneficiaram da intensificação da atuação do mercado no Vidigal. Na verdade, o que nos parece é que os mais beneficiados seriam os agentes externos que passaram a atuar na favela, os novos habitantes e as empresas que oferecem serviços, que viram no morador da favela a possibilidade de expansão do seu mercado consumidor, sobrecarregando economicamente aqueles que ali vivem e sendo fator de empobrecimento das famílias.

Se as atividades comerciais foram bastante ampliadas a partir da chegada da UPP, o mesmo não pode ser dito para os estabelecimentos que oferecem serviços públicos e locais públicos de lazer. Apesar dos moradores se sentirem mais seguros para circular internamente e frequentar os espaços comuns, percebe-se que estes são insuficientes para atender à demanda local.

Existe uma relação de ampliação do uso do solo para função comercial/turística, baseadas na mercantilização dos espaços e da vida na favela, e diminuição da função social do solo. A favela que surge com uma função social vem se transformando cada vez mais em sua função econômica, se integrando pouco a pouco ao mercado “do asfalto”, seja ele o turístico ou o imobiliário. Nesse movimento, adquire características externas à sua essência, se transformando visualmente naquela ordem que historicamente a oprimiu, em um paradoxo onde ora se busca incorporar a nova forma das elites para melhor dialogar com o novo público, ora se busca conservar espaços e linguagens formais originais que servem como símbolos

para consumo. A imagem local é transformada a partir de um processo de ressignificação simbólica (LACERDA, 2016), onde a sua estética, essência e identidade são apropriadas para exploração mercadológica e, desse jeito, a estrutura interna se reorganiza tanto na esfera espacial quanto na social.

Apesar da UPP não interferir diretamente no espaço construído, este é alterado indiretamente a partir das novas relações sociais e da nova estrutura social que ali vêm se estabelecendo. Na esfera espacial, o que fica evidente são as novas construções que vêm surgindo, bem como a ampliação (verticalização) e melhoramentos construtivos (de caráter estético) nas já existentes. Percebe-se que há uma nova linguagem da forma se instalando pouco a pouco, mais concentradas em alguns locais como o *Arvrão* e a via principal (principalmente na parte baixa). Essas mudanças no espaço construído ocorrem a partir de iniciativas individualizadas e particulares¹¹⁴ que tendem a se concentrar nos locais onde o solo é mais valorizado.

Apesar da falta de dados concretos, nos parece possível traçar um paralelo entre o novo perfil de moradores e as transformações na forma das moradias, ou seja, em como a nova estrutura social vem alterando a forma dos objetos do espaço. Sobre a relação forma-conteúdo, é evidente que as mudanças na esfera social desencadeiam mudanças na função dos objetos, os quais passam a ter sua forma alterada para melhor dialogar com o novo propósito. Nesse sentido, as funções turística e comercial estão claramente ligadas a uma nova imagem da favela e à sua reestruturação socioespacial interna.

Todos esses processos causam consequências diárias para os moradores: aumento do custo de vida, perda de espaços de lazer, empobrecimento por novos gastos (ex: conta de luz), dissolução das relações de proximidade e da força do coletivo, complicações pelo grande fluxo de visitantes e sobrecarregamento da infraestrutura local. Quanto a este último quesito, é importante salientar que para além do sobrecarregamento dos serviços públicos existe também o do próprio trânsito. O crescimento do número de estabelecimentos comerciais junto ao crescimento populacional e ao fluxo diário de “gente de fora” prejudica cada vez mais o trânsito local, que ocorre majoritariamente a partir da Av. Presidente João Goulart. Isto não só

¹¹⁴ Salvo o asfaltamento na parte alta da via principal.

torna a circulação da via perigosa como dificulta ainda mais a mobilidade dos moradores. Alguns relataram que, dependendo do dia e da hora, é possível demorar até uma hora para subir ou descer o Vidigal, e que nos horários e dias de pico de visitação o trânsito fica ainda mais caótico.

Apesar das transformações poderem ser identificadas em diversos pontos da favela, sua concentração ocorre ao longo da via principal e no Arvrão. O Arvrão provavelmente é o maior símbolo dessa transformação interna, com novos estabelecimentos comerciais e festas constantes. Apesar de estar localizado ao lado de uma área residencial e calma, nos horários de pico e de eventos locais o fluxo se torna bastante intenso, e ali se estabelece grande aglomeração de visitantes interessados em uma “experiência na favela”. O curioso é que essa “experiência”, na verdade, se mostra bastante descolada da realidade da favela do Vidigal: ali não estão presentes os moradores, o espaço é fechado e isolado do entorno, a própria construção é destoante do contexto da favela e a chegada ao local é ofertada por transporte próprio de um dos bares¹¹⁵. Ou seja, a “experiência na favela” não se dá através da verdadeira realidade da favela.

"O que eles querem não é o favelado, é a favela (...) a favela sem favelado (...) eles querem nossa vista, eles querem essa coisa que ficou alternativa de falar que tá na favela, falar que é entrosado (...) eles querem nosso capital simbólico pra falar, pra ganhar dinheiro seja com turismo, seja com comércio (...) a maioria dos hostels aqui no Vidigal não pertencem a moradores do Vidigal. Agora pertence porque eles vieram morar aqui né (...) ainda mais que o Vidigal é grife agora né" [Moradora do Vidigal, 38 anos]

¹¹⁵ O Bar da Laje oferece serviço de transporte próprio através de uma Kombi que busca os clientes no Leblon e leva diretamente para a entrada do bar.

Considerações Finais

Como vimos nos estudos apresentados pelo referencial-teórico, as favelas se mostraram produto das dinâmicas urbanas de acumulação capitalista, se constituindo à margem dos planos idealizados para a cidade. Mesmo quando haviam planos para esses espaços, estes eram descolados do real, e não se propunham quebrar com a lógica urbana produtora das mais variadas desigualdades.

Vimos também que a conformação do espaço se dá a partir da inteiração de um sistema de ações e de um sistema de objetos, onde a organização de um interfere na organização do outro através de uma relação dialética. Dessa forma, podemos concluir que as ações no espaço rearranjam seus objetos, tal como a proposta das UPP que, no caso, vem transformando a organização socioespacial das favelas “pacificadas”, a exemplo do Vidigal.

No caso do nosso estudo de caso, pudemos perceber que as alterações do espaço que ali vêm ocorrendo não condizem com o plano-discurso do programa. A partir do discurso oficial e das análises apresentadas, concluímos que a proposta se saiu como um processo de *ironia objetiva*, o que segundo Otília Arantes (2013) era caracterizado pelos clássicos como um processo que transforma “*as melhores intenções no seu avesso, realizando, não por desvio, mas por finalidade interna, o contrário do que prometiam*” (ARANTES, 2013: 11). A pesquisa nos permitiu perceber que o discurso das UPP não condiz com suas práticas e com a sua própria estrutura. O que é dito como sendo uma política de segurança que serviria à integração, à cidadania dos moradores das favelas “pacificadas” e à chegada de serviços, acaba se desfazendo diante da reconstrução da realidade a partir dos fragmentos do espaço. O que é dito como policiamento comunitário, na verdade se apresenta a partir do uso da força do Estado para dominação do território¹¹⁶, onde a equipe policial atuante apresenta determinada rotatividade que impossibilita tanto a sua aproximação e integração com os moradores quanto a continuidade de seus projetos. O resultado da aplicação da política acaba por ter um resultado oposto do que é proposto, não por

¹¹⁶ Como disse VALENTE (2016): “Por fim, se o traficante armado sai de circulação, o policial ostensivamente armado se torna presença cotidiana”.

uma obra do acaso, mas sim pela própria forma de elaboração e pela sua própria estrutura e construção enquanto política de segurança.

Uma das questões que a pesquisa busca salientar é em como a globalização e a mercantilização das cidades – ou seja, processos globais - influenciam diretamente na realização de políticas públicas locais. Dentro do contexto atual, estas políticas se voltam para o território no intuito de inserir as cidades no panorama global, se baseando em um planejamento estratégico baseado na visão empresarial de cidade. As políticas públicas geradas a partir dessas premissas buscam atender, primeiramente, à função econômica, muito mais do que a resolução de conflitos urbanos e desigualdades socioespaciais. A militarização, a turistificação e os megaeventos seguem a tendência global de abertura de novos caminhos para o mercado, de forma a garantir maior acumulação de capital (HARVEY, 2014).

As UPP se inserem nesse contexto de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro em busca de tornar a cidade atrativa a investimentos e a exploração turística, que necessitam de determinada segurança para a livre circulação de capital. Com isso, cria-se um território dividido em arquipélagos e enclaves onde as áreas vistas como prejudiciais e ameaçadoras dessas atividades ficam sob supervisão policial constante (VALENTE, 2016).

Com vista nos megaeventos que seriam sediados na cidade do Rio de Janeiro, o poder público removeu cerca de 67 mil pessoas (20.299 famílias) de suas casas. Segundo Pierre Batista, Secretário Municipal de Habitação na época, “apenas” 1.720 famílias (cerca de 5 mil pessoas) foram removidas por causa de obras, as outras famílias teriam sido removidas por estarem situadas em “área de risco” (FAULHABER; AZEVEDO, 2015; DODT¹¹⁷). Essas foram remoções diretas, diferente do que vem ocorrendo no Vidigal, que, a partir da implementação da UPP, vem sofrendo uma reestruturação interna que remove indiretamente seus moradores pelo processo do mercado.

Como já refletido por Freeman (2012), em seus estudos de 7 favelas no início das ocupações pelas UPP, essa política possui elo forte com a necessidade de expansão do mercado consumidor e da criação de áreas seguras para entrada de

¹¹⁷ Disponível em <http://contario.net/remocoos-etica-ou-cosmetica/>

empresas, incumbindo ao Estado o papel de garantir o funcionamento de uma cidade neoliberal. No caso do Vidigal, fica evidente que a presença ostensiva do tráfego no passado era um empecilho às atividades econômicas, as quais passaram a adentrar este espaço com a chegada do programa. Muito mais do que servir à função social da cidade e garantir cidadania e condições dignas para a reprodução social de uma classe empobrecida, a UPP no Vidigal cumpre papel de melhorar e garantir as condições necessárias para a atuação do mercado, incluindo este espaço como um novo mercado consumidor e de transformação urbana a partir de dinâmicas apoiadas em novos ativos como a paisagem, a imagem e a cultura da favela que surge como marca. Se antes nem os favelados, nem as favelas eram quistas, agora a favela é desejada enquanto símbolo.

Esta política segue a ideia do “dogma de unificação das favelas”, representando estes espaços de forma homogênea e buscando solucionar os problemas de territórios distintos e distantes entre si com uma mesma cartilha política. Dessa forma, não leva em consideração as especificidades locais, a construção histórica de cada uma dessas localidades, a relação de cada uma com o restante da cidade, bem como o entendimento da violência segundo parâmetros e especificidades locais, fatores que irão condicionar os desdobramentos da aplicação do programa. (BURGOS et al., 2011).

A partir das entrevistas com moradores realizadas na pesquisa de campo foi possível observar que a UPP no Vidigal é uma intervenção com grandes impactos na dinâmica interna. Ângelo Serpa (2011) analisa em seus estudos a tendência das classes mais pobres, excluídas do planejamento urbano, em copiar o ideal das elites, recodificando os espaços das periferias com muros em torno de estacionamentos, jardins e espaços livres. Os bairros populares acabam por também adotar a lógica cultural elitista, transformando as manifestações tradicionais artísticas em objeto de consumo pelo turismo e pela classe média, o que altera as vivências e a cultura local (SERPA, 2011).

Como podemos ver, no Vidigal, as novas construções apresentam uma linguagem formal completamente desconectada com o contexto na qual elas se inserem, e os locais mais atrativos aos visitantes são justamente estes locais que possuem estabelecimentos construídos a partir dessa linguagem, evidenciando a

contradição existente da nossa sociedade contemporânea: a busca por uma identidade e diferenciação, ao mesmo tempo que valoriza (mercadologicamente) espaços semelhantes e que sigam a linguagem dominante atrativa ao marketing global. A questão é que esse processo altera as vivências, a cultura local e a tradição dos moradores, que passam a ser apropriados por um valor de exposição lucrativo que esvazia seus significados.

É perceptível a importância da via principal nessa reestruturação interna que vem ocorrendo no Vidigal. A Avenida Presidente João Goulart não se apresenta apenas como eixo de circulação, entrada e saída do Vidigal, mas também como eixo que direciona o fluxo dos visitantes e turistas e a valorização e uso do solo. Ela também se mostra bastante importante no processo de estabelecimento da UPP no local, pois suas bases percorrem todo seu alongamento, se alocando de forma estratégica. Talvez isto colabore ainda mais para a intensificação dos fluxos turísticos nesse eixo, pois a visibilidade da atuação da UPP garante determinada sensação de segurança para os visitantes que circulam pela favela. Por outro lado, justamente por concentrar tamanho fluxo e visibilidade, ela acaba por abafar e esconder certos acontecimentos e certas realidades de maior precariedade que se concentram nas áreas de becos e escadarias.

Como apresentado na revisão bibliográfica, não se pode generalizar o fenômeno das favelas, visto tamanha diversidade existente inter e intra favelas. Ao contrário do que vem se realizando, é necessário pensar políticas públicas complexas e amplas, de forma com que possam se adaptar às diferentes realidades e necessidades existentes no contexto urbano, ao mesmo tempo que compreendam o território como um todo e não apenas fragmentos dele. Além disso, é necessário que a forma de se pensar a cidade seja feita de forma coesa e junto aos habitantes, para que as demandas existentes sejam atendidas e os efeitos negativos das intervenções sejam inibidos. A participação popular é a base para a gestão democrática da cidade e para a efetividade da democracia e cidadania, portanto os planos devem estar baseados em ações populares concretas.

No entanto, o que foi percebido é que o mecanismo de participação proposto pelas UPP esvazia o sentido de participação cidadã, uma vez que busca mais uma participação comunitária, ou seja, de demandas específicas e locais e não um

processo decisório que configure o acesso à cidadania ativa dos moradores e a sua organização enquanto movimento mais amplo por demandas estruturais. Além disso, por questões de controvérsias entre os habitantes quanto ao programa e pelo processo de mercantilização dos espaços e das relações que ali se estabelecem, nos parece que a individualização fica um passo à frente do senso coletivo, o que esvazia o associativismo de moradores. Apesar de acontecerem debates e reuniões sobre questões internas do Vidigal, bem como algumas organizações e grupos formados por moradores, nos parece que há dificuldade de unificação de forças para reverter as transformações que vem ocorrendo no local, a exemplo do histórico local de lutas dos moradores contra tentativas de remoção e mutirões comunitários para melhorias internas¹¹⁸.

Outro empecilho ao exercício da cidadania a partir da UPP é a própria estrutura do programa, que percebe o morador enquanto consumidor e não enquanto indivíduo que deve ter seus direitos básicos garantidos. A partir das reflexões propostas por SANTOS (2014c) e RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR (2003) sobre espaço e cidadania, nos parece evidente que, ao contrário do que propõe o plano-discurso da política, a implementação da UPP no Vidigal não significou a efetivação de um espaço cidadão, pelo contrário, a reestruturação pelo mercado tem se mostrado excludente. Se antes da UPP haviam questões que implicavam diretamente no exercício da cidadania dos moradores, tal como a segurança, o acesso a empregos e a precariedade de serviços essenciais, percebemos com as análises que essa situação foi aprofundada no pós-UPP. A mobilidade forçada pelo alto custo de vida, a falta de espaços para eventos e vivência comunitária, a transformação dos moradores em meros consumidores, o problema da saúde que foi aprofundado, a educação que continua sem ampliação de investimentos, o transporte local que continua não dando vazão para as necessidades dos moradores, ou seja, a dilapidação desse morador em diferentes aspectos, nos faz crer que o Vidigal se configura enquanto um espaço sem verdadeiros cidadãos.

Como vimos no item 1.1 do primeiro capítulo, os investimentos públicos destinados a melhorias urbanas, inseridos na produção capitalista do espaço, seguem a lógica de localização em áreas que possuam maior potencial lucrativo de atrair

¹¹⁸ Moradores relatam que no passado (aparentemente até a década de 80) eram comuns os mutirões para construção de casas, asfaltamento da via, entre outras ações.

investimentos, de forma que transferem renda para o setor privado. No caso das favelas, a segurança se torna um ativo de valorização do solo, abrindo novos espaços para o mercado que até então não eram alcançáveis pela presença armada do tráfico de drogas. A localização das UPP segue a lógica de securitização dos espaços valorizados pela circulação de capital na cidade, estando presente nas áreas urbanas mais valorizadas e nos eixos de circulação de turistas e de atividades lucrativas.

Dessa forma, o poder público criou solo fértil para a atuação do mercado imobiliário, comercial e da especulação no Vidigal através da UPP. Percebemos um processo de mercantilização do espaço configurado enquanto território popular, no caso do Vidigal, que acabou por reforçar a fragmentação social e aprofundar a pobreza das famílias que ali habitam¹¹⁹. O que de fato chegou ao Vidigal foi a segurança necessária para que este espaço se tornasse possível de ser mercantilizado, seja através da especulação imobiliária, da transformação da favela em destino turístico ou da expansão de um novo mercado consumidor. O que fica evidente é que a política responde mais à necessidade *“de reconfiguração do espaço e de sua mercantilização do que às demandas historicamente postas pelos favelados”* (GOMES; FERNANDES; FRANÇA, 2013: P.20). Com isso, apesar de provocar determinadas melhorias, como o fim dos tiroteios constantes e maior liberdade de circulação pelos moradores, o balanço geral é o aprofundamento das desigualdades socioespaciais e a manutenção das dinâmicas urbanas excludentes que marcam o histórico das cidades brasileiras (GOMES; FERNANDES; FRANÇA, 2013).

Ao mesmo tempo em que temem sua saída, alguns moradores questionaram se não seria melhor para eles a saída da UPP, pois dessa forma o custo de vida se tornaria mais acessível já que os novos moradores, investidores externos e visitantes não continuariam a atuar no Vidigal diante de um cenário de volta do tráfico. Esse tipo de questionamento, ao mesmo tempo que se mostra interessante para perceber o quanto essas transformações vêm aprofundando as desigualdades, é também bastante preocupante por evidenciar que na perspectiva desses moradores só seria possível a realidade atual ou a anterior. Porque, afinal, não seria possível obter a ampliação de serviços públicos para a população, melhorias de infraestrutura e segurança dos moradores de favelas ao mesmo tempo em que estes possam

¹¹⁹ Também verificado por LACERDA (2016).

desfrutar dos bônus, e não dos ônus dessas mudanças, ao contrário do que vem ocorrendo no Vidigal?

Ermínia Maricato (2013) salienta a importância de dados concretos informativos para afastar cenários ideológicos criados, à fim de evidenciar a realidade. Para a autora, só assim poderíamos nos descolar da utopia do espetáculo e ter consciência da cidade real, para então lidar com ela. De fato, ao longo da dissertação pontuamos falhas nos levantamentos existentes sobre favelas e a necessidade desses dados informativos mais específicos e constantemente elaborados para que se tenha noção palpável da realidade. Junto a isso, é necessário que haja a participação popular na tomada de decisões e na elaboração das políticas governamentais, ao mesmo tempo que essas atuem no território como um todo, de forma integrada, sem que sejam ignoradas as especificidades de cada lugar.

A metodologia apresentada foi importante para humanizar as consequências da implementação da UPP no Vidigal, uma vez que tornou evidente seus efeitos no dia-a-dia dos moradores, acontecimentos que muitas vezes são mascarados por discursos que se sobrepõem aos interesses dos locais. Esta forma de análise é interessante para que sejam evidenciados os discursos contra hegemônicos e também para apurar as interações da aplicação do programa com o espaço em um determinado contexto. O estudo de outras favelas “pacificadas” a partir desta estrutura metodológica poderá contribuir para perceber os variados desdobramentos e atuação do programa no território, percebendo que as consequências também estão condicionadas ao histórico da favela, sua localização, sua estrutura socioespacial e a forma de atuação do tráfico e da polícia, ao mesmo tempo que semelhanças nesses processos poderão ser traçadas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ipp, 2013.
- ABREU, Maurício de; VAZ, Lílian. **Sobre as origens da favela**. Anais IV Anpur, v. 4, p.481-492, 1991. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1897>.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícia**. 1852. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000022.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.
- ALVITO, Marcos. **As cores de Acari**: Uma favela carioca. Rio de Janeiro: Fgv, 2001.
- ANDRADE, Luciana da Silva. **Espaço público e favelas**: Uma análise da dimensão pública dos espaços coletivos não-edificados da Rocinha. 2002. 264 f. Tese (Doutorado) - Curso de Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Cap. 1. p. 1-74.
- BORDE, Andréa Pessôa. **Cidades Ideais, Cidades Reais: Construções Imaginárias**. Rio de Janeiro. 2011. 15 p. Texto revisto do Capítulo 2 da dissertação de mestrado de BORDE, Andrea (1998). "...E o vento não levou: construindo o imaginário urbano carioca". Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ.
- BRUM, Mário. **"Despertar e incentivar"!**: A Pastoral de Favelas e o movimento comunitário de favelas cariocas na Redemocratização. Revista Cantareira: Revista Eletrônica de História, Niterói, v. 2, n. 3, dez. 2005.
- BUENO, Laura Machado Mello. **Projeto e Favela**: metodologia para projetos de urbanização. 2000. 362 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fauusp, São Paulo, 2000.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2015. p. 25-60.
- BURGOS, Marcelo Baumann et al. **O efeito da UPP na percepção dos moradores das favelas**. Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, v. 11, p.49-98, ago/dez. 2011.
- CAVALLIERI, Fernando. Favelas no Rio: a importância da informação para as políticas públicas. In: FAVELAS, Observatório de. **O que é favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 24-29.

CAVALCANTI, Mariana. **O Ambiente Construído e a Politização do Cotidiano nas favelas cariocas**. Cadernos Metrópole (PUCSP), São Paulo, v. 12, p. 65-94, 2004.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbaniza o de Favelas: evolu o e impasses**. 2003. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **Remo o**: no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FARIAS, Jacira Saavedra. **A forma da informalidade**: uma análise da morfologia urbana da Rocinha. 2009. 118 f. Disserta o (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-gradua o em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FARIAS, Juliana. Da asfixia: reflexões sobre a atua o do tráfico de drogas nas favelas cariocas. In: (ORG.), Luiz Antonio Machado da Silva. **Vida sob cerco**: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Cap. 9. p. 173-189.

FAVELAS, Observatório de. O que   favela afinal? In: FAVELAS, Observatório de. **O que   favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 16-23.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje**: produ o, circula o e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2009. 164 p.

_____. **A constru o da favela carioca como destino turístico**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FREEMAN, James. **NEOLIBERAL ACCUMULATION STRATEGIES AND THE VISIBLE HAND OF POLICE PACIFICATION IN RIO DE JANEIRO**. Reu (revista de Estudos Universitários), Sorocaba, Sp, v. 38, n. 1, p.95-126, jun. 2012.

GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques; FERNANDES, Lenise Lima; FRANÇA, Bruno Alves de. Dinâmicas de uma cidade em transforma o: urbaniza o, segurança pública e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. In: GOMES, Maria de Fatima Cabral Marques et al. **Renova o urbana, mercantiliza o da cidade e desigualdades socioespaciais**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. Cap. 1. p. 19-36.

GOTARDO, Ana Teresa. **Novas geografias do consumo turístico**: Rio de Janeiro, favelas e UPPs em Brazil with Michael Palin. Xxxix Congresso Brasileiro de Ciências da Comunica o, São Paulo, p.1-15, set. 2016.

GRAY, David E. **Doing research in the real world**. 2. ed. Britain: Sage Publications, 2009.

HARVEY, David. **A condi o pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. O direito à cidade. In: HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 27-66.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética das favelas**. Arqitextos Periódico Mensal de Textos Em Arquitetura, 2001.

_____. **Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Otíca**. 4. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LACERDA, Larissa Gdynia. **Conflitos e Disputas Pela Mercantilização de Territórios Populares: o caso da favela do Vidigal**, Rio de Janeiro. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (ippur), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **A divisão favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro**. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 5, p.37-59, jan. 2001.

LEITÃO, Gerônimo. **Transformações na estrutura socioespacial das favelas cariocas: a Rocinha como um exemplo**. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 18, p.135-155, 2007.

_____. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. In: FAVELAS, Observatório de. **O que é favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 36-45.

LIMA, Armando Almeida. **Resistências e Conquistas do Vidigal**. São Paulo: Nelpa, 2010.

LOBOSCO, Tales. **Práticas urbanas e produção do espaço em ocupações informais**. Geotextos, Salvador, v. 5, n. 2, p.25-48, dez. 2009.

LYNCH, Kevin. **City sense and city design: writings and projects of Kevin Lynch**. Cambridge, Mass: The Mit Press, 1990.

MANCINELLI, Maria. **Despejo de ONG Comunitária Após a “Pacificação” do Vidigal**. 2011. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=2652>>. Acesso em: 21 set. 2016.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. Cap. 4. p. 121-192.

MARINS, P. C. G. Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**, vol. 3. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2006.

MENDES, Izabel Cristina Reis. **Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica?**: Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fauusp, São Paulo, 2006.

NEGRÃO, Maria Sampaio Soto-mayor. **Sobre uma montanha em movimento**: Evolução Urbana da Favela do Vidigal. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **UPPs, direitos e justiça**: Um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2012.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; NUÑEZ, Izabel Saenger. Um balanço das UPPs nas favelas do Cantagalo, do Vidigal e do Complexo do Alemão. In: OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **Cidadania, justiça e "pacificação" em favelas cariocas**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2014. Cap. 6. p. 147-180.

OST, Sabrina Marinho. **O MERCADO SOBE A FAVELA: UM ESTUDO SOBRE O SANTA MARTA PÓS-UPP**. 2012. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Escola Brasileira de Administração PÚBLICA e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus Prefeitos**: Projetos de alinhamento do N.º 1 ao N.º 4178. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

_____. **O Rio de Janeiro e seus Prefeitos**: Projetos de alinhamento da N.º 4179 ao N.º 7571. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

_____. **O Rio de Janeiro e seus Prefeitos**: logradouros e PAAs respectivos. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e segregação urbana**: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, Santiago de Chile, v. XXIX, n. 88, p.79-95, dez. 2003.

ROCHA, Lia de Mattos. Uma favela sem tráfico?: Os limites da ação e da opressão do tráfico. In: (ORG.), Luiz Antonio Machado da Silva. **Vida sob cerco**: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Cap. 10. p. 191-225.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2014a. 2ª reimpressão.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2014b. 8ª reimpressão.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014c. 176 p.

SCHMIDT, Selma. **A história da Favela da Rocinha, em São Conrado:** Barracos começaram a subir o morro no início dos anos 50. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/a-historia-da-favela-da-rocinha-em-sao-conrado-3222591>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: (ORG.), Luiz Antonio Machado da Silva. **Vida sob cerco:** Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Cap. 3. p. 35-45.

_____. **Afinal, qual é das UPPs?** Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro, 18 mar. 2010.

SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas Cariocas: 1930-1964.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. Favela: é geral? é particular? é urbano?. In: FAVELAS, Observatório de. **O que é favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 30-35.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Participação política e sociedade civil. In: TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001. Cap. 1. p. 23-52.

TEIXEIRA, Milton de Mendonça. **Das tribos aos condomínios:** a história da Barra da Tijuca. Disponível em: <<http://www.condominioetc.com.br/37/historia.shtml>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

TEOBALDO, Izabela Naves Coelho. **A cidade espetáculo:** efeito da globalização. Revista do Departamento de Sociologia da Flup, Porto, Portugal, v.XX, p.137-148, 2010.

TEPEDINO, Cristina de Azeredo Lopes. **Cotidiano Escolar e Mudança Sociocultural:** a experiência do Colégio Stella Maris. 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Brasileira, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único:** Desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. Cap. 2. p. 75-103.

VALENTE, Júlia. **UPPs:** Governo militarizado e a ideia de pacificação. Rio de Janeiro: Revan, 2016. 192 p.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela:** Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Fgv, 2005. 204 p. 6ª reimpressão.

_____. **A gênese da favela carioca.** A produção anterior às ciências sociais. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2000, vol.15, n.44, pp.05-34. ISSN 1806-9053. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000300001>.

_____. **Passa-se uma casa:** Análise do Programa de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

VAZ, L. F.. **Dos Cortiços às Favelas e aos Edifícios de Apartamentos:** A Modernização da Moradia no Rio. *ANALISE SOCIAL, LISBOA*, v. 3, n.127, p. 581-598, 1994.

VAZ, L. F.; JACQUES, P. B. . **Formas urbanas nas favelas do Rio de Janeiro.** *UrBEs*, Lima, p. 35-45, 2003.

ANEXO I – Decretos

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 41.650 DE 21 DE JANEIRO DE 2009

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA - UPP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe os incisos I e VI do art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o art. 24, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 220, de 13 de julho de 1975, e

CONSIDERANDO que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro necessita de uma tropa especializada e tecnicamente preparada e adaptada para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada, na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ, subordinada ao Comando do Estado Maior, a Unidade de Polícia Pacificadora - UPP, para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e manutenção da ordem pública nas comunidades carentes.

Art. 2º - O Secretário de Estado de Segurança editará ato disciplinando a execução das ações especiais de que trata o art. 1º deste Decreto e estabelecendo os requisitos necessários para a lotação de Policiais Militares na Unidade de Polícia Pacificadora - UPP.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2009

SÉRGIO CABRAL

Id: 716474

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 42.727 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA UPP SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº E-23/2175/2010,

- o Programa das Unidades de Polícia Pacificadoras - UPP criado pelo Decreto nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009;
- o que consta do art. 1º do referido Decreto, acerca da pacificação e manutenção da ordem pública em comunidades populares;
- que a manutenção das comunidades já pacificadas requer a presença do Estado não só executando ações de segurança pública, mas também executando políticas sociais; e
- que a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos necessitará, também, de uma equipe especializada e tecnicamente adaptada para a execução de projetos e programas concernentes à consolidação do controle territorial e da pacificação, à promoção da cidadania e do desenvolvimento social e à integração plena das comunidades pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) ao conjunto da cidade do Rio de Janeiro.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, na estrutura da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, o Programa "UPP Social" para a execução de ações especiais de promoção do desenvolvimento social em áreas pacificadas por Unidades de Polícia Pacificadora - UPP.


Art. 2º - O Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos editará ato disciplinando e regulamentando a execução das ações especiais de que trata o art. 1º deste Decreto, inclusive no que tange à designação de pessoal.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2010

SÉRGIO CABRAL

Id: 1056012

**DECRETO Nº 42.787 DE 06 DE JANEIRO DE 2011**

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO, ESTRUTURA, ATUAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPP) NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o que consta na CI SSPIO/SESEG/Nº 2967/0005/2010,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de regulamentar a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) visando dotá-las de estruturas e procedimen-

tos padronizados para o desenvolvimento de suas atividades, conforme estabelece o Decreto nº 41.650, de 21 de janeiro de 2009; e

- as demandas atuais e futuras dos órgãos estatais no campo da segurança pública, em razão do constante processo evolutivo não só da sociedade fluminense e de seus aspectos sociais correlatos, mas do próprio fenômeno criminal em si, gerando a necessidade de se estabelecer uma rotina de avaliação periódica de suas atividades.

DECRETA:

Art. 1º - As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), criadas para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública, destinam-se a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação.

§ 1º - São áreas potencialmente contempláveis por UPP, consoante critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Segurança, aquelas compreendidas por comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito.

§ 2º - São objetivos das UPP:

a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada;

b. devolver à população local a paz e a tranqüilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.

Art. 2º - O programa de pacificação, por meio da implantação de UPP, deverá ser realizado nessas comunidades em quatro etapas:

I - INTERVENÇÃO TÁTICA - Primeira etapa, em que são deflagradas ações táticas, preferencialmente pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), pelo Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) e por efetivos deslocados dos CPA, com o objetivo de recuperarem o controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados.

II - ESTABILIZAÇÃO - Momento em que são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada, antecedendo o momento de implementação da futura UPP.

III - IMPLANTAÇÃO DA UPP - Ocorre quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de pacificação, preparando-a para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática. Para tanto, a UPP contará com efetivo e condições de trabalho necessários ao adequado cumprimento de sua missão.

IV - AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO - Nesse momento, tanto as ações de polícia pacificadora, quanto as de outros atores prestadores de serviços públicos e privados nas comunidades contempladas com UPP passam a ser avaliados sistematicamente com foco nos objetivos, sempre no intuito do aprimoramento do programa.

Art. 3º - O atual Comando de Policiamento Comunitário (CPCoM) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro passa a denominar-se Coordenadoria de Polícia Pacificadora - CPP, com as seguintes atribuições:

I - coordenar, controlar e preparar doutrinária e operacionalmente as UPP;

II - planejar a implantação de novas UPP;

III - estabelecer diretrizes norteadoras objetivando a padronização dos procedimentos policiais militares nas UPP, com foco nos seus objetivos táticos e estratégicos.

§ 1º - O Coordenador-Geral da CPP subordina-se diretamente ao Comandante Geral da Polícia Militar e deverá realizar as articulações necessárias junto ao Comitê Estadual designado pelo Governador do Estado, visando melhor atender as demandas por segurança pública das comunidades contempladas, no intuito de propiciar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos locais.

§ 2º - O Coordenador-Geral da CPP fará jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, em valor correspondente ao símbolo DG, de natureza remuneratória e *pro labore faciendo*.

§ 3º - Os Subcoordenadores da CPP farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

§ 4º - Os Assessores e Chefes de Subseção da CPP farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§ 5º - Os PPMM lotados no CPP, não contemplados nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º, farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 4º - As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) receberão, a critério do Comando Geral da PMERJ, o necessário aporte administrativo das Unidades Operacionais responsáveis pelas áreas de policiamento em que forem implantadas.

§ 1º - Para o cumprimento das atribuições de cunho administrativo suplementar, as Unidades Operacionais citadas no *caput* deste artigo farão jus à complementação de verba destinada ao suporte administrativo das UPP situadas em sua área de policiamento.

§ 2º - A verba a que alude o § 1º será específica para cada UPP, de acordo com a sua classificação definida pelos critérios estabelecidos no artigo 5º.

§ 3º - No que tange às despesas de implantação das UPP, bem como às de manutenção de suas instalações físicas que visam garantir-lhes o funcionamento adequado, caberá à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e à Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), realizar a alocação dos recursos necessário no corrente exercício financeiro.

Art. 5º - As UPP serão classificadas de acordo com o efetivo de policiais previsto para a sua área de atuação e terão estrutura compatível para o exercício de suas atribuições.

§ 1º - A classificação das UPP se dará da seguinte forma:

I - As UPP serão classificadas como classe "A", quando o seu efetivo previsto for superior a 400 (quatrocentos) policiais militares.

a) O Comando das UPP classe "A" deverá ser, preferencialmente, de Oficial no posto de Major.

b) Os Comandantes das UPP classe "A" farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

II - As UPP serão classificadas como de classe "B" quando o seu efetivo previsto for no máximo de 400 (quatrocentos) policiais militares.

a) O Comando das UPP classe "B" deverá ser exercido, preferencialmente, por Oficial no posto de Capitão.

b) Os Comandantes das UPP classe "B" farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

III - O Subcomando de UPP, tanto a de classe "A", quanto a de classe "B", deverá ser exercido, preferencialmente, por Oficial nos postos de 1º ou 2º Tenente.

a) Os Subcomandantes de UPP farão jus à percepção de Gratificação de Encargos Especiais, no valor de R\$ 750,00 (setecentos cinquenta reais).

§ 2º - O efetivo mínimo previsto de uma UPP não poderá ser inferior a 100 (cem) policiais militares, salvo em condições especiais julgadas pelo Secretário de Estado de Segurança.

§ 3º - Visando a otimização dos serviços prestados à comunidade, as UPP deverão possuir uma estrutura administrativa mínima, nunca superior a 05% (cinco por cento) do seu efetivo total, para a confecção de escalas de serviço, controle e coordenação operacional entre outros.

§ 4º - As sedes das UPP deverão ser compatíveis com a sua classificação e efetivo e estar, preferencialmente, localizadas em vias que permitam o acesso das viaturas da corporação e de serviços, e, sempre que possível, estar de acordo com o projeto arquitetônico elaborado pela SESEG.

Art. 6º - Todos os policiais militares lotados e em efetivo exercício nas UPP farão jus à percepção de gratificação de encargos especiais no valor R\$ 500,00 (quinhentos reais), podendo ser celebrado convênio pelo Estado para tal fim.

§ 1º - Os policiais militares a que se refere o *caput* deste artigo farão jus, também, a auxílio transporte e serão desarranchados, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º - Os policiais militares classificados nas unidades de polícia pacificadora deverão ter formação especial, com ênfase em Direitos Humanos e na doutrina de Polícia Comunitária, e os soldados deverão, obrigatoriamente, ser policiais militares recém formados.

§ 3º - Os oficiais e praças que integrarão o efetivo das UPP terão seus currículo e alterações funcionais analisados, segundo critérios objetivos a serem definidos pelo Comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 7º - Para o aprimoramento e a continuidade do programa de pacificação, deverá ser aplicado nas UPP o efetivo mínimo de 50 % (cinquenta por cento) dos policiais militares regularmente incorporados pelos concursos de admissão, até que os objetivos preconizados neste Decreto sejam alcançados.

Art. 8º - Os Grupamentos de Polícia em Áreas Especiais (GPAE) serão transferidos para as Unidades Operacionais das AISP onde estiverem localizados, até que suas respectivas áreas sejam contempladas com UPP, quando então serão definitivamente desativados, sendo seus efetivos movimentados a critério do Comando da Corporação.

Art. 9º - A Estrutura ora regulamentada deverá ser objeto de revisão a cada 24 (vinte e quatro) meses pelo Conselho Permanente de Avaliação das UPP, de forma a manter a eficiência e a eficácia de suas ações, bem como os padrões mínimos de qualidade.

§ 1º - O Conselho Permanente de Avaliação das UPP elaborará relatório conclusivo com propostas, críticas e sugestões de adequações a ser submetido ao Governador do Estado.

§ 2º - O Conselho Permanente de Avaliação das UPP terá a seguinte constituição:

I - Secretário de Estado de Segurança, na qualidade de Presidente;

II - Secretário de Estado Chefe da Casa Civil;

III - Subsecretário de Planejamento e Integração Operacional da Secretaria de Estado de Segurança - SESEG;

IV - Diretor-Presidente do Instituto de Segurança Pública - ISP;

V - Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - PMERJ;

VI - Coordenador-Geral da Coordenadoria de Polícia Pacificadora - CPP.

§ 3º - O voto de qualidade para fins de desempate nas deliberações do Conselho será proferido pelo Secretário de Estado de Segurança.

§ 4º - No impedimento do Presidente este será substituído em suas atribuições pelo Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, assessorado pelo Subsecretário de Planejamento e Integração Operacional da SESEG.

Art. 10 - Para subsidiar o processo decisório do Secretário de Estado de Segurança, do Comandante Geral da Polícia Militar e do Coordenador de Polícia Pacificadora, o Instituto de Segurança Pública (ISP) realizará um monitoramento semestral das atividades desenvolvidas pela UPP, em seus aspectos quantitativos e qualitativos.

Parágrafo Único - O ISP produzirá, ainda:

I - no prazo de até sessenta (60) dias, a contar da data de publicação deste decreto, o Programa de Polícia Pacificadora (PPP), onde deverá constar, dentre outros tópicos, seus objetivos, conceitos, estratégias, indicadores e metodologia de avaliação;

II - relatórios mensais contendo dados consolidados das incidências criminais nas áreas de atuação das UPP, a ser publicados em seu sítio eletrônico.

Art. 11 - Quando da implementação de novas UPP, ato do Secretário de Estado de Segurança estabelecerá suas estrutura mínima, delimitação e classificação.

Art. 12 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2011

SÉRGIO CABRAL

Id: 1069800

Secretaria de Estado de Segurança

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SESEG Nº 523 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012

CRIA, SEM AUMENTO DE EFETIVO E DE DESPESAS, NA ESTRUTURA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A UPP VIDIGAL/CHÁCARA DO CÉU, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o art. 47 do Decreto-Lei nº 92, de 06 de maio de 1975, o art. 11 do Decreto nº 42.787, de 06 de janeiro de 2011, e o art. 2º do Decreto nº 41.650, de 21 de janeiro de 2009, e

CONSIDERANDO ainda o disposto no art. 5º, § 3º, do Decreto nº. 41.930, de 25 de junho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Cria, sem aumento de efetivo e despesas, na estrutura da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a Unidade de Polícia Pacificadora - UPP Vidigal - Chácara do Céu situada no Município do Rio de Janeiro, a saber:

I - Unidade de Polícia Pacificadora - UPP Vidigal - Chácara do Céu, classe "B", da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, cuja área de policiamento abrangerá as comunidades da Vidigal e da Chácara do Céu, no Bairro do Vidigal, a contar de 18 de janeiro de 2012, nos seguintes limites, contornando as comunidades no sentido horário:

Inicia-se a descrição deste perímetro pelo lado par da Av. Niemeyer, excluindo-se esta, sentido São Conrado no trecho do entroncamento com a Estrada do Vidigal, no prolongamento da Av. Presidente João Goulart, até o início da orla da mata da comunidade do Vidigal com a Av. Niemeyer após a entrada da Rua Padre Ítalo Correa, seguindo pela Rua Major Toja Martinez Filho e da Av. Benedito Calixto, incluindo-se estas, seguindo por uma linha reta até o final da Rua Nuno Álvares Pereira, seguindo por uma linha reta até a Estrada do Vidigal, incluindo-se esta, na entrada dos fundos da Escola Stella Maris até o início da orla da mata da comunidade da Chácara do Céu, seguindo até a Rua de acesso a localidade da Figueira da comunidade da Chácara do Céu pelo Parque Dois Irmãos até a Rua de acesso ao Campo Esportivo do Parque Dois Irmãos, seguindo pela orla da mata da comunidade da Chácara do Céu até o muro delimitador do Parque Dois Irmãos, seguindo por este até a escadaria do final da Estrada do Vidigal, incluindo a Praça do Vidigal no início da Estrada do Vidigal, incluindo-se esta.

§ 1º - O mapa georeferenciado dos limites geográficos da UPP a que alude o parágrafo anterior encontra-se anexo a presente resolução.

§ 2º - A unidade ora criada deverá contar com efetivo mínimo de 270 (duzentos e setenta) policiais militares.

Art. 2º - Caberá ao Comandante Geral da Polícia Militar expedir ato indicando o local de aquartelamento, forma de emprego, distribuição de viaturas, efetivo, equipamentos, e outras matérias e meios logísticos necessários ao pleno funcionamento da UPP ora criada.

Art. 3º - O Quadro de Organização das UPP terá por base as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 42.787/11, e obedecerá no que couber ao previsto no Decreto nº 1.072, de 18 de janeiro de 1977.

Art 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 01 de fevereiro de 2012

JOSÉ MARIANO BENINCÁ BELTRAME
Secretário de Estado de Segurança

ANEXO

Mapa com os limites geográficos da UPP Vidigal - Chácara do Céu:



ATO DO SECRETÁRIO**RESOLUÇÃO SESEG Nº 609 DE 04 DE OUTUBRO DE 2012**

ALTERA A RESOLUÇÃO SESEG Nº 523 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2012, NA ESTRUTURA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA A QUE FAZ MENÇÃO, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o art. 11 do Decreto nº 42.787, de 06 de janeiro de 2011, e o art. 2º do Decreto nº 41.650, de 21 de janeiro de 2009, e

CONSIDERANDO ainda o disposto no art. 5º, § 3º do Decreto nº 41.930, de 25 de junho de 2009 e o teor da Resolução SSP nº 250, de 07 de maio de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Redefine limites e o efetivo, na estrutura da Polícia Militar do

Estado do Rio de Janeiro, da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP Vidigal/Chácara do Céu situada no Município do Rio de Janeiro, a saber:

I - Unidade de Polícia Pacificadora - UPP Vidigal - Chácara do Céu, classe "B", da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, cuja área de policiamento abrangendo as comunidades da Vidigal e da Chácara do Céu, no Bairro do Vidigal, a contar de 18 de janeiro de 2012, nos seguintes limites, contornando as comunidades no sentido horário: Inicia-se a descrição deste perímetro pelo lado par da Av. Niemeyer, excluindo-se esta, sentido São Conrado no trecho do entroncamento com a Estrada do Vidigal, no prolongamento da Av. Presidente João Goulart, até o início da orla da mata da comunidade do Vidigal com a Av. Niemeyer após a entrada da Rua Padre Ítalo Correa, seguindo pela Rua Major Toja Martinez Filho e da Av. Benedito Calixto, incluindo-se estas, seguindo por uma linha reta até o final da Rua Nuno Álvares Pereira, seguindo por uma linha reta até a Estrada do Vidigal, incluindo-se esta, na entrada dos fundos da Escola Stella Maris até o início da orla da mata da comunidade da Chácara do Céu, seguindo até a Rua de acesso a localidade da Figueira da comunidade da Chácara do Céu pelo Parque Dois Irmãos até a Rua de acesso ao Cam-

po Esportivo do Parque Dois Irmãos, seguindo pela orla da mata da comunidade da Chácara do Céu até o muro delimitador do Parque Dois Irmãos, seguindo por este até a escadaria do final da Estrada do Vidigal, incluindo a Praça do Vidigal no início da Estrada do Vidigal, incluindo-se esta.

§ 1º - O mapa dos limites da UPP a que alude o parágrafo anterior encontra-se Anexo a presente resolução.

§ 2º - A unidade deverá contar com efetivo mínimo de 226 (duzentos e vinte e seis) policiais militares.

Art. 3º - O Quadro de Organização das UPP terá por base as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 42.787/2011, e obedecerá no que couber ao previsto no Decreto nº 1.072, de 18 de janeiro de 1977.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2012

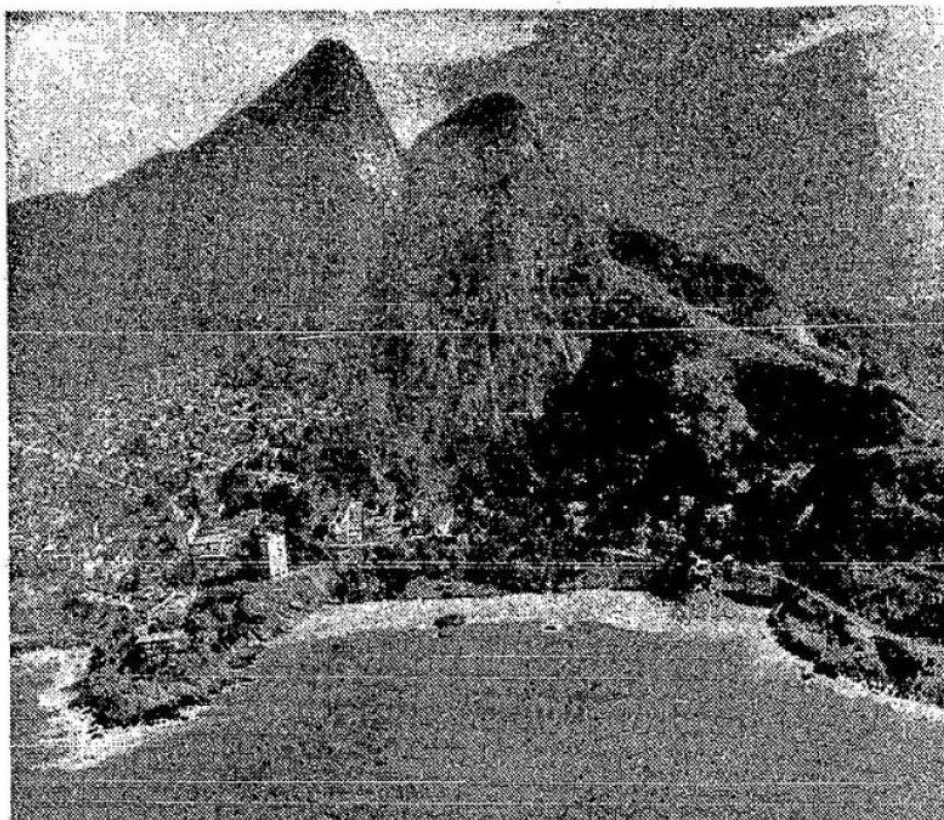
JOSÉ MARIANO BENINCÁ BELTRAME
Secretário de Estado de Segurança

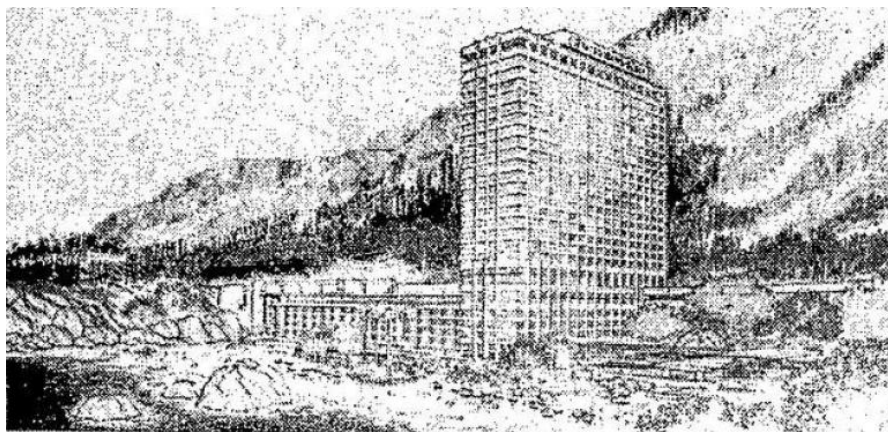
ANEXO II - Reportagens

O GLOBO ★ 10 a 16-4-69 ★ Página 4

Rio

terá um hotel de
luxo no sopé do
Monte dos Dois Irmãos





VISÃO DO FUTURO HOTEL EM CONSTRUÇÃO NA PRAIA DO VIDIGAL

O RIO passará a contar, dentro de dois anos, com um novo hotel — o ultramoderno Sheraton-Rio, cuja construção será iniciada hoje, na Praia do Vidigal, no sopé do monte Dois Irmãos. O edifício terá 25 pavimentos e 600 apartamentos de luxo, além de restaurante, night-club, salão de festas, confeitaria, boutiques, lojas e área de estacionamento.

A entrada será pela Avenida Niemeyer, onde ficará situado um bloco de seis andares com todas as comodidades, inclusive áreas reservadas para jantar e uma galeria com vista para o mar. Os apartamentos e suítes ficarão localizados no bloco superior, com 19 pavimentos. Seis elevadores e escadas-rolantes servirão aos hóspedes e visitantes.

O começo

Para assistir ao início das obras, encontram-se na Guanabara os Srs. Francis J. Dunleavy, Philip L. Lowe, John W. Gullfoyle, Howard C. Miller, Harley J. Watson e

Claude Feninger, executivos da Organização Sheraton e da International Telephone and Telegraph Corporation (ITT), de que aquela é subsidiária.

Deverão comparecer ao ato de colocação da primeira pá simbólica de terra e areia o governador Negrão de Lima e o presidente da EMBRATUR, Sr. Joaquim Xavier da Silveira.

O edifício do Sheraton Hotel-Rio será revestido externamente de pastilhas de mármore e terá móveis e decoração interior de acordo com o ambiente tropical.

A organização

Cento e cinquenta e cinco hotéis e 120 motéis são, presentemente, administrados pela Sheraton em 14 países. A organização da ITT que opera no Brasil desde 1927, inclui a Standard Electrica, fabricante de equipamentos de telecomunicação e associada ao plano de expansão das linhas telefônicas do Rio.

Mais de 12 milhões de pessoas, em todo o mundo, são hospedadas pela Sheraton, que dispõe, em seus hotéis, de um número de apartamentos superior a 43 500.

A obra

O projeto do novo hotel é de autoria do arquiteto brasileiro Henrique Mindin, es-

tando a sua execução confiada à firma Hoffman Bosworth do Brasil.

Todos os apartamentos e lugares públicos do hotel serão providos de ar condicionado e dos últimos equipamentos de telecomunicação.

Haverá, no primeiro plano, uma piscina olímpica e enorme pátio tropical, além de cabanas destinadas aos banhistas. Estes não terão, para ir à praia, de atravessar a estrada. O investimento será de US\$ 12 milhões, no mínimo.

Histórico

A história da Sheraton Corporation of América começa em 1917, quando ela, que não passava de uma pequena empresa de investimentos, possuía somente um hotel residencial com 200 apartamentos.

A cadeia é, hoje, a maior do mundo, tendo um capital de cerca de US\$ 500 milhões.

A denominação "Sheraton" surgiu de um anúncio luminoso que o hotel de Boston tinha no teto, cuja remoção seria mais cara do que o preço do próprio hotel.

A organização, que tem como presidente e chefe-executivo o Sr. Philip L. Lowe, emprega, para operar seus hotéis, um total de 22 mil pessoas, nos Estados Unidos, Canadá, Porto Rico, Bahamas, Venezuela, Jamaica, França (Córsega), Kuwait, Filipinas, Mata, Guiana Holandesa (Aruba), Israel, Chile e Austrália.

Os hotéis Sheraton são frequentados, diariamente, por 27 404 hóspedes, atendendo anualmente a 10 002 557. Servem e calculadamente 23 750 885 refeições por ano.

A organização tem, ainda, como vice-presidente executivo da ITT o Sr. Francis J. Dunleavy, trabalhando este diretamente com o "chairman" e presidente Harold S. Geneen. O presidente e chefe-executivo da Sheraton Hotel Corporation of América é, como dissemos, o Sr. Philip L. Lowe e o presidente da Sheraton-Latin América Inc. o Sr. Harley J. Watson, nome largamente conhecido na indústria hoteleira latino-americana especialmente no Caribe.

ANEXO III – Imagens



Figura 41 - Foto aérea do bairro do Leblon de 1975 do projeto FUNDREM . Fonte: CEPERJ .

ANEXO IV – Questionário entrevista semi-estruturada

1. Há quantos anos você mora no Vidigal?
2. Se você tivesse que explicar para alguém que não conhece o Vidigal, o que é o Vidigal, o que você diria?
3. Essas definições e explicações dadas sobre o Vidigal de hoje em dia, são as mesmas para o Vidigal do passado? Como era o Vidigal no passado?
4. Você diria que o Vidigal sofreu ou vem sofrendo mudanças ao longo do tempo, ou não? Quais são essas mudanças?
5. E como essas mudanças influenciam no seu dia-a-dia?
6. Você consegue identificar algum acontecimento, fato ou uma época que contribuiu para essas mudanças?
7. O que, para você, mudou para melhor? Por quê?
8. E o que você acha que mudou para pior? Por quê?

Perguntas a serem realizadas para orientação da atividade do mapa:

1. Você percebe diferenças internas no Vidigal, desde seu acesso na parte de baixo até o topo? Quais?
2. Você poderia desenhar um mapa com essas diferentes áreas que você identifica?
3. Quais são as áreas que você menos costuma frequentar? Por quê?
4. Quais são as áreas que você mais costuma frequentar? Por quê?
5. Você poderia marcar as áreas que você perceba que mais sofreu mudanças ao longo do tempo?
6. Você poderia marcar onde você mora?
7. Se trabalha no Vidigal, você poderia marcar onde você trabalha?

ANEXO V – Mapas mentais



Figura 42 - Mapa mental 01.
Fonte: Elaborado por morador entrevistado.

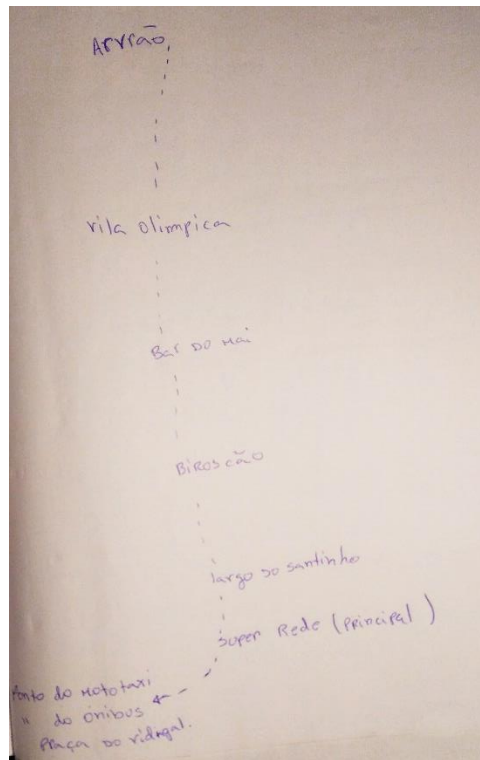


Figura 43 - Mapa mental 02.
Fonte: Elaborado por morador entrevistado.

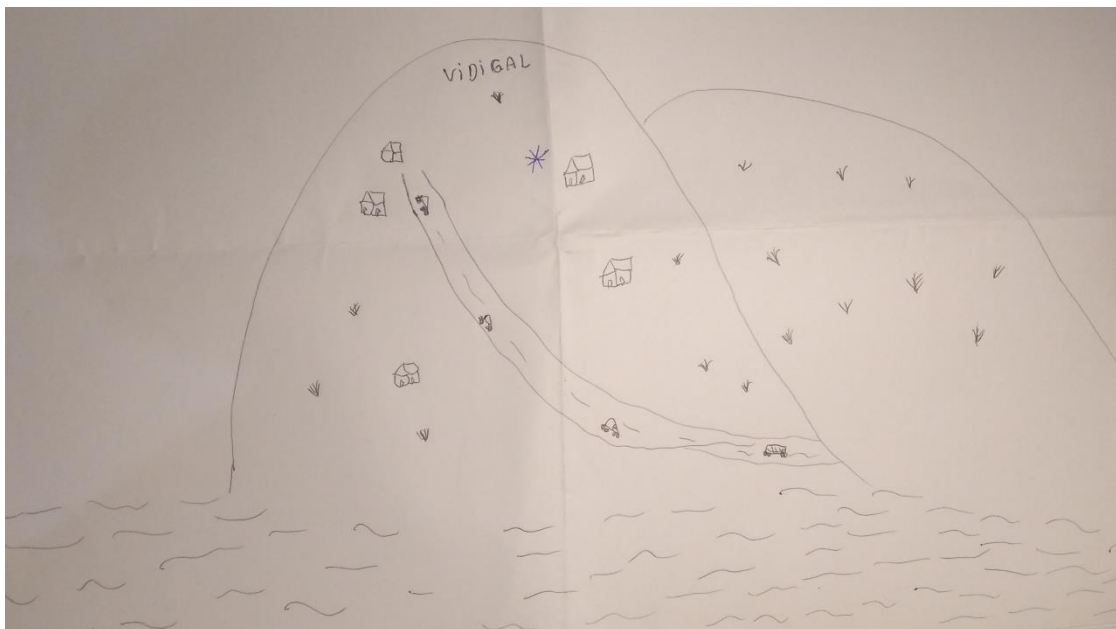


Figura 44 - Mapa mental 03. Fonte: Elaborado por morador entrevistado.